

Hidrelétricas no Rio Grande do Sul. Impactos sociais e ambientais



>> Hidrelétrica de Barra Grande

Paulo Brack

RS. Uma calamidade social. Mais de 50 mil pessoas afetadas pelas hidrelétricas

Márcio Repenning

Hidrelétricas no Rio Grande do Sul: um caos generalizado

Leandro Scalabrin

O Rio Uruguai, ao longo de todo o norte do Rio Grande do Sul, não existe mais

E mais:

>> **Faustino Teixeira:**
Raimon Panikkar, buscador
do Mistério

>> **José Marques de Melo:**
Sísifo ou fênix?

Hidrelétricas no Rio Grande do Sul. Impactos sociais e ambientais

A matriz energética brasileira está em discussão. Qual seria a matriz mais sustentável, renovável, limpa e com menos consequências sociais e ambientais para o país? Este debate urge a necessidade de repensar o modelo das usinas hidrelétricas, com suas megaobras e grandes barragens. No momento em que o país debate com a situação do Rio Xingu sob o impacto da construção da hidrelétrica de Belo Monte, do Rio Tapajós com as usinas projetadas para serem construídas e os impactos no Rio Madeira com as usinas de Jirau e Santo Antônio, a **IHU On-Line** desta semana debate a construção de uma série de hidrelétricas no estado do Rio Grande do Sul.

Contribuem na discussão, **Paulo Brack**, biólogo e membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio e do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais - Ingá; **Alexandre Krob**, vice-presidente do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; **Eduardo Ruppenthal**, pesquisador e mestrando em Desenvolvimento Rural na UFRGS; **Leandro Scalabrin**, advogado do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; **Lisiane Hahn**, bióloga, pesquisadora e sócia da Neotropical Consultoria Ambiental, além de consultora da Itaipu Binacional; **Márcio Repenning**, pesquisador no Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS; e a engenheira florestal **Silvia Pagel**, da Fepam.

Celebrando o centenário de nascimento de **Dom José Vicente Távora**, um das figuras importantes da história da Igreja brasileira, entrevistamos **Marina Bandeira**, **Isaias Nascimento**, autor do livro *Dom Távora, o bispo dos operários* e **Raimundo Caramuru**.

José Rogério Lopes reflete sobre o filme *Clube da Luta*, de David Fincher, a ser exibido e debatido no próximo dia 31 de agosto, durante o **Ciclo de Filmes e Debates - Subjetividade e Normalização: Discutindo políticas de identidade e saúde mental na sociedade contemporânea**, promovido pelo IHU em preparação ao **XI Simpósio Internacional IHU O (des) governo biopolítico da vida humana**. Por sua vez, o teólogo **Agenor Brighenti** fala sobre Congresso Latino-Americano de Teologia, a ser realizado no Brasil em 2012.

Sísifo ou fênix? é o título do artigo de **José Marques de Melo**, professor da UMESP, professor aposentado da USP, e parceiro do Grupo de Pesquisa Cepos do PPG em Comunicação da Unisinos. Por sua vez, **Faustino Teixeira**, professor do PPG em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, recorda a vida e a obra de **Raimon Panikkar**, falecido na semana passada.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graziela@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br), Rafaela Kley e Cássio de Almeida. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no site www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Paulo Brack: RS. Uma calamidade social. Mais de 50 mil pessoas afetadas pelas hidrelétricas

PÁGINA 11 | Eduardo Ruppenthal: A construção de barragens gera injustiças ambientais

PÁGINA 14 | Alexandre Krob: O RS pode mostrar para o Brasil como é possível repensar a matriz energética

PÁGINA 16 | Leandro Scalabrin: O Rio Uruguai, ao longo de todo o norte do Rio Grande do Sul, não existe mais

PÁGINA 19 | Lisiane Hahn: O impacto das Pequenas Centrais Hidrelétricas

PÁGINA 21 | Márcio Repenning: Hidrelétricas no Rio Grande do Sul: um caos generalizado

PÁGINA 23 | Silvia Pagel: As hidrelétricas modificam o clima?

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 27 | Agenor Brighenti: Congresso Latino-Americano de Teologia: uma análise da situação socioreligiosa-ecclesial atual

» Memória

PÁGINA 31 | Isaías Nascimento: Padre dos pobres e bispo dos operários. A história de Dom José Vicente Távora

PÁGINA 36 | Marina Bandeira: Dom Távora: um exemplo de trabalho social no Brasil

PÁGINA 39 | Raimundo Caramuru: Os bispos nordestinos e o Vaticano II na Igreja do Brasil

PÁGINA 42 | Faustino Teixeira: Raimon Panikkar, buscador do Mistério

» Coluna do Cepos

PÁGINA 44 | José Marques de Melo: Sísifo ou fênix?

» Destaques On-Line

PÁGINA 46 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Evento

PÁGINA 52 | José Rogério Lopes: Clube da luta, uma crítica ao sistema capitalista

» IHU Repórter

PÁGINA 54 | Gelsa Knijnik



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

RS. Uma calamidade social. Mais de 50 mil pessoas afetadas pelas hidrelétricas

Para Paulo Brack, os critérios técnicos das licenças ambientais para hidrelétricas tornam-se letra morta e o órgão ambiental transforma-se em um setor de mera chancela e de subserviência aos interesses puramente políticos e econômicos

POR GRAZIELA WOLFART

“Queremos que se defenda a lei, nem que seja o princípio da razoabilidade, pois o chamado desenvolvimento, agora, já é explicitamente insustentável. Queremos que as empresas e os governos responsáveis por isso tudo tenham que pagar na justiça e tenham o destino que a história lhes reserva”. O desabafo é do biólogo gaúcho Paulo Brack, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Na sua visão, as licenças ambientais para a liberação das atividades nas hidrelétricas gaúchas continuam sendo emitidas “muito mais como uma decisão política do que com base em fundamentos técnicos e que deveriam respeitar os marcos legais da área ambiental. A ordem é atender as demandas econômicas mais imediatas”. E acrescenta: “o licenciamento continua sendo forçado a avaliar os empreendimentos de forma isolada, caso a caso, e acaba entrando numa lógica esquizofrênica que consolida a maneira de atender, simplesmente, os ditames dos projetos governamentais e os interesses das empresas. O que vai se perder em biodiversidade parece não interessar mais. Os estudos de impacto consagram-se como uma grande formalidade, tremendamente tendenciosos e de baixo nível técnico, servindo apenas para assegurar a emissão de licenças. É um escândalo, que ninguém mais nega e acaba se tornando fato consumado”.

Paulo Brack é mestre em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Desde 2006, vem fazendo parte da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio e também representa o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais - Ingá, no Conselho Estadual do Meio Ambiente do RS - Consema-RS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quantas usinas hidrelétricas o Rio Grande do Sul tem atualmente?

Paulo Brack - A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL possui um banco de informações de geração¹ que dá conta de que, aproximadamente, 75% da energia elétrica do Rio Grande do Sul provém de hidrelétricas (mais de 5 mil MW), em quase 50 empreendimentos. Cerca de 70% são formados por Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, que produzem até 30 MW. Algumas hidrelétricas são compartilhadas com o Estado de Santa Catarina e localizam-se no Rio Pelotas-Uruguaí. A usina hidrelétrica (UHE) de Itá, que fica

entre Aratiba (RS) e Itá (SC), é a maior de todas, gerando mais de 1.300 MW. O Rio Grande do Sul teve, até quinze anos atrás, sua energia elétrica baseada principalmente nas hidrelétricas da bacia Rio Jacuí. Agora a fronteira da hidroenergia se desloca, sem parar, para a bacia dos rios Uruguaí e Taquari. No caso do rio Pelotas-Uruguaí, que estamos acompanhando mais de perto, existe já quatro grandes hidrelétricas, em colar, no eixo do rio (Foz do Chapecó, Itá, Machadinho e Barra Grande). Sem falar em outras da mesma bacia que se localizam no Rio Canoas (SC), ou seja, Campos Novos, que opera há alguns anos, e Garibaldi, que recém recebeu licenças ambientais. Agora desejam liberar mais uma, a UHE de

Pai Querê, colada à montante de Barra Grande.

IHU On-Line - Qual a real necessidade de cada uma delas?

Paulo Brack - Depende do modelo de desenvolvimento a que estamos nos referindo. A produção energética, no modelo atual, visa prioritariamente o crescimento econômico e a concentração, a reboque, do consumo desenfreado, principalmente do primeiro mundo. O setor elétrico, hoje, é dominado por grandes empresas privadas, algumas multinacionais do setor eletrointensivo de exportação de produtos com baixíssimo valor agregado (minérios de ferro, alumínio, cimento etc.). Estas questões são levantadas

¹ Confira em <http://migre.me/17i7L>. (Nota do entrevistado)

principalmente pelo professor Dr. Célio Bermann², do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP, e pelo Dr. Philip Fearnside³, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. Eles afirmam que o benefício desta geração não é, necessariamente, para o povo brasileiro. Além disso, Bermann destaca que poderíamos aumentar a eficiência energética no Brasil com o uso mais racional, e com a repotencialização das hidrelétricas já construídas, o que representaria um ganho de mais de 30% do gasto atual. Fearnside, por sua vez, demonstra que a matéria morta no fundo dos reservatórios das hidrelétricas é responsável pela emissão de muita quantidade de metano e gás carbônico, que são os principais gases relacionados ao efeito estufa e ao aquecimento climático global. No modelo atual brasileiro, após 1998, temos a maior parte da produção de energia concedida a empresas privadas, o que favorece a visão de mercado na área. Ou seja, torna-se interessante ao mercado o uso de 100% dos nossos rios para a produção energética com ganhos econômicos a empresas, em parte estrangeiras. A ANEEL faz leilões de energia, emite concessões, o que significa também leiloar nossos rios. Infelizmente, acaba não interessando a este modelo o uso mais racional da energia e as questões socioambientais. Neste modelo não são contabilizados os verdadeiros impactos ou prejuízos, que são muitos, e, assim, a hidreletricidade torna-se mais “barata” e mais “competitiva” do que a energia solar e a eólica, que representam menor impacto.

2 Célio Bermann já concedeu entrevistas à IHU On-Line. Leia *Belo Monte. A audiência do bispo e comitiva com Lula*, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 04-08-2009 e disponível em <http://migre.me/1aUy2>; ou *Brasil: um país cheio de energia. Mas qual é o destino de toda essa energia?*, publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 03-04-2009 e disponível em <http://migre.me/1aUCe>. (Nota da IHU On-Line)

3 Philip Fearnside: professor da Universidade Federal do Amazonas e pesquisador do CNPq e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa. Leia a entrevista “É essencial mudar”, que ele concedeu com exclusividade à IHU On-Line e que foi publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 27-03-2009, estando disponível em <http://migre.me/1aUI3>. (Nota da IHU On-Line)

“O dano de muitas hidrelétricas é irreparável”

IHU On-Line - Quem mais sofre as consequências das hidrelétricas no Rio Grande do Sul?

Paulo Brack - Dezenas de milhares de famílias foram e continuam sendo desalojadas no estado e, inclusive, daí surgiu em parte o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a partir da última década de 1970. No Brasil, segundo o relatório da Comissão Mundial de Barragens⁴, que admite entre 40 a 80 milhões de pessoas diretamente afetadas, e pelas estimativas do Movimento dos Atingidos por Barragens⁵ - MAB⁶ já teríamos, até hoje, mais de um milhão de pessoas expulsas de suas terras. Os planos decenais da Empresa de Pesquisas Energéticas - EPE do Ministério de Minas e Energia prevêem outras cem mil pessoas, obrigatoriamente, desalojadas. Neste valor, pelo menos 15% seriam povos indígenas. No Rio Grande do Sul, se forem incluídos todos os projetos previstos de hidrelétricas (dez ou onze grandes hidrelétricas em série no Rio Uruguai), destacando-se a maior delas, a UHE Garabi (entre o Rio Grande do Sul e a Argentina), provavelmente teríamos mais de 50 mil pessoas afetadas. Isso é uma calamidade social. No que se refere à biodiversidade, a catástrofe já está acontecendo, temos provas e vamos continuar a denunciar. Por exemplo, uma espécie de bromélia (*dyckia brevifolia*) do salto do Yucumã (Derubadas, RS), abaixo das barragens do trecho do rio Uruguai, praticamente desapareceu e caminha para a extinção devido à alteração da vazão do rio. Estão destruindo também a biodiversidade da Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, patrimônio

4 Confira em <http://migre.me/1718J>. (Nota do entrevistado)

5 Leia a entrevista *O BNDES na visão dos movimentos sociais*, feita pela IHU On-Line com Luiz Dalla Costa, coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Ela foi publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 20-11-2009 e está disponível em <http://migre.me/1aV5E> (Nota da IHU On-Line)

6 Confira em <http://migre.me/1719h>. (Nota do entrevistado)

defendido pela Constituição, e as principais Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (Ministério de Minas e Energias, 2007). Estes projetos foram concebidos lá no governo militar, em 1977, e praticamente não sofreram alterações, e agora ganham força com o modelo atual que compromete o futuro do planeta. Esta visão vem sendo adotada pelos últimos governos do Brasil, tanto pelos programas Avança Brasil como pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

IHU On-Line - Quais os principais entraves ambientais e sociais provocados pela hidrelétrica de Pai Querê⁷, no Rio Pelotas?

Paulo Brack - A palavra entrave talvez não seja a mais apropriada. Eu diria danos. Neste caso, decorrentes da então quinta hidrelétrica, colada às outras quatro referidas anteriormente. Ela atingiria em cheio a Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, patrimônio mundial pela Unesco. O muro desta hidrelétrica teria 150 metros de altura, e transformaria a área em um lago de águas comprometidas pela decomposição da matéria vegetal morta, desaparecendo florestas e um rio límpido e cheio de corredeiras, com rica fauna e flora aquática que vive em condições de habitats muito particulares. Poderiam desaparecer mais de duas dezenas de espécies de peixes de rios caudalosos, destacando-se peixes do grupo dos cascudos, somando-se a isso a destruição de florestas com Araucária, das mais contínuas ainda existentes e em boas condições de conservação do sul do Brasil. Os

7 A Usina Hidrelétrica de Pai Querê é um projeto de construção no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Será localizada no Rio Pelotas, entre os municípios de Bom Jesus-RS e Lages-SC, em um desnível de aproximadamente 150 metros em um trecho de 80 km de rio. Terá capacidade instalada de 292 MW. Serão alagados cerca de 6.100 hectares da Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Patrimônio Mundial, segundo a Unesco. Atualmente está em processo de licenciamento pelo Ibama. O PAC classificou o projeto como em estado de atenção, representado pela cor amarela. A obra tem investimentos previstos de R\$ 968,92 milhões. No ápice de sua construção o empreendimento deve gerar 1,8 mil empregos diretos, além de outros 3,6 mil empregos indiretos. A usina é controlada pela SPE Consórcio Empresarial Pai Querê, constituída por: Grupo Votorantim (80,10%), DME Energética (4,50%) e Alcoa (15,34%). (Nota da IHU On-Line)

dados do estudo de impacto ambiental, apresentados recentemente, confirmam que mais de quatro mil hectares de florestas sucumbiriam com esta obra. Teríamos, por exemplo, a supressão ou morte por afogamento, como ocorreu em Barra Grande, de mais de cinco milhões de árvores (200 mil araucárias), o que corresponderia a três vezes a arborização urbana de Porto Alegre. Da mesma forma estão em situação crítica de ameaça de extinção outras dezenas de espécies da flora, identificadas no local, e várias espécies da fauna terrestre. Este é o caso do puma, da jaguatirica, do queixada (espécie de porco do mato restrito à área, no RS), do gavião-de-penacho, do urubu-rei, entre outros. No que se refere à população humana, nem sempre os dados apresentados pelas empresas são confiáveis, mas o EIA-RIMA (estudo e relatório de impacto ambiental) dá conta de 334 famílias. Em Barra Grande, onde foram atingidas mais de 1200 famílias, o MAB admitiu que as empresas subestimaram o valor total. Em geral as empresas não contabilizaram pessoas sem escrituras reconhecidas e os posseiros. As informações são disponibilizadas basicamente pelas empresas e o governo se baseia nelas, sem fazer uma checagem, pois isso requer vontade política e não interessa às metas do crescimento.

IHU On-Line - Como o senhor relaciona a hidrelétrica de Pai Querê e a de Barra Grande?⁸

Paulo Brack - Barra Grande foi baseada em um estudo de impacto ambiental profundamente irregular, realizado pela empresa Engevix, uma das que mais constrói barragens no Brasil, o que gerou uma multa de 10 milhões de reais emitida pelo Ibama. A empresa recorreu, e passou incólume, como, em geral, acontece com as empreiteiras no Brasil. As irregularidades foram reconhecidas, além do Ministério de Meio Ambiente, pela justiça. Para dar permissão para a continuidade da obra, em setembro de 2004, foi elaborado

8 A Usina Hidrelétrica de Barra Grande foi construída entre os municípios brasileiros de Anita Garibaldi e Pinhal da Serra, no estado do Rio Grande do Sul. Esta usina possui três turbinas, que no total geram 708 MW. A empresa responsável pela construção e operação da usina é a Energética Barra Grande (BAESA). (Nota da IHU On-Line)

um documento, chamado Termo de Compromisso (TC) de Barra Grande⁹, assinado pelo governo, as empresas e a justiça, com alguns condicionantes, infelizmente não cumpridos até agora. O dano de muitas hidrelétricas é irreparável. Em Barra Grande foram perdidos seis mil hectares de florestas, que representavam um corredor único entre a floresta do Alto Uruguai e a floresta com Araucárias. As imagens do Google Earth denotavam uma enorme mancha verde-escura que eu tive a oportunidade de ver, no local. Em janeiro de 2005, fiquei surpreso quando, na desembocadura do rio Vacas Gordas com o rio Pelotas, deparei-me com uma das matas mais exuberantes que havia visto. Olhava para todos os lados e via só florestas, com um porte impressionante. Olhava para baixo e via águas cristalinas, correntes e rasas, povoadas de diferentes tipos de peixes de corredeiras. Uma série de plantas raríssimas e restritas àquelas condições. E sentia que isso tudo ia se acabar. Depois vi a beleza das corredeiras do Parque Municipal de Encanados, que era um cartão postal de Vacaria, ser condenada à morte. Não conseguia entender e também não tinha ideia de que em Pai Querê poderia ser uma situação semelhante à de Barra Grande. Outra desgraça premeditada, como parte de uma grande calamidade que ameaça de colapsar a biodiversidade da bacia do Rio Uruguai e transformá-lo em uma mera escada de lagos, fatiados por concessões a empresas que não param de crescer. Também não tinha a ideia de que a avalanche de hidrelétricas, concebidas há mais de 30 anos, apenas estava começando. A triste ironia deste processo é que a Camargo Corrêa, uma das proprietárias e empreiteiras responsáveis pela construção de Barra Grande, exibia no local da obra alguns cartazes, com sua certificação ambiental ISO 14.001 e placas que diziam “cuide do meio ambiente” e “preserve a flora e a fauna”. E a BAESA, consó-

9 Confira em <http://migre.me/17ibK>. (Nota do entrevistado)

A situação dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai



cio da obra, fez de conta que resgatou a vida da bromélia-dos-lajedos (*Dyckia distachya*), abrindo clareiras na beira da barragem e tentando criar um ambiente artificial para que esta espécie ameaçada e endêmica do trecho do rio pudesse continuar vivendo. A bromélia até pode continuar fora de seu habitat, mas não se sabe por quanto tempo porque as populações devem ser numerosas e com variabilidade genética, o que não foi o caso. Este “privilegio” sequer atingiu outras tantas espécies restritas às condições descritas aqui, provavelmente em vias de extinção, fato que contraria o artigo 225 da Constituição Federal, que não permite que se coloque em risco de extinção as espécies de nossa flora e fauna. Queremos que se defenda a lei, nem que seja o princípio da razoabilidade, pois o chamado desenvolvimento, agora, já é explicitamente insustentável. Queremos que as empresas e os governos responsáveis por isso tudo tenham que pagar na justiça e tenham o destino que a história lhes reserva.

IHU On-Line - Quais as principais irregularidades, contradições e questões que ficaram pendentes, depois de cinco anos de emissão da licença?

Paulo Brack - As pendências de Barra Grande foram várias. O governo federal não faz questão de cumpri-las, apesar de muitas tentativas de técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. A primeira, é que o TC de Barra Grande colocava a obrigatoriedade de uma avaliação ambiental estratégica ou integrada (AAI¹⁰) da bacia do Rio

10 Confira em <http://migre.me/17ico>. (Nota

Uruguai, antes de dar continuidade ao licenciamento dos demais empreendimentos. Isso foi feito, às avessas, pelo Ministério de Minas e Energia. Foi criado um documento¹¹, praticamente encomendado, pelo setor da produção de energia hidrelétrica, realizado por companhias consultoras que prestavam serviços às empresas hidrelétricas. Como era de se esperar, consideraram viáveis todos os empreendimentos previstos, agregando, porém, algumas mitigações. O Ministério do Meio Ambiente considerou o estudo inadequado e insuficiente, vindo a solicitar outro, que foi coordenado pelo prof. Dr. Rafael Cabral Cruz¹², da Unipampa, juntamente com pesquisadores da UFSM, chamado FRAG-RIO Uruguai. Este estudo é de alto nível e responde, de forma inteligente, a este processo. Por exemplo, o estudo aponta que para se garantir a sobrevivência de peixes, como o dourado e o surubim, devem ser mantidos pelo menos 80 km de rio sem barramentos. Ou seja, o trabalho reforça a visão necessária de uma avaliação prévia global da bacia bem como a necessidade de trechos de rios livres de barramentos, levantando as grandes fragilidades socioambientais¹³ de cada trecho, com destaque à área de Pai Querê. Estes itens deveriam estar, sempre, em primeiro lugar em relação às regras de mercado. Lamentavelmente, o estudo foi criticado de forma meramente política e sem critérios científicos pela senhora Márcia Camargo, assessora do Ministério de Minas e Energia e que estava afinada à

do entrevistado)

11 Confira em <http://migre.me/17ide>. (Nota do entrevistado)

12 **Rafael Cabral Cruz**: doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professor do Centro de Ciências Rurais de São Gabriel, Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Maria. Atua em gestão ambiental, com ênfase em gestão de recursos hídricos, estudos de impacto ambiental, zoneamento ambiental e análise integrada de bacias hidrográficas. Atua também em ecologia de rios e de áreas úmidas, com ênfase na análise do regime de pulsos para determinação de condicionantes ecológicos para definição da vazão remanescente nos corpos de água, com aplicação no licenciamento de obras de barragens para fins de geração de energia elétrica, irrigação e abastecimento de água. (Nota da IHU On-Line)

13 Confira em <http://migre.me/17idv>. (Nota do entrevistado)

“A tecnocracia economicista odeia a inteligência e a razoabilidade na área ambiental”

ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Resultado: por colocar em dúvida algumas obras do PAC, o estudo foi enfraquecido e, pelo menos temporariamente, deixado de lado. Também foram afastados do processo de licenciamento, ou colocados na “geladeira”, alguns dos técnicos mais sérios do Ibama, que acompanhavam o projeto de Pai Querê. Em relação às outras pendências do TC, destacamos aqui a obrigatoriedade na criação do Corredor Ecológico do Rio Pelotas-Uruguai, que foi proposto por técnicos do Ministério do Meio Ambiente denominado como Refúgio da Vida Silvestre do Rio Pelotas-Aparados da Serra. A ex-ministra da Casa Civil, o Ministro de Minas e Energia e o Presidente da República acabaram mandando engavetar a proposta até que seja garantida a emissão da licença ambiental para tocar adiante Pai Querê. Quanto à área que deveria ser comprada para compensar o que se perdeu com Barra Grande (5.740 hectares), a BAESA depositou o valor em juízo, pois o Ibama não teve autorização do governo federal para definir que a área mais semelhante, e que deveria ser adquirida, seria justamente a área prevista para Pai Querê. E ficaram pendentes também os resultados do monitoramento da fauna e da flora bem como os programas para a garantia de sobrevivência das espécies ameaçadas. O MAB também reclama itens relativos ao não cumprimento de várias indenizações às famílias atingidas pela UHE de Barra Grande.

IHU On-Line - Como o senhor avalia, de forma geral, os estudos feitos antes da instalação de hidrelétricas no Rio Grande do Sul em relação ao impacto ambiental?

Paulo Brack - Apesar do esforço heróico de muitos técnicos do órgão fe-

deral (Ibama) - que analisa os trechos interestaduais ou o binacional do Rio Uruguai - e dos órgãos estaduais (Fundação Estadual de Proteção Ambiental - Fepam; Secretaria do Meio Ambiente - Sema; e Fundação do Meio Ambiente - Fatma) - que analisam os rios exclusivos dos Estados - infelizmente, as licenças continuam sendo emitidas muito mais como uma decisão política do que com base em fundamentos técnicos e que deveriam respeitar os marcos legais da área ambiental. A ordem é atender as demandas econômicas mais imediatas. Existe uma “correia de transmissão”, de cima para baixo, a partir da cúpula dos governos, sobre a chefia do setor de licenciamento. O licenciamento continua sendo forçado a avaliar os empreendimentos de forma isolada, caso a caso, e acaba entrando numa lógica esquizofrênica que consolida a maneira de atender, simplesmente, os ditames dos projetos governamentais e os interesses das empresas. O que vai se perder em biodiversidade parece não interessar mais. Os estudos de impacto consagram-se como uma grande formalidade, tremendamente tendenciosos e de baixo nível técnico, servindo apenas para assegurar a emissão de licenças. É um escândalo, que ninguém mais nega e acaba se tornando fato consumado.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a condução do Ibama em relação às hidrelétricas no Estado?

Paulo Brack - O Ibama no Rio Grande do Sul tem uma equipe que se pauta por alta seriedade e cumprimento da lei. Conheço alguns técnicos do órgão e reconheço o grande esforço dos mesmos para fazer com que existam razoabilidade e ponderação de equilíbrio no processo de licenciamento. Porém, estão na mira do governo e a desmotivação e a desvalorização são evidentes. O desprestígio pode ser ilustrado quando o presidente da República, em mais de uma oportunidade, criticou¹⁴ o que atribui como um “excesso de zelo”, por exemplo, “com as pererecas”¹⁵ (BR 101) e “bagres”¹⁶

14 Confira em <http://migre.me/17iet>. (Nota do entrevistado)

15 Confira em <http://migre.me/17ifg>. (Nota do entrevistado)

16 Confira em <http://migre.me/17igg>. (Nota do entrevistado)

(Hidrelétricas do rio Madeira). O Ministério Público, o Tribunal de Contas e as ONGs também são alvos permanentes da crítica sistemática do poder Executivo, na área ambiental. Existe um superpoder explícito dos chefes dos executivos. Estes se colocam, muitas vezes, acima da Constituição, das leis e do poder Judiciário. Desestruturaram o órgão ambiental, de forma deliberada. A forma truculenta de se levar as obras do PAC, da infraestrutura pesada, enfraquece os órgãos ambientais, o que eu considero um esquema já coordenado, que deve ser combatido, urgentemente. Chegamos a ponto em que os técnicos dos órgãos ambientais são alvo indiscriminado de assédio moral por parte dos dirigentes políticos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, e fica por isso mesmo... Acabo recebendo queixas frequentes por parte de técnicos dos órgãos ambientais das três esferas de Estado que vivem, cotidianamente, esta pressão psicológica, talvez, por eu ser membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA do Rio Grande do Sul e por fazer parte de uma ONG muito atuante, o INGÁ. Porém a gente, em geral, não tem provas e os técnicos têm medo de denunciar. Isso é revoltante. Os critérios técnicos tornam-se letra morta e o órgão ambiental transforma-se em um setor de mera chancela e de subserviência aos interesses puramente políticos e econômicos, como ocorria há algumas décadas. Consagra-se a visão de que os rios e a natureza como um todo são também mercadorias. Existe uma reação em cadeia de desmoroamento da estrutura de Estado no que se refere à proteção ambiental. Um retrocesso de décadas. É uma guerra pelo crescimento econômico, e a qualquer preço. Isso se reflete em uma verdadeira guerra contra a própria natureza. Tal situação se aprofunda na época pré-eleitoral, inclusive porque muitas empresas, que fazem parte deste esquema imediatista, são doadoras de campanhas milionárias aos grandes partidos e a candidatos alinhados a esses governos. Isso é abominável.

IHU On-Line - Como o senhor avalia o tratamento dado pelo Ministério do Meio Ambiente às hidrelétricas no Rio Grande do Sul?

Paulo Brack - Tivemos a oportunidade

de conversar com a atual ministra Izabella Teixeira¹⁷, quando era secretária executiva do então ministro Minc¹⁸, no final de 2008. Apesar de ela concordar com muitas de nossas ponderações, deu para sentir que estava sendo pressionada a continuar esse processo político de liberação célere e indiscriminado de empreendimentos no Brasil, para não afetar o núcleo do governo que tocava o PAC. Também tivemos um contato bem produtivo com técnicos do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, tratando destas questões. Inclusive, em 2005, conversamos com o ex-diretor de licenciamento do Ibama, Nilvo Silva, que tentou levar para o setor uma forma mais inteligente de avaliação ambiental estratégica das bacias, desenvolvida aqui da Fepam, quando em 2001 ele presidia o órgão. O método de análise facilitaria a avaliação posterior de cada empreendimento. Entretanto, a tecnocracia economicista odeia a inteligência e a razoabilidade na área ambiental. Ele foi forçado a se demitir e ir para o Quênia, representando o Brasil no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. O outro diretor de licenciamento, que ficou em seu lugar, o também gaúcho, Luis Felipe Kunz Jr., foi demitido pelos mesmos motivos. O que chama mais atenção é que foi na gestão de Marina Silva, em 2007. Este diretor, corretamente, estava defendendo o ponto de vista dos técnicos do Ibama que queriam mais tempo para decidir a licença para as hidrelétricas do rio Madeira (Jirau e Sto. Antônio), em Rondônia, porque os dados denotavam grande impacto, principalmente em erosão e sedimentação no rio, e muitos riscos e incógnitas. Este é o quadro que ninguém mais pode negar. E, para finalizar, um dos técnicos do Ministério do Meio Ambiente me confessou que acredita que todos os argumentos mais legítimos na área ambiental não sensibilizam mais o governo federal ou os demais governos. O que poderia funcionar, segundo ele, era darmos muita visibilidade ao

17 Izabella Teixeira: ministra do Meio Ambiente do Brasil. Ela assumiu o cargo em 1º de abril de 2010, substituindo Carlos Minc. Antes de assumir o Ministério, Izabella era secretária executiva da pasta do ministro Carlos Minc. (Nota da IHU On-Line)

18 Carlos Minc Baumfeld (1951): político e economista brasileiro. Foi ministro do Meio Ambiente de 27 de maio de 2008 a 31 de março de 2010. (Nota da IHU On-Line)

tema (manifestações), e recorreremos à lei, via Ministério Público.

IHU On-Line - Quais as consequências da ocupação de hidrelétricas para a bacia do Rio Uruguai?

Paulo Brack - O Rio Uruguai desaparecerá como rio. O governo federal não fala disso, mas a construção de mais de dez hidrelétricas coladas desde oeste, São Borja (34 metros acima do mar) até o leste, São José dos Ausentes (900 m.a.m.) condenaria o rio à morte. Até agora mais de 30 mil pessoas foram afetadas pelas barragens já construídas, e outro número igual ou maior pode sofrer estes danos. As pessoas que perdem suas terras, o seu chão, podem ter transtornos e entrar numa espiral depressiva para o resto da vida. Além disso, com a avalanche de hidrelétricas que nos querem impor, provavelmente centenas de espécies poderiam ser extintas, mesmo que isso leve alguns anos ou décadas. Mas o processo está em curso. Os índices de extinção mundial de espécies por ano (27 mil) já são mil vezes maiores que os naturais, segundo Edward Wilson. Com as hidrelétricas isso seria muito trágico. Tenho enorme carinho pelo Rio Pelotas e o Rio Uruguai e prezo pela cultura dos gaúchos que contam e cantam a história da região. No norte do Estado, o Rio Uruguai se confunde com a história dos missionários¹⁹ e do Caminho das Tropas²⁰, no Rio Pelotas. É uma bela paisagem que está lá há milhares de anos. Meus pais me ensinaram a amar a natureza e respeitar todas as formas de vida. E tento passar isso para meus filhos, meus alunos e outras pessoas. Creio que muitos de nós, gaúchos, prezamos por tudo isso e nos emocionamos também com as músicas²¹ de Cenair Maicá²², Noel

19 Confira em <http://migre.me/17ihC>. (Nota do entrevistado)

20 Confira em <http://migre.me/17ijE>. (Nota do entrevistado)

21 Confira em <http://migre.me/17il8>. (Nota do entrevistado)

22 Cenair Maicá (1947-1989): cantor e instrumentista brasileiro de música nativista. Conhecido por cantar a natureza e os índios, foi um dos quatro troncos missionários ao lado de Jaime Caetano Braun, Pedro Ortaça e Noel Guarany. (Nota da IHU On-Line)

Guarani²³ e Pedro Ortaça²⁴ que cantam as belezas do Rio Uruguai, das corredeiras, das florestas e da gente que povoa a beira deste nosso maior rio do Estado. Eu não quero acreditar que este desastre da morte do Rio Pelotas-Uruguai possa acontecer. É impossível acreditar que ninguém vai fazer nada para interromper esta insanidade.

LEIA MAIS...

>> Paulo Brack concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Confira na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br):

* *Quando a crise representa um avanço*. Entrevista publicada em 26-3-2009 nas *Notícias do Dia* e disponível em <http://migre.me/17iwm>;

* *Zoneamento ambiental do RS: um faz-de-conta*. Entrevista publicada nas *Notícias do Dia* em 23-4-2008 e disponível em <http://migre.me/17iEk>;

* *O Pampa gaúcho é alvo de biopirataria*. Edição número 247, intitulada *O Pampa e o monocultivo do eucalipto*, publicada em 10-12-2007 e disponível em <http://migre.me/17iG8>;

* *Copenhague: uma convenção para além de "boas intenções"?* Entrevista publicada na IHU On-Line número 312, de 26-10-2009, e disponível em <http://migre.me/17iIv>;

* *A biodiversidade gaúcha em risco*. Entrevista publicada na IHU On-Line número 325, de 19-04-2010, disponível em <http://migre.me/17ivx>.

BAÚ DA IHU ON-LINE

>> A IHU On-Line já dedicou outros temas de capa a questões referentes à temática energética. Confira na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br):

* *Sol, vento, hidrogênio... a busca de alternativas energéticas*. Edição número 67, de 07-07-2003, disponível para download em <http://bit.ly/9P1iK9>;

* *Energia para quem e para quem? A matriz energética do Brasil em debate*. Edição número 236, de 17-09-2007, disponível em <http://bit.ly/cgKiLo>;

* *Alternativas energéticas em tempos de crise financeira e ambiental*. Edição número 285, de 08-12-2008; disponível em <http://bit.ly/bJX9o2>

23 Noel Borges do Canto Fabricio da Silva, o Noel Guarany: (1941-1998): músico brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

24 Pedro Ortaça (1942): cantor, compositor e instrumentista brasileiro de música nativista. Canta as coisas do seu passado e homenageia outros cantores missionários, como Jayme Casetano Braun, Cenair Maicá, Noel Guarany. Em 2006, foi agraciado com o Prêmio Vitor Mateus Teixeira, entregue pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 2009, lançou um DVD homônimo, gravado em São Miguel das Missões, São Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo. (Nota da IHU On-Line)

A construção de barragens gera injustiças ambientais

Quando começa o processo de construção de uma hidrelétrica, “dois mundos entram em choque”, pois são empreendimentos de capital alheio/fora/estranho às comunidades atingidas, acredita Eduardo Ruppenthal

POR GRAZIELA WOLFART

“As hidrelétricas, grandes obras por excelência, requerem a ocupação de amplos territórios, na maioria das vezes em detrimento de segmentos sociais vulneráveis, tais como as populações rurais, ribeirinhas e comunidades étnicas”, afirma o biólogo Eduardo Ruppenthal, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Ele explica que “em função de uma visão hegemônica de ‘desenvolvimento e progresso’, que tem orientado o processo de modernização do Brasil e sua inserção no processo contemporâneo de globalização econômica - principalmente aprofundado no segundo governo Lula com os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2 -, comunidades rurais são desconstituídas do meio ambiente que, por gerações, como bem material e simbólico, vêm assegurando a manutenção e a reprodução de seus modos de vida, têm a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendida pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento de recursos”. Ao refletir sobre as consequências que as hidrelétricas estão provocando para a produção agrícola do Rio Grande do Sul, Ruppenthal considera que elas contribuem “para a desterritorialização de comunidades rurais, sendo que uma das consequências é o êxodo rural. E quase sempre, mudança de modelo agrícola, passando da ‘agricultura do nativo’ para a agricultura convencional”. E conclui: “a mudança da atual lógica energética só acontecerá com a mudança das estruturas da sociedade brasileira”.

Eduardo Luís Ruppenthal é mestrando em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Possui graduação em Ciências Biológicas - Ênfase Ambiental pela UFRGS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que maneira as hidrelétricas afetam os agricultores gaúchos?

Eduardo Ruppenthal - A construção de hidrelétricas no Rio Grande do Sul possui as mesmas similaridades às outras em qualquer lugar, tanto no Brasil (hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, Belo Monte¹

no Rio Xingu, etc.) como em outro lugar no Mundo. As hidrelétricas, grandes obras por excelência, requerem a ocupação de amplos territórios, na maioria das vezes em detrimento de segmentos sociais vulneráveis, tais como as populações rurais, ribeirinhas e comunidades étnicas, em função de uma visão hegemônica de “desenvolvimento e progresso”, que tem orientado o processo de modernização do Brasil e sua inserção no processo contemporâneo de globalização econômica - principalmente aprofundado no segundo governo Lula com os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2 -, comunidades rurais são desconstituídas do meio ambiente que, por gerações, como bem material e simbólico, vêm assegurando a manutenção e a reprodução de seus modos de vida, têm a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendida pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento de recursos”. Ao refletir sobre as consequências que as hidrelétricas estão provocando para a produção agrícola do Rio Grande do Sul, Ruppenthal considera que elas contribuem “para a desterritorialização de comunidades rurais, sendo que uma das consequências é o êxodo rural. E quase sempre, mudança de modelo agrícola, passando da ‘agricultura do nativo’ para a agricultura convencional”. E conclui: “a mudança da atual lógica energética só acontecerá com a mudança das estruturas da sociedade brasileira”.

Eduardo Luís Ruppenthal é mestrando em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Possui graduação em Ciências Biológicas - Ênfase Ambiental pela UFRGS. Confira a entrevista.

1 Sobre as hidrelétricas citadas, leia a entrevista *Grandes complexos hidrelétricos na Amazônia: entre os riscos e a ilegalidade*, com Gustavo Pimentel, feita pela IHU On-Line e publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU em 29-07-2008, estando disponível em <http://migre.me/1aXe9> (Nota da IHU On-Line)

ção de uma visão hegemônica de “desenvolvimento e progresso”, que tem orientado o processo de modernização do Brasil e sua inserção no processo contemporâneo de globalização econômica - principalmente aprofundado no segundo governo Lula com os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2 -, comunidades rurais são desconstituídas do meio ambiente que, por gerações, como bem material e simbólico, vêm assegurando a manutenção e a reprodução de seus modos de vida, têm a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendida pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento de recursos. Quando começa o processo de construção de uma hidrelétrica, “dois mundos entram em choque”, pois são empreendimentos de capital alheio/fora/estranho às comunidades atingidas. O setor elétrico (Estado e empreendedores públicos e/ou privados), a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade e assim, uma mercadoria possível de valoração monetária. Neste sentido, a construção de barragens tem sido geradora de injustiças ambientais, uma vez que os custos dos impactos socioambientais recaem sobre as comunidades atingidas, sendo que, antes e durante o processo, não são sujeitos ativos na decisão dos significados, destinos e usos dos recursos naturais ali existentes.

IHU On-Line - Quais hidrelétricas no Rio Grande do Sul possuem mais agricultores atingidos?

Eduardo Ruppenthal - Não há como saber especificamente se são todos agricultores ou quantos são agricultores, mesmo que a maioria seja agricultor. Vejamos:

População atingida pelas UHEs (RS/SC)

Itá² - 4.500 famílias

2 A Usina hidrelétrica de Itá está localizada no rio Uruguai, na divisa dos municípios de Itá e Aratiba, aproveitando um desnível de 105 metros entre a foz do Rio Apuaê e a foz do Rio Uvã, tendo uma capacidade instalada de 1.450 MW. A construção da UHE ITÁ foi concretizada através de uma parceria com a iniciativa privada viabilizada pelo Consórcio Itá, tendo um custo da ordem de R\$ 1 bilhão. O reservatório

Foz do Chapecó³ - 3.500 famílias
Machadinho⁴ - 2.200 famílias
Barra Grande - 1.500 famílias
Campos Novos⁵ - 700 famílias
Monjolinho⁶ - 400 famílias

Mais ou menos 12.800 famílias, aproximadamente 60 mil pessoas, num total de 50 municípios atingidos por estas seis obras, somando 728 mil pessoas.

IHU On-Line - Como os agricultores têm enfrentado a questão de viver e trabalhar na terra a partir da construção de hidrelétricas no Estado?

Eduardo Ruppenthal - São várias etapas até este momento. As etapas anteriores são fundamentais para a

da UHE ITÁ inunda aproximadamente 103 km² de terras, em sua maioria caracterizadas por minifúndios com área média de 17 ha, abrangendo um total de onze municípios, sete em Santa Catarina: Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba, Piratuba; e quatro no Rio Grande do Sul: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos. (Nota da IHU On-Line)

3 A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó está em construção no Rio Uruguai e tem previsão de produção de 855 MW. A previsão de funcionamento é em 2011. (Nota da IHU On-Line)

4 A UHE Machadinho foi construída no rio Pelotas pela Eletrosul. Fica a 1.200km à jusante da foz do rio Inhandava (ou rio Forquilha), na divisa dos municípios de Piratuba, em Santa Catarina e Maximiliano de Almeida, no Rio Grande do Sul. A usina tem 3 unidades de 380MW cada, perfazendo uma potência instalada de 1.140 MW no total. (Nota da IHU On-Line)

5 A Usina Hidrelétrica de Campos Novos localiza-se no rio Canoas (bacia do rio Uruguai), no estado de Santa Catarina. O reservatório ocupa terras dos municípios de Campos Novos, Celso Ramos, Anita Garibaldi e Abdon Batista, no meio-oeste catarinense. A barragem de Campos Novos é a terceira mais alta do mundo, com 202 metros de altura e com comprimento de crista de 592 metros. Possui três unidades geradoras, que entraram em operação respectivamente no dia 2 de fevereiro de 2007, a segunda em 16 de fevereiro e a terceira no dia 11 de maio do mesmo ano. O investimento foi de 1,5 bilhão de reais (aproximadamente 750 milhões de dólares). A usina produz um quarto do consumo do estado de Santa Catarina. (Nota da IHU On-Line)

6 A Usina Hidrelétrica Monjolinho é a primeira usina hidrelétrica do estado de São Paulo, a segunda do Brasil e do hemisfério sul. A usina entrou em operação em 1893 e continua ativa até hoje. No local da usina existe um museu. Esteve desativada durante sete anos, retornou com capacidade de 600 kW (0,6 MW) e gerenciada pela Companhia Paulista de Força e Luz. Está localizada na Fazenda Cascatinha, km 7 da estrada municipal que liga São Carlos à Usina Açucareira da Serra, com início no km 228 da SP-310, município de São Carlos, e tem grande importância no desenvolvimento da cidade. (Nota da IHU On-Line)

continuidade de viver e trabalhar no campo. Em todo processo, os atingidos são alijados das decisões centrais, como no caso da possibilidade da não construção da obra. Sendo que são avisados que serão atingidos e, portanto, retirados, aceitando ou não. O único momento de diálogo é nas audiências públicas. Porém, além de muitas vezes realizadas distantes do local de moradia dos atingidos, é uma arena montada (regras) para que o “discurso do progresso e desenvolvimento” seja vencedor. Para isso, o empreendedor usa de todas as formas de convencimento, político e econômico, principalmente no município e região. Promessas não faltam. Outra característica no processo é a falta de informação por parte dos órgãos competentes, principalmente públicos. Por parte do empreendedor, divulga somente o seu ponto de vista. Os atingidos são obrigados a sair do local a ser inundado. O primeiro passo é a luta pelo direito de ser reconhecido como atingido. Existe violação, pois não há reconhecimento de vários direitos. E um deles é o acesso à terra. E isso é uma etapa fundamental para ter força proporcional nas negociações com o empreendedor. Pois se negociar sozinho, essa negociação é dificultada, se reconhecida, ainda mais quando não se tem a posse da terra, sendo que nesta região ainda existem muitos meeiros ou parceiros. Por isso da importância da atuação coletiva em movimentos sociais, como no caso do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, que surgiu nesta região na década de 1980.

Os agricultores

No caso dos agricultores, especificamente na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, por sua característica geográfica, formada por vales, a agricultura possui características peculiares, principalmente na produção. Na região da minha pesquisa, a hidrelétrica de Barra Grande, os atingidos praticavam a “agricultura do nativo”, assim chamada na região, que utiliza muito a coivara (roçada e queimada). Ao mesmo tempo em que é da subsistência da família, cultivos para a alimentação, o excedente é vendido. Sendo que neste

regime agrícola se produz muito, de forma orgânica, com sementes próprias e tração quase sempre animal. O deslocamento das famílias atingidas para áreas com características diferentes (geografia, solo, clima etc.) faz com que haja mudança na produção agrícola, sendo que novos cultivos são introduzidos, principalmente soja e milho, demandada pelo mercado. Assim, há também o uso de insumos químicos, agrotóxicos, compra de sementes e mecanização. Sendo que é necessário ajuda técnica e capacidade de conseguir administrar a nova propriedade rural, já que o crédito é disponibilizado e ocorre o consequente endividamento. Muitas vezes, existe o abandono do campo e a família vai se instalar na área urbana, em local ou cidades maiores. O subemprego é o destino da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

IHU On-Line - Quais as consequências que as hidrelétricas estão provocando para a produção agrícola do Rio Grande do Sul?

Eduardo Ruppenthal - Dificilmente tem como avaliar isso. Ainda mais em termos de produção agrícola. Mas, em geral, contribui para a desterritorialização de comunidades rurais, sendo que uma das consequências é o êxodo rural. E quase sempre, mudança de modelo agrícola, passando da agricultura do nativo para a agricultura convencional.

IHU On-Line - Que alternativas o Brasil poderia oferecer às hidrelétricas para a produção de energia limpa e suficiente? Que outras fontes poderiam ser apontadas aqui?

Eduardo Ruppenthal - Se tivessem interesse mesmo, tanto sob a perspectiva social como ambiental, haveria medidas que poderiam ser imediatas e enfrentariam as crises financeiras, climática e energética. A descentralização das fontes de produção de energia é fundamental para constituir um novo modelo de matriz energética. Falo aqui de energias renováveis, alternativas locais, descentralizadas e na mão das comunidades. E necessariamente serão muito diferentes conforme as

“Em todo processo, os atingidos são alijados das decisões centrais, como no caso da possibilidade da não construção da obra”

condições de cada localidade e região geográfica do país. Mas cito:

- Temos enorme potencial para as energias eólica e solar. O Brasil é um país solar, 280 dias por ano de sol. Energia solar para a eletricidade, como também aquecimento da água nas indústrias e residências substituindo o chuveiro elétrico (não existe nenhum país do mundo com tanta gente tomando banho quente com chuveiro elétrico como no Brasil). Se fossem instalados painéis solares em um quarto da área do reservatório de Itaipu, seria possível produzir tanta energia quanto a Usina de Itaipu produz.

- Moratória às grandes hidrelétricas. É preciso realizar um estudo detalhado das bacias hidrográficas brasileiras a ser elaborado por pesquisadores das universidades brasileiras, em um projeto para a bacia Amazônica livre de hidrelétricas.

- A repontecialização das já existentes tem um custo muito menor do que construir novas hidrelétricas. Estudos indicam que poderiam aumentar em 30% a atual energia produzida. Mas, atualmente, isso não é de interesse dos governos e muitos menos das empreiteiras, as grandes interessadas.

- Conservação da energia nas linhas de transmissão. Perdemos 15% da energia, enquanto o Japão reduziu para 1%.

- A produção de agrocombustíveis, mas no quadro da agricultura familiar, rural e orgânica, e não uma produção em grandes indústrias. E autonomia para consumo local.

- Outras fontes são: biomassa (bagaço de cana ou outro subproduto vegetal no caso de outras culturas) como com-

bustível para usinas termelétricas, além de ainda aproveitar o calor gerado para outras aplicações industriais dentro da usina; biogás, o qual contém metano, pode ser utilizado diretamente para queima ou indiretamente, alimentando geradores de energia elétrica.

- Acesso universal e utilizar a cobrança social do uso da água e energia, aumentando a tarifa para as grandes indústrias consumidoras.

- Fim do Programa Nuclear Brasileiro para a produção de energia elétrica.

- Reestatização do setor elétrico.

IHU On-Line - Em que medida a produção de energia por hidrelétricas ajuda a reduzir a emissão de gases de efeito estufa?

Eduardo Ruppenthal - Isso é uma grande inverdade propagandeada pelo setor elétrico. Segundo um dos maiores especialistas da área no Brasil, Célio Bermann (várias entrevistas e artigos publicados pela IHU On-Line), professor de pós-graduação em Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, a energia hidrelétrica não é limpa e nem barata (<http://bit.ly/bJNACA>). Ele cita uma pesquisa que mediu e estipulou as emissões de quatro usinas hidrelétricas da Amazônia, transformando-as em vilãs do aquecimento global. De acordo com os números, todas as quatro usinas pesquisadas emitem mais gases de efeito estufa (GEE) do que termelétricas de mesma potência. Segundo Bermann, estes estudos mostraram que Balbina⁷, Tucuruí⁸ e Samuel⁹, as três maiores

7 A Usina Hidrelétrica de Balbina está localizada no rio Uatumã (Bacia Amazônica), município brasileiro de Presidente Figueiredo, precisamente no distrito de Balbina, no estado do Amazonas. Cada uma das 5 unidades geradoras tem capacidade de geração de até 55 MW de energia elétrica, totalizando 275 MW. A usina é criticada por ter um alto custo e ter causado o maior desastre ambiental da história do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

8 A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é a maior usina hidrelétrica em potência 100% brasileira (8.370 MW), localizada a cerca de 400 km de Belém no estado do Pará, município de Tucuruí, uma vez que Itaipu é binacional. Foi construída para a geração de energia elétrica e para tornar navegável um trecho do rio Tocantins cheio de corredeiras, ultrapassadas através de uma eclusa. A extensão total da barragem de terra tem 11 km. (Nota da IHU On-Line)

9 O rio Jamari é um rio da Bacia amazônica,

“Os atingidos são obrigados a sair do local a ser inundado. O primeiro passo é a luta pelo direito de ser reconhecido como atingido”

hidrelétricas construídas na região amazônica até agora, emitem gases de efeito estufa mais ou menos na mesma proporção que usinas a carvão mineral. Para ele, isso pode parecer uma surpresa, mas explica que nos primeiros dez anos de operação de uma usina da Amazônia, a matéria orgânica, a mata, apodrece porque a água a deixa encoberta permanentemente. E o processo de apodrecimento é muito forte, acidifica a água e emite metano, que é um gás 21 vezes mais forte que o gás carbônico, principal gás do efeito estufa.

“Isso é conhecido pela ciência, mas não é considerado porque não é de interesse de quem concebe essas usinas. O que interessa é a grande quantidade de dinheiro que vai ser repassado para as empresas construtoras de barragens, turbinas e geradores. O restante, o problema ambiental, as populações que serão expulsas, a cultura indígena que está sendo desconsiderada, isso não entra na conta”, afirma Bermann, 2010.

afluente do rio Madeira. Na sua margem direita e no município de Candeias do Jamari onde existia uma cachoeira chamada Samuel, foi construído a barragem da Hidrelétrica de Samuel, com potência instalada de 216,0 MW. Por não possuir bacia acentuada, o rio Jamari recebeu em seu leito um dique de 45 km de extensão de cada margem para formar o lago da hidrelétrica. A usina começou a ser construída no ano de 1982. O plano era para a usina terminar de ser construída em quatro anos, mas, devido à falta de verbas, esta só foi concluída catorze anos depois. Segundo o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, a obra foi responsável pela criação de grandes bolsões de miséria na periferia de Porto Velho ao ter ignorado direitos e negado assistência a cerca de 650 famílias de atingidos. (Nota da IHU On-Line)

O RS pode mostrar para o Brasil como é possível repensar a matriz energética

Alexandre Krob percebe que há um grande desafio à política energética brasileira: o de ser capaz de encontrar soluções para a crescente demanda energética numa nova matriz de geração de energias

POR GRAZIELA WOLFART

Uma nova matriz energética ideal para Alexandre Krob seria uma matriz “onde as formas de geração sejam menos impactantes, com um aproveitamento muito maior da energia solar, eólica, das marés, com a opção pelas pequenas hidrelétricas gerando energia para ser consumida na região, com um esforço muito grande para reduzir as perdas de transmissão e repotencializar geradores”. E continua: “Se nessa nova era energética ainda houvesse lugar para algumas grandes usinas hidrelétricas, o desafio seria planejá-las e construí-las sem causar graves e irreversíveis impactos sociais e ambientais como vem acontecendo”. Na entrevista que segue, concedida à IHU On-Line por e-mail, Alexandre defende que os “técnicos dos órgãos de energia deveriam estar trabalhando por alternativas energéticas menos impactantes, buscando junto aos cientistas as alternativas tecnológicas que poderiam ser colocadas em prática. Técnicos dos órgãos licenciadores deveriam atuar com grande responsabilidade na análise dos estudos ambientais e firmar posição quanto à necessidade de avaliações integradas de cada bacia. Deveriam também ser firmes quando considerarem que um empreendimento não é ambientalmente ou socialmente viável ao invés de tentar encontrar medidas compensatórias e mitigadoras para tudo, o que não existe. Cientistas deveriam ser mais comprometidos com a aplicação dos resultados do conhecimento na formulação e aplicação de políticas públicas, pois um conhecimento que apenas gera pontuação acadêmica, e não é aplicado numa mudança de postura, tem pouco ou nenhum valor. As ONGs deveriam ser ainda mais combativas adotando nesse processo uma postura política baseada na coerência com os conhecimentos científicos”. E finaliza afirmando que os políticos “deveriam ter maior compromisso com a sociedade como um todo, com os direitos difusos que nos foram garantidos pela Constituição e que, muitas vezes, são deixados de lado para atender aos interesses setoriais de quem vende obras e vende energia”.

Alexandre Krob é vice-presidente do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, coordenador do Colegiado Regional Sul da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RS/SC/PR/MS) e coordenador técnico do Instituto Curicaca. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os principais desafios que as usinas hidrelétricas apresentam hoje à realidade social e ambiental do Rio Grande do Sul?

Alexandre Krob - Há um grande desafio, de ordem superior, posto à política energética brasileira. Seria o de ser capaz de encontrar soluções para a crescente demanda energética numa nova matriz de geração de energias. Uma matriz onde as formas de geração sejam menos impactantes, com um aproveitamento muito maior da energia solar, eólica, das marés, com a opção pelas pequenas hidrelétricas gerando energia para ser consumida na região, com um esforço muito grande para reduzir as perdas de transmissão e repotencializar geradores. Se nessa nova era energética ainda houvesse lugar para algumas grandes usinas hidrelétricas, o desafio seria planejá-las e construí-las sem causar graves e irreversíveis impactos sociais e ambientais como vem acontecendo. Para tal, seria necessário mudar, no âmbito concreto, a avaliação das bacias hidrográficas de um mero e simplista cálculo de potencial hidrelétrico para uma avaliação integrada com cunho ambiental e social. Daí seria possível, dentre um conjunto de alternativas locais existentes, escolher aquelas efetivamente menos impactantes, limitando a capacidade de carga de cada bacia a um número bem menor de empreendimentos. Evidentemente, isso só é possível com outras formas de energia e com uma política ambiental que vise também a um controle do consumismo e, conseqüentemente, da demanda energética.

IHU On-Line - Como o Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul se posiciona em relação às usinas hidrelétricas no estado?

Alexandre Krob - Quando a localização das usinas hidrelétricas está dentro da área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, necessariamente temos que avaliar o licenciamento desse empreendimento e nos posicionarmos quanto a sua viabilidade e aos impactos gerados para a biodiversidade e a sociodiversidade. Se o empreendimento está conflitando com uma zona

“A hidrelétrica de Pai Querê causará danos irreversíveis à biodiversidade e ao patrimônio cultural da Mata Atlântica”

núcleo da Reserva, aquelas áreas que são o “coração” do sistema e que concentram o que há de mais importante na biodiversidade e/ou na cultura que interessa ao povo brasileiro e à Unesco, nossa posição é contrária ao empreendimento. Pelo direito que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação confere ao sistema de gestão da Reserva, definimos no Rio Grande do Sul que as zonas núcleo são áreas de exclusão para este tipo de empreendimento.

IHU On-Line - Quais as principais ideias apresentadas no documento do Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul sobre a hidrelétrica de Pai Querê?

Alexandre Krob - Em síntese, o documento manifesta que a hidrelétrica de Pai Querê causará danos irreversíveis à biodiversidade e ao patrimônio cultural da Mata Atlântica, que não são compensáveis ou minimizáveis após o impacto causado pelo licenciamento fraudulento da hidrelétrica de Barra Grande. Expressa que toda a biodiversidade que se encontra para cima, ou a montante de Barra Grande, deve ser conservada; que o não licenciamento de Pai Querê significa impedir a extinção regional de alguns grandes mamíferos e aves de rapina, de algumas espécies endêmicas da flora e evitar a fragmentação definitiva de um corredor ecológico de florestas de galeria que interligam a Mata Atlântica costeira com aquela do Alto Uruguai.

IHU On-Line - Como as hidrelétricas afetam especificamente a biodiversidade da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul?

Alexandre Krob - Assim como em todo

o Brasil, a Mata Atlântica no Rio Grande do Sul foi muito desmatada e restaram poucos remanescentes. Sobraram apenas aquelas matas que se encontravam em locais inacessíveis, onde a agricultura não foi capaz de ocupar ou onde os madeireiros não conseguiram chegar. Por isso, grande parte destas matas está nos vales encaixados dos grandes rios, justamente onde há interesse em construir hidrelétricas. São nestas áreas que se refugiaram muitas das espécies da fauna ameaçadas de extinção ou restam pequenas populações de espécies quase extintas da flora.

IHU On-Line - Qual deve ser o papel de técnicos, cientistas, entidades governamentais e ONGs em relação à produção de energia por hidrelétricas?

Alexandre Krob - Cada um tem o seu papel. Técnicos dos órgãos de energia deveriam estar trabalhando por alternativas energéticas menos impactantes, buscando junto aos cientistas as alternativas tecnológicas que poderiam ser colocadas em prática. Técnicos dos órgãos licenciadores deveriam atuar com grande responsabilidade na análise dos estudos ambientais e firmar posição quanto à necessidade de avaliações integradas de cada bacia. Deveriam também ser firmes quando considerarem que um empreendimento não é ambientalmente ou socialmente viável ao invés de tentar encontrar medidas compensatórias e mitigadoras para tudo, o que não existe. Cientistas deveriam ser mais comprometidos com a aplicação dos resultados do conhecimento na formulação e aplicação de políticas públicas, pois um conhecimento que apenas gera pontuação acadêmica, e que não é aplicado numa mudança de postura, tem pouco ou nenhum valor. As ONGs deveriam ser ainda mais combativas adotando nesse processo uma postura política baseada na coerência com os conhecimentos científicos. A pergunta não incluiu os políticos, mas eu faço isso. Estes deveriam ter maior compromisso com a sociedade como um todo, com os direitos difusos que nos foram garantidos pela Constituição e que, muitas vezes, são deixados de

“A Mata Atlântica no Rio Grande do Sul foi muito desmatada e restaram poucos remanescentes”

lado para atender aos interesses setoriais de quem vende obras e vende energia.

IHU On-Line - Qual deveria ser o limite de barramentos hidrelétricos numa bacia? Isso é respeitado aqui no Rio Grande do Sul?

Alexandre Krob - O limite de barramentos em uma bacia só pode ser definido por uma avaliação ambiental integrada desta bacia. Não há interesse do setor hidrelétrico brasileiro, público ou privado, em abrir mão daqueles cálculos simplistas de potencial hidrelétrico feitos há quatro décadas e reavaliar as bacias sob a ótica da sustentabilidade. Dessa forma, os limites não são sequer buscados, com raras exceções, quanto mais respeitados.

IHU On-Line - Como o Rio Grande do Sul pode contribuir para repensar o modelo hidrelétrico e apostar em novas fontes de energia limpa e renovável?

Alexandre Krob - O Rio Grande do Sul pode contribuir com a sua história de protagonismo ambiental mostrando para o resto do Brasil como é possível repensar a matriz, como é possível inserir critérios ambientais, sociais e culturais no planejamento energético, como é possível praticar a sustentabilidade, tirando-a do discurso vulgar. Recentemente o Rio Grande do Sul mostrou sua capacidade protagonista numa tentativa de fazer um zoneamento ecológico econômico para a silvicultura baseado em uma série de critérios técnicos trazidos por instituições de alto nível. Infelizmente, houve no produto final a predominância de interesses políticos sobre as orientações técnicas, mas a intenção e os passos que foram dados são de grande importância e servem de exemplo recente. Poderia ser feito o mesmo para a matriz energética do estado.

O Rio Uruguai, ao longo de todo o norte do Rio Grande do Sul, não existe mais

Leandro Scalabrin afirma que o principal desafio do Movimento dos Atingidos por Barragens é aglutinar forças em prol do projeto popular que já vem discutindo há anos para transformar as linhas centrais do atual modelo energético brasileiro

POR GRAZIELA WOLFART

“**P**or que não se cria um fundo social com os lucros auferidos pela exploração da hidreletricidade no Brasil?”, pergunta o advogado Leandro Scalabrin, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Leandro conhece bem a realidade das hidrelétricas no Rio Grande do Sul, principalmente o que elas acarretam às populações ribeirinhas, por ser ligado ao Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Leandro explica que “as hidrelétricas não são construídas em meio ao nada. Onde elas são projetadas existem milhares de pessoas com suas vidas e atividades econômicas estruturadas há décadas, séculos. Então vem a barragem e literalmente destrói tudo para colocar no seu lugar uma nova atividade econômica que depois de construída a obra, não gera mais que dez empregos diretos, e cujo custo social foi dizimar milhares de atividades econômicas e que geravam renda à população local”. E Leandro ainda acrescenta um fato alarmante, consequência das hidrelétricas instaladas aqui no estado: “o Rio Uruguai, ao longo de todo o norte do Rio Grande do Sul, não existe mais. Ele foi transformado num conjunto de lagos artificiais (que é como a legislação ambiental classifica as hidrelétricas)”. Outro número, que ele destaca também, impressiona: “a quantidade de famílias assentadas pela reforma agrária no Rio Grande do Sul nos últimos 25 anos é praticamente o mesmo que as barragens expulsaram do campo nos últimos 15 anos. A desestruturação dos municípios e atividades econômicas, levada a cabo pelas hidrelétricas, faz com que a maioria dos atingidos acabe migrando para as cidades na busca de empregos que não encontram. Por um tempo esse pessoal gasta as indenizações, depois segue como proletários bloqueados (pela ausência de empregos)”.

Advogado do MAB e do MST, Scalabrin fez parte de uma equipe que visitou várias hidrelétricas pelo Brasil, analisando a questão dos direitos humanos, para a produção de um relatório a ser encaminhado para a ONU. Integrante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - RenaaP e da Comissão de Direitos Humanos da OAB em Passo Fundo-RS, Scalabrin foi a primeira pessoa a denunciar a existência da ata do Ministério Público Estadual pedindo a extinção do MST e as normas da Brigada Militar para despejos, no ano passado. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os principais desafios impostos pelas hidrelétricas ao Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB no Rio Grande do Sul?

Leandro Scalabrin - O principal desafio do MAB é aglutinar forças em prol do projeto popular que já vem discutindo há anos para transformar as linhas centrais do atual modelo energético brasileiro. Neste, as obras são financiadas pelo BNDES e as hidrelétricas são privatizadas em leilões que beneficiam grandes empresas privadas (nacionais e multinacionais, produtoras e consumidoras), em prejuízo das empresas públicas do setor elétrico, do meio ambiente, dos atingidos pelas barragens, que não tem seus direitos reconhecidos e dos 192 milhões de brasileiros que pagam uma das tarifas de energia mais caras do mundo. O MAB tem o desafio de constituir um amplo movimento social que reconheça que “a energia é nossa”, da mesma forma que houve um início de movimento em torno do pré-sal. Por que não se cria um fundo social com os lucros auferidos pela exploração da hidreletricidade no Brasil? Segundo a Constituição o potencial hidrelétrico é patrimônio público e deve ser utilizado para melhorar a educação, saúde e moradia de nosso povo e não apenas para que grandes grupos de empresas auferam lucros exorbitantes. Outro grande desafio é criar um marco regulatório dos direitos dos atingidos pelas barragens e uma instituição oficial responsável pelas indenizações da população, sem nunca perder o foco de que “quem deve pagar a conta” são as empresas.

IHU On-Line - Quais as principais consequências que as barragens provocam na vida das populações ribeirinhas? Qual a especificidade do Rio Grande do Sul nesse sentido?

Leandro Scalabrin - A principal consequência na vida das pessoas é a perda de renda, ocupações e postos de trabalho em decorrência da destruição de forças produtivas levada a cabo pelas barragens. É a velha “destruição criativa” do capitalismo. As hidrelétricas não são construídas em meio ao nada. Onde elas são projetadas existem milhares de pessoas com suas vidas e atividades econômicas es-

“O número de famílias assentadas pela reforma agrária no RS nos últimos 25 anos é praticamente o mesmo que as barragens expulsaram do campo nos últimos 15 anos”

truturadas há décadas, séculos. Então vem a barragem e literalmente destrói tudo para colocar no seu lugar uma nova atividade econômica que depois de construída a obra, não gera mais que dez empregos diretos, e cujo custo social foi dizimar milhares de atividades econômicas e que geravam renda à população local. Ocorre ainda crescimento demográfico desordenado no local da obra; aumento no número de incidência de doenças infectocontagiosas, parasitárias e sexualmente transmissíveis; alteração no mercado imobiliário, aumento da demanda por terra, especulação no mercado de terras rurais; alteração do uso do solo, alteração da dinâmica territorial, alteração de padrões de ordenamento e ocupação do território; e aumento da criminalidade e prostituição.

A destruição do meio ambiente

A questão é que as barragens não provocam danos só para os ribeirinhos. A destruição do meio ambiente é um impacto que todos sentimos, moremos na região diretamente afetada ou não. Para se ter uma ideia mais palpável dos impactos referidos, cito os que se seguem:

- redução significativa de áreas florestais;
- aumento do risco de ameaça de extinção de algumas espécies da fauna;
- redução da população de peixes, incluindo riscos de extinção de algumas espécies;
- alterações na qualidade da água;
- alteração do regime fluvial de ambiente lótico (águas correntes) para léntico (águas lentas), com reflexos

na fauna aquática e propiciando condições favoráveis para a proliferação de vetores das doenças relacionadas ao meio hídrico;

- inundação de áreas de vazante, com perdas de solos de fertilidade natural;
- interferências em sítios arqueológicos, com risco de perdas;
- risco de perda de patrimônio cultural.

A nossa especificidade, que pouco tem sido notada, é que o Rio Uruguai, ao longo de todo o norte do Rio Grande do Sul, não existe mais. Ele foi transformado num conjunto de lagos artificiais (que é como a legislação ambiental classifica as hidrelétricas), a saber:

- entre Alpestre e Aratiba, o lago artificial da UHE Foz do Chapecó (em conclusão);
- de Aratiba à Machadinho, pelo lago artificial da UHE Itá;
- de Machadinho à Vacaria, pelo lago da UHE Machadinho;
- de Vacaria em diante, pelo lago da UHE Barra Grande.

Outra especificidade do Rio Grande do Sul é que a construção de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai nos últimos 15 anos, região densamente povoada e onde predominam os pequenos agricultores, praticamente anulou o esforço de reforma agrária levado a cabo nos últimos 25 anos pelo MST em nosso Estado. A quantidade de famílias assentadas pela reforma agrária no Rio Grande do Sul nos últimos 25 anos é praticamente o mesmo que as barragens expulsaram do campo nos últimos 15 anos. A desestruturação dos municípios e atividades econômicas, levada a cabo pelas hidrelétricas, faz com que a maioria dos atingidos acabe migrando para as cidades na busca de empregos que não encontram. Por um tempo esse pessoal gasta as indenizações, depois segue como proletários bloqueados (pela ausência de empregos).

IHU On-Line - Como a questão dos direitos humanos aparece na construção de hidrelétricas? Que paralelos nesse sentido podem ser traçados entre as hidrelétricas no Rio Grande do Sul e as demais no restante do Brasil?

Leandro Scalabrin - Em decorrência do atual modelo energético, da ausência de um marco regulatório dos direitos dos atingidos e da forma como são construídas as obras, pode-se afirmar que existe um padrão de violações de direitos humanos (dos atingidos e da população brasileira de modo geral) em todo o país, de norte a sul, de leste a oeste, sejam barragens hidrelétricas ou para captação d'água. Em todos os casos o principal direito violado é o da garantia de não retrocesso nas condições de vida da população atingida pela ação governamental. As hidrelétricas são uma ação governamental e na maioria dos casos acarreta uma piora nas condições de vida da população. Ou seja, antes da obra as pessoas tinham condições de alimentação, moradia, trabalho e renda "X" e depois dela as condições são piores. A comissão especial 06-2006 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH possui um estudo exaustivo sobre as violações de direitos humanos na construção de hidrelétricas, mas cujo relatório final ainda não foi votado pelo conselho. O MAB conseguiu que o Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH tenha como uma de suas diretrizes a inclusão do tema dos direitos humanos nos instrumentos e relatórios dos órgãos ambientais (decreto nº 7.037, eixo orientador II, objetivo estratégico III, diretriz 6, item b).

IHU On-Line - Quais as principais demandas jurídicas que a construção de hidrelétricas apresenta para a realidade do povo gaúcho?

Leandro Scalabrin - Para os movimentos sociais a principal demanda é a de advogados populares para realizar a defesa contra interditos proibitórios, reintegração de posse, ações de obrigação de não fazer, prisões, enfim, a luta contra a criminalização. Para o povo gaúcho a principal demanda jurídica é a das ações de desapropriação propostas contra os atingidos por barragens. Em cada hidrelétrica são centenas, milhares de ações, abarrotando as já invencíveis pilhas do judiciário. A desapropriação para fins de construção de hidrelétricas pode ser considerada um mecanismo de exceção, um entulho autoritário incompatível com a Constituição. Ela é baseada no decre-

“As hidrelétricas são uma ação governamental e na maioria dos casos acarreta uma piora nas condições de vida da população”

to 3365 da ditadura Vargas¹ e veda ao poder Judiciário analisar se realmente há interesse público na desapropriação. Com base nele, empresas privadas agem como se o Estado fossem (possuem o poder de desapropriar) contra outros particulares (os atingidos), no seu interesse privado de obter mais lucro com o menor gasto possível. O Judiciário tem se mostrado de total subserviência aos interesses destas empresas, pois, se na desapropriação para fins de reforma agrária o proprietário tem toda uma sorte de garantias, na desapropriação para construção de hidrelétricas os proprietários tem 15 dias para sair de suas casas, de modo que já vi muito pequeno agricultor ir morar com os filhos na escolinha da comunidade.

IHU On-Line - Como o movimento social gaúcho tem atuado em relação às hidrelétricas instaladas no estado?

Leandro Scalabrin - O movimento social tem se manifestado contra a construção de novas hidrelétricas, como a de Pai Querê, que acabará com o último trecho do Rio Uruguai que ainda há na metade norte do estado e com o que resta da mata atlântica naquela região. A atuação também se dá na defesa dos direitos dos atingidos pela obras, na campanha “o preço da luz é um roubo” e pela ampliação da tarifa social de energia elétrica. A participação ocorre nos níveis local, regio-

¹ Era Vargas: considerada como um divisor de águas na história brasileira, vai de 1930 a 1945. Após os 15 anos de governo getulista, o país e o povo brasileiro nunca mais seriam os mesmos. Foi marcada pelo populismo, o investimento na indústria, a valorização do trabalho e por atos totalitários e despóticos de seu governante, o gaúcho Getúlio Vargas. (Nota da IHU On-Line)

nal e nacional, antes, durante e após a construção, na esfera institucional, mas principalmente na esfera da luta social, onde se destaca também a organização da população nas regiões onde as hidrelétricas já foram construídas.

IHU On-Line - No caso gaúcho, qual hidrelétrica provocou maiores consequências sociais para as famílias desapropriadas em função da instalação de barragens?

Leandro Scalabrin - Não há um caso específico. Penso que o caso seja o da região norte-nordeste do RS como um todo, por causa dos impactos sinérgicos e cumulativos das Usinas de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Foz do Chapecó e Monjolinho. Um caso emblemático é o de Barra Grande onde foi descoberta uma das maiores fraudes² em estudos ambientais do país. Depois de construída a obra, foram descobertos mais de cinco mil hectares de mata atlântica que não constavam dos estudos e os movimentos sociais quase conseguiram impedir o fechamento da hidrelétrica, que acabou sendo liberada pelo Ministério de Minas e Energia com a chancela do Ministério Público.

IHU On-Line - Quais as consequências da falta de um marco regulatório que defina os direitos dos atingidos e os deveres do estado e dos empreendedores construtores das hidrelétricas no Rio Grande do Sul?

Leandro Scalabrin - A consequência é a violação dos direitos humanos dos atingidos e lucro exorbitante das empresas. A falta de um marco regulatório permite que as próprias empresas fixem os preços que pagarão de indenização e decidam quem tem e quem não tem direito a ser beneficiado nos programas sociais previstos nos estudos de impacto ambiental. O que aconteceria se deixassem o MST desapropriar áreas de terras e estabelecer o preço da indenização? Já pensou?

² O estudo de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Barra Grande escondeu a existência de uma das últimas áreas primárias de araucárias do Brasil. Graças a essa fraude no estudo, foi garantida a licença para construção de hidrelétrica. (Nota da IHU On-Line)

O impacto das Pequenas Centrais Hidrelétricas

Segundo a bióloga Lisiane Hahn, diversas Pequenas Centrais Hidrelétricas num mesmo rio podem provocar impacto maior do que uma grande usina

POR GRAZIELA WOLFART

Na entrevista que aceitou conceder por e-mail à **IHU On-Line**, a bióloga e pesquisadora Lisiane Hahn confessa que não acredita que tenha no Rio Grande do Sul um modelo de usina hidrelétrica ambientalmente sustentável. Mas as usinas mais novas, explica ela, “por demandas dos órgãos ambientais competentes, estão investindo mais em pesquisa e em medidas de mitigação de impactos do que as construídas antes da década de 1990”. Como consultora da Itaipu Binacional, Lisiane Hahn reconhece que “a hidrelétrica de Itaipu, devido a sua magnitude, provocou profundos impactos sociais e ambientais na bacia do Rio Paraná”.

Lisiane Hahn possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em Biociências (Zoologia) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é pesquisadora e sócia da Neotropical Consultoria Ambiental e consultora da Itaipu Binacional. Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que maneira as hidrelétricas afetam a ecologia dos ambientes aquáticos?

Lisiane Hahn - A formação de um reservatório provoca mudanças na estrutura dos ambientes aquáticos ao transformar um rio de águas rápidas (lóticas) em um sistema de águas paradas (lêntico) e também ao inundar ambientes terrestres e/ou várzeas e lagoas marginais. Esta mudança causa alterações nas estruturas das comunidades aquáticas, principalmente através da substituição ou extinção local de espécies. Espécies de peixes reofílicos (aqueles que necessitam de águas rápidas para sua sobrevivência) se tornam mais raras, enquanto espécies de águas lênticas se tornam mais abundantes. Além da formação do reservatório, uma hidrelétrica causa alterações nos ambientes situados abaixo dela, uma vez que a vazão do rio passa a ser regulada de acordo com a demanda de energia elétrica.

IHU On-Line - Como se dá o processo da migração de peixes a partir da construção de hidrelétricas? Isso ocorre aqui no Rio Grande do Sul?

Lisiane Hahn - O padrão de migração geral inclui o deslocamento das espécies entre diferentes áreas do ciclo de vida (desova, alimentação, crescimento). Esse deslocamento pode variar em distância, desde alguns quilômetros até 3.500 km (sistema amazônico). No Rio Grande do Sul, em rios da bacia do Rio Uruguai, deslocamentos de espécies migradoras (dourado, por exemplo) superiores a 1.000 km já foram registrados. Com a interrupção desta rota por uma hidrelétrica, os peixes passam a não ter acesso ou ter acesso limitado às diferentes áreas do ciclo de vida. A plasticidade (capacidade de se adaptar a novos ambientes e/ou condições ambientais) dos peixes migradores ainda é pouco conhecida, mas alguns casos de “escolha” de rotas alternativas de migração já são conhecidos.

IHU On-Line - A criação de peixes em tanques e reservatórios d’água, como substituição dos rios onde foram construídas barragens para hidrelétricas, é uma alternativa ecológica viável?

Lisiane Hahn - Na minha opinião, não.

A maioria dos peixes migradores não se adapta a ambientes de águas paradas, o que, somado a outros fatores acaba não justificando o popular “povoamento” dos reservatórios. Em relação aos tanques-rede, eles podem ser uma alternativa de fonte de renda a produtores, mas não uma alternativa ecológica ou de conservação de espécies. Além disso, a criação de peixes confinados não mantém as comunidades tradicionais de pescadores na sua função original, uma vez que eles passam de pescadores a aquicultores ou empresários de produção e venda do pescado, para cujo sistema não foram preparados.

IHU On-Line - Como você avalia a Usina Hidrelétrica de Passo Fundo em relação aos impactos sociais e ambientais?

Lisiane Hahn - A hidrelétrica de Passo Fundo é uma das mais antigas do estado (em operação há mais de 30 anos). Foi construída em uma época em que a exigência de avaliação e mitigação de impacto social e ambiental era praticamente nula. Comparativamente a outras usinas no Brasil, o número de famílias

“Com a interrupção desta rota por uma hidrelétrica, os peixes passam a não ter acesso ou ter acesso limitado às diferentes áreas do ciclo de vida”

relocadas foi pequeno e, se utilizarmos apenas este critério, poderia dizer que o impacto social também foi menor. Em relação aos impactos ambientais, o reservatório (com área relativamente grande em relação à potência gerada) inundou ambientes lóticos e áreas de várzea, alterando consideravelmente a composição da ictiofauna. Entretanto, como os dados anteriores à formação do reservatório são escassos, fica difícil estabelecermos um parâmetro do “antes e depois”. Acredito que um dos principais impactos da usina de Passo Fundo foi que ela desviou as águas do rio de mesmo nome para o rio Erechim, criando um trecho de aproximadamente 10 km de vazão extremamente reduzida, onde as condições ambientais são críticas.

IHU On-Line - Temos hoje no Rio Grande do Sul um modelo de usina hidrelétrica ambientalmente sustentável?

Lisiane Hahn - Não acredito que tenhamos um “modelo”, mas as usinas mais novas, por demandas dos órgãos ambientais competentes, estão investindo mais em pesquisa e medidas de mitigação de impactos do que as construídas antes da década de 1990.

IHU On-Line - Quais os cuidados básicos que devem ser tomados em relação aos reservatórios das usinas hidrelétricas? Como está a situação no Rio Grande do Sul?

Lisiane Hahn - Os cuidados são divididos basicamente em duas categorias: monitoramento e medidas de mitigação e manejo. Quanto mais criterioso o monitoramento, melhor será a visão do sistema e mais eficazes serão as medidas de mitigação e manejo. Portanto, qualquer interferência no sistema depende diretamente da qualidade do monitoramento realizado. No Rio Grande do Sul, algumas empresas investem mais pesado em monitoramento, enquanto outras realizam apenas o básico. A qualidade da equipe técnica

e das técnicas empregadas eleva os custos dos programas, levando muitas vezes a contratação de pessoal não capacitado e escolha de metodologias que trazem muito pouca informação do sistema.

IHU On-Line - Em que medida as experiências com a hidrelétrica de Itaipu podem servir de exemplo (bom ou mau) para as hidrelétricas no Rio Grande do Sul?

Lisiane Hahn - A hidrelétrica de Itaipu, devido a sua magnitude, provocou profundos impactos sociais e ambientais na bacia do Rio Paraná. Entretanto, entre as usinas hidrelétricas brasileiras é uma das que mais investe em pesquisa. A maior série histórica de dados sobre a pesca foi e é gerada pelo reservatório de Itaipu. Este conhecimento acima da média do sistema se deve em grande parte à participação, nos estudos, da Universidade Estadual de Maringá, através do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura - Nupélia. Este núcleo de excelência, reconhecido internacionalmente, pesquisa há mais de 20 anos os ecossistemas aquáticos da bacia do Rio Paraná.

IHU On-Line - Quais as vantagens e desvantagens das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em comparação às grandes usinas hidrelétricas?

Lisiane Hahn - Teoricamente, por possuírem uma área inundada proporcionalmente menor em relação às grandes usinas, o impacto das PCHs é menor. Porém, a localização destas, muitas vezes em tributários ou em porções superiores das bacias, pode afetar profundamente espécies endêmicas de peixes ou áreas de desova de espécies migradoras. O número de PCHs também é importante: ao se instalar diversas Pequenas Centrais Hidrelétricas num mesmo rio, o impacto pode ser proporcionalmente maior à instalação de uma grande usina.



Orações Ilustradas.

Acesse em www.ihu.unisinos.br

Hidrelétricas no Rio Grande do Sul: um caos generalizado

Empresas pressionando para obter licenças de instalação e órgãos fiscalizadores flexibilizando projetos de barramento obsoletos, do tempo da ditadura, vêm paulatinamente sendo efetivados, diz Márcio Repenning sobre as hidrelétricas no estado

POR GRAZIELA WOLFART

A hidrelétrica de Barra Grande, na visão de Márcio Repenning, “é mais uma obra descabida projetada há 30 anos. Gera pouca energia. No contexto ambiental poderíamos qualificá-la como o maior desastre ambiental da década no Brasil. Perdemos para sempre áreas de grande beleza cênica, com riqueza e composição de espécies singular (muitas delas ‘protegidas’ por lei). Foi dado mais um passo para liquidar com a bacia do Rio Uruguai”. Ele fez esta e outras declarações na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Ao refletir sobre como deveria se constituir o processo de liberação de licenças para a construção de hidrelétricas, Márcio admite que não vê uma fórmula imediata para isso. “Mas, como os licenciamentos vêm sendo conduzidos hoje, chega a ser vergonhoso, com raríssimas exceções. Diria que é bravata. E o mais preocupante é que, se comparamos com um passado recente, vemos que estamos retrocedendo quanto à efetividade na proteção de nossos ecossistemas, espécies, etc. Medidas compensatórias, por exemplo, viram em nada prático”.

Márcio Repenning possui graduação em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Atualmente é pesquisador colaborador no Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como você define, em geral, a situação das hidrelétricas no Rio Grande do Sul hoje?

Márcio Repenning - Um caos generalizado. Empresas pressionando para obter licenças de instalação e órgãos fiscalizadores flexibilizando (atendendo às pressões). Os projetos de barramento são obsoletos, do tempo da ditadura, e paulatinamente vem sendo efetivados.

IHU On-Line - Qual a especificidade da hidrelétrica de Barra Grande? O que ela provocou no Vale do Rio Pelotas?

Márcio Repenning - É mais uma obra descabida projetada há 30 anos. Gera pouca energia. No contexto ambiental poderíamos qualificá-la como o maior desastre ambiental da década no Brasil. Perdemos para sempre áreas de grande beleza cênica, com riqueza e composição de espécies singulares (muitas delas “protegidas” por lei). Foi dado mais um passo para liquidar com a bacia do Rio Uruguai.

IHU On-Line - Por que é considerado que a hidrelétrica de Barra Grande foi construída com base em uma fraude?

Márcio Repenning - Simplesmente porque foi omitido, ou mascarado no Relatório de Impacto Ambiental - Rima a verdadeira riqueza e qualidade dos ambientes que compunham a área afetada pelo empreendimento.

IHU On-Line - Quais são as principais espécies que têm entrado em extinção com a construção de hidrelétricas no Rio Grande do Sul?

Márcio Repenning - O ponto mais importante é que este tipo de empreendimento tem na sua essência eliminar e transformar habitats. Todas aquelas espécies que não toleram tais transformações são afetadas diretamente. Espécies endêmicas com distribuição restrita podem desaparecer quando da construção de um só empreendimento ou conjunto de barragens num mesmo rio ou bacia hidrográfica. Barra Grande, por exemplo, eliminou a área

de distribuição de uma espécie de bromélia (*dyckia distachya*) hoje extinta da natureza conscientemente. Imaginemos quantas espécies mais que conhecemos não serão extintas caso implantadas todas as centenas de barragens projetadas para a bacia do Rio Uruguai.

IHU On-Line - Quais as consequências provocadas pelas hidrelétricas para a variabilidade genética do Rio Grande do Sul?

Márcio Repenning - Diretamente perdemos biodiversidade devido à eliminação de áreas (habitats), e obviamente perdemos variabilidade genética. Uma das consequências da diminuição de variabilidade genética é a extinção de espécies. Outro aspecto relevante relacionado à instalação destes empreendimentos é que eles, invariavelmente, afetam processos ecológicos em pleno funcionamento, forjando a evolução dos organismos.

IHU On-Line - Como deveria se cons-

tuitur o processo de liberação de licenças para a construção de hidrelétricas? E como isso acontece hoje no Rio Grande do Sul?

Márcio Repenning - Não vejo uma fórmula imediata para isso. Mas, como os licenciamentos vêm sendo conduzidos hoje, chega a ser vergonhoso, com raríssimas exceções. Diria que é bravata. E o mais preocupante é que, se comparamos com um passado, recente vemos que estamos retrocedendo quanto à efetividade na proteção de nossos ecossistemas, espécies etc. Medidas compensatórias, por exemplo, viram em nada prático. A verba se pulveriza na máquina burocrática dos governos.

IHU On-Line - Em que medida a construção de hidrelétricas interfere na população de aves do Rio Grande do Sul?

Márcio Repenning - Que eu conheça não há estudos conclusivos sobre isso aqui no estado. Mas, similar ao que ocorre em outras áreas afetadas por este tipo de empreendimento,

“Imaginemos quantas espécies mais que conhecemos não serão extintas caso implantadas todas as centenas de barragens projetadas para a bacia do Rio Uruguai”

as consequências mais imediatas são mudança na abundância e composição das espécies, isto é, isolamento de populações de espécies com pouco poder de dispersão, extinções locais, principalmente daquelas espécies menos tolerantes a mudanças no seu habitat e favorecimento a colonização de espécies com maior plasticidade ecológica, ou associadas a ambientes

aquáticos lânticos.

IHU On-Line - Como os biólogos gaúchos têm atuado em relação aos impactos ambientais provocados pelas hidrelétricas construídas no estado?

Márcio Repenning - Uma questão delicada. Mas acho que muito de positivo já foi feito em relação à contestação de empreendimentos de grande impacto em potencial. Profissionais de diferentes áreas têm contribuído com informações técnicas importantes para tomada de decisões sobre a viabilidade ambiental de tais empreendimentos. Enquanto outros têm buscado articulação com profissionais do Direito (visando impedir o prosseguimento de processos de licenciamento deficientes). Tem-se buscado também a divulgação da problemática que está por trás destes empreendimentos através de uma aproximação com profissionais do Jornalismo. Há também uma parcela substancial de biólogos que preferem ficar isentos a todas estas questões. Normal.

XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU: O (DES)GOVERNO BIOPOLÍTICO DA VIDA HUMANA

XI SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU:
**O (DES)GOVERNO BIOPOLÍTICO
DA VIDA HUMANA**

13 a 16 de setembro de 2010

Informações e inscrições: www.ihu.unisinos.br
ou Central de Relacionamento Unisinos - (51) 3591 1122
Local: Unisinos - Anfiteatro Pe. Werner - Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo - RS



INÍCIO: 13/9/2010
TÉRMINO: 16/9/2010

PROGRAMAÇÃO EM
WWW.IHU.UNISINOS.BR

As hidrelétricas modificam o clima?

“Não se pode afirmar que haja modificação do clima no RS a partir das hidrelétricas”, afirma a engenheira florestal Silvia Pagel, da Fepam

POR GRAZIELA WOLFART

“**S**e considerarmos a água um recurso natural renovável e que o impacto ambiental é bem menor que o de fontes não renováveis como o carvão, petróleo, gás natural e a energia nuclear, as hidrelétricas podem ser consideradas como produtoras de energia limpa”. A constatação é da engenheira florestal Silvia Pagel, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - Fepam-RS, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Entretanto, continua ela, “sua construção deveria ser preterida sempre que for possível o uso de fontes de energia mais limpas, como a eólica e a solar, uma vez que os impactos dos barramentos necessários para a geração de eletricidade é considerável tanto sob o ponto de vista ambiental, como social, destacando-se as alterações no regime hidrológico e nos ecossistemas aquáticos e terrestres e nas regiões ocupadas a realocação da população com a perda de seu território e de parte de sua rede de relações”. Silvia ainda acrescenta que as mudanças provocadas pelas hidrelétricas e barragens no Rio Grande do Sul “podem ocorrer no microclima nas áreas de entorno aos reservatórios, com alterações no regime de ventos, temperatura, umidade, etc.”

Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Silvia Pagel é especialista em Geografia Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Tem experiência na área de planejamento ambiental, avaliação de impacto e licenciamento ambiental. Desenvolve suas atividades no Departamento de Qualidade Ambiental da Fepam, especialmente na área de gestão dos recursos naturais e da biodiversidade. Participou da equipe de coordenação do Diagnóstico Ambiental da Bacia do Taquari-Antas: Diretrizes Regionais para o Licenciamento Ambiental das Hidrelétricas e do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul. Atualmente integra a equipe responsável pela elaboração do Programa RS-Biodiversidade, a ser implementado pelo governo do estado através da Secretaria do Meio Ambiente e Emater. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais as vantagens e desvantagens da produção de energia por hidrelétricas se considerarmos as condições da natureza do Rio Grande do Sul?

Silvia Pagel - O regime pluviométrico do Rio Grande do Sul favorece a geração de energia por hidrelétricas, uma vez que, além de apresentar índices de precipitações relativamente elevados, tem uma boa distribuição anual destas, o que se reflete na necessidade de menor volume de água represada por potência instalada. Os vales encaixados comuns no planalto favorecem o represamento da água, diminuindo, assim, o índice da área alagada por potência instalada. Por este motivo, os

inventários do potencial hidrelétrico no Rio Grande do Sul estão concentrados na região do planalto, uma região que sofreu intensa descaracterização da sua cobertura florestal e onde os remanescentes desta vegetação estão concentrados justamente nas áreas íngremes das encostas onde são construídas as hidrelétricas.

IHU On-Line - Podemos considerar as hidrelétricas como produtoras de energia realmente limpa?

Silvia Pagel - Se considerarmos a água um recurso natural renovável e que o impacto ambiental é bem menor que o de fontes não renováveis como o carvão, petróleo, gás natural e a ener-

gia nuclear, as hidrelétricas podem ser consideradas como produtoras de energia limpa. Entretanto, sua construção deveria ser preterida sempre que for possível o uso de fontes de energia mais limpas, como a eólica e a solar, uma vez que os impactos dos barramentos necessários para a geração de eletricidade é considerável tanto sob o ponto de vista ambiental, como social, destacando-se as alterações no regime hidrológico e nos ecossistemas aquáticos e terrestres e nas regiões ocupadas a realocação da população com a perda de seu território e de parte de sua rede de relações.

IHU On-Line - Como a Fepam proce-

de em relação à liberação das licenças ambientais para a instalação de hidrelétricas no Rio Grande do Sul? Quais os critérios que devem ser observados antes de liberar as obras?

Silvia Pagel - A Fepam foi pioneira, em 2001, quando realizou o estudo integrado da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas¹, com previsão de implantação de 55 empreendimentos hidrelétricos, ao longo do Rio das Antas e principais tributários. Este estudo estabeleceu diretrizes para o licenciamento ambiental, com base no diagnóstico ambiental da bacia e na capacidade do ambiente para receber estes empreendimentos. Foram considerados inviáveis 17 empreendimentos, assegurando livres de barramentos um rio da região do planalto (rio Tainhas) e um rio da região da encosta (rio Guaporé), além do trecho médio do rio Taquari-Antas e a região de cabeceiras da bacia, com endemismos de peixes, além de outras diretrizes ambientais. Também foram feitos estudos semelhantes para as bacias do Apuae-Inhandava² e do Ijuí-Butuí-Pira-

¹ A bacia do Taquari-Antas abrange uma superfície de 26.277,09 km². Localiza-se em partes das regiões do Planalto Médio, Campos de Cima da Serra, Encosta Superior do nordeste e Encosta Inferior do Nordeste. Limita-se ao norte com a bacia do Apuae-Inhandava; ao sul com as bacias do Caí e Baixo Jacuí; a oeste com a bacia do Alto Jacuí e Pardo; e a leste com o Estado de Santa Catarina. É composta pelos Rios Taquari, das Antas, Buriti, Tainhas, Camisas, da Telha, Ituim, Turvo, da Prata, Carreiro, Guaporé, Forqueta e o Arroio de Fão. O Rio Taquari é seu principal formador, o Rio das Antas, oriundo do extremo nordeste, recebe em sua bacia grande volume de água proveniente de índices pluviométricos superiores a 2.000 mm. Possui declives muito acentuados, com seu leito escavado em vales apertados, nas regiões mais elevadas do Estado. As nascentes do Taquari-Antas estão a mais de 1.200 m de altitude (VIEIRA, 1984). A vegetação característica desta bacia é composta pela Floresta Ombrófila Mista, Savana e Floresta Estacional Decidual. (Nota da IHU On-Line)

² A bacia hidrográfica do Apuae-Inhandava ocupa uma área de 13.391,87 km² e localiza-se na região dos Campos de Cima da Serra e Alto Uruguai, no extremo nordeste do Rio Grande do Sul, limitado ao norte pelo Rio Pelotas, ao sul pelas nascentes do Rio das Antas, ao leste pelos canions dos Aparados da Serra e a oeste com o divisor d'água do Rio Apuae. Os principais cursos d'água desta bacia são: os Rios Apuae, Paraçucé, Inhandava, Bernardo José, Socorro, Santana, dos Touros e Cerquinha, formadores do Rio Pelotas, nascentes do Rio Uruguai. A vegetação característica desta bacia é a Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual e Savanas. (Nota da IHU On-Line)

“As barragens podem, em diferentes graus, alterar o regime hidrológico dos rios”

tini-Icamaquã³, na região hidrográfica do rio Uruguai. Estes estudos são importantíssimos, pois agregam ao processo de licenciamento uma análise dos impactos ambientais em escala regional, o que não é possível na análise caso a caso.

Excluídos os empreendimentos considerados inviáveis nos estudos de bacia, o empreendedor deverá elaborar o Relatório Ambiental Simplificado - RAS ou o Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA, de acordo com o previsto na Resolução Conama nº 279/2001, para avaliação, pelo órgão ambiental, da viabilidade do empreendimento no local proposto. Cabe destacar neste processo o papel dos Comitês de Bacias, citando o exemplo do Comitê do Caí, que se posicionou contrário à construção de usinas hidrelétricas no trecho médio do rio Caí e esta decisão deve ser respeitada pelo órgão ambiental licenciador.

IHU On-Line - Quais os principais riscos ecológicos provocados pelas hidrelétricas ao clima gaúcho?

Silvia Pagel - As mudanças, em determinadas situações, podem ocorrer no microclima nas áreas de entorno aos reservatórios, com alterações no regime de ventos, temperatura, umidade, etc. Entretanto não se pode afirmar que haja modificação do clima no Rio Grande do Sul a partir da formação destes reservatórios, uma vez que o clima regional é influenciado por fa-

³ A bacia do Ijuí-Piratinim-Icamaquã, com 27.979,52 km², está situada na região das Missões e parte oeste do Planalto Médio. Limita-se ao norte com a bacia do Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo; ao sul com a bacia do Ibicuí; ao leste com a do Alto Jacuí; e a oeste com o Rio Uruguai, fronteira com a Argentina. Os principais cursos d'água desta bacia são os Rio Ijuí, Piratinim, Icamaquã, Caxambu, Potiribu, Ijuizinho, Piraju, Inhapetum, Comandai e os Arroios Urubucarú e Itacorobi. A vegetação característica desta bacia é composta pela Floresta Estacional Decidual, Savanas e Áreas de Tensão Ecológica. (Nota da IHU On-Line)

tores de grande escala. Na bacia do Taquari-Antas, os resultados do monitoramento climático em andamento por algumas empresas, com registro de temperatura, umidade, pressão, vento, radiação solar global e precipitação têm demonstrado que os dados coletados estão em concordância com o clima regional do período.

IHU On-Line - Como as hidrelétricas e as barragens alteram a ecologia dos peixes de água doce no Rio Grande do Sul? E como elas modificam a dinâmica de população dos peixes?

Silvia Pagel - Para responder a estas questões tive a colaboração do professor Fernando Becker, do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que destaca dois impactos principais sobre os peixes decorrentes da construção de barragens: o primeiro é a interrupção das rotas de migração de peixes como o dourado, por exemplo. O ciclo de vida desses peixes depende de que eles tenham acesso a diferentes partes das bacias hidrográficas, o que envolve migrações por longas distâncias. Com a interrupção das rotas de migração, os peixes não conseguem chegar aos seus locais de desova ou de crescimento e, com isso, não ocorre a renovação das populações com novos indivíduos. Isso não significa que seja impossível construir barragens sem prejudicar peixes migradores. Mas a solução para isso não é trivial e depende, entre outras coisas, de identificar a existência de rotas alternativas e de garantir que essas não sejam interrompidas ou determinar se a desova pode ocorrer à jusante das barragens. No caso da construção de muitas barragens em uma mesma bacia, esse efeito é potencializado e acaba afetando também espécies não migratórias, que não se adaptam ao ambiente de reservatório e que possuem populações pequenas ou dispersas. Essas populações dependem de que os indivíduos possam deslocar-se, mesmo que por pequenas distâncias, tanto para reproduzir quanto para exercer o que se denomina “efeito resgate”. O efeito resgate ocorre quando novos indivíduos colonizam uma área, ajudando a recompor a população local após um evento de redução do tamanho populacional



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

Congresso Latino-Americano de Teologia: uma análise da situação sociorreligiosa-ecclesial atual

“Em tempos de profundas transformações e de crise em todos os campos, sem dúvida, um grande desafio, diante do medo em arriscar criar o novo, é não fazer do passado um refúgio”, aponta o teólogo Agenor Brighenti

POR GREYCE VARGAS

O ano de 2012 é significativo para a Igreja na América Latina. “São os 50 anos da abertura do Concílio Vaticano II, pelo Papa João XXIII (11 de outubro de 1962) e os 40 anos da publicação da obra de Gustavo Gutiérrez, *Teología de la liberación. Perspectivas* (Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971), que inaugura a rica trajetória da teologia em nosso Continente”, explica Agenor Brighenti durante a entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, por email. É por isso que acontece em 2012 o Congresso Continental de Teologia com o objetivo de analisar a situação sociorreligiosa-ecclesial atual do continente.

“A definição do local foi fruto de um longo e difícil discernimento. Dado o momento ecclesial que vivemos, sobretudo da Igreja Católica, não é em qualquer país que é possível realizar um evento com a agenda e a metodologia do Congresso”, justifica Brighenti. Foi por este motivo que o Brasil e, mais precisamente o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, sediará o evento. “A academia precisa de autonomia para pensar e de liberdade para criar, o que nem sempre, infelizmente, estão presentes em muitos espaços ecclesiais nos diferentes países do Continente”, disse.

Agenor Brighenti é licenciado em Filosofia e graduado em Teologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina. É especialista em Pastoral Social e Planejamento Pastoral pelo Instituto Teológico-Pastoral do Celam e doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Atualmente, é professor no Programa de Pós-graduação em Teologia da PUC-Paraná. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que contexto ecclesial se dará o Congresso Continental de Teologia?

Agenor Brighenti - A V Conferência dos Bispos da América Latina¹, realizada em Aparecida do Norte no ano de 2007, deu um novo impulso à tradição latino-americana, tecida em torno à

“recepção criativa” do Concílio Vaticano II. Sem dúvida, o principal avanço de Aparecida foi muito mais do que ter evitado um retrocesso, na perspectiva do atual processo de “involução ecclesial” no seio do catolicismo, que vem desde os anos 1980. Este momento resgatou o Vaticano II em suas intuições básicas e eixos fundamentais, assim como o “rosto latino-americano”, plasmado em torno às Conferências anteriores.

Diante deste momento novo na Igreja, pareceu bem à Ameríndia convidar outros segmentos e instâncias da Igreja no Continente e juntar esforços

na convocação de um Congresso Continental de Teologia. É um momento oportuno para mobilizar a comunidade teológica ligada à teologia latino-americana da libertação, depois de anos particularmente difíceis, marcado por tensões, desencanto, falta de perspectivas, dispersão e inclusive por certa desmobilização dos teólogos e teólogas.

A decisão de realizar este *Congresso Continental de Teologia* no ano de 2012 deve-se ao fato de ser um ano muito significativo para a igreja na América Latina. São os 50 anos da abertura do Concílio Vaticano II², pelo

² Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-

¹ Documento de Aparecida: A V conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe aconteceu de 13 a 31-05-2007, em Aparecida, São Paulo. As conclusões da reunião compõem o Documento Conclusivo da V Conferência. Sobre o tema, a IHU On-Line produziu uma revista especial em 20-6-2007, edição 224, intitulada *Os rumos da Igreja a partir de Aparecida. Uma análise do documento final da V Conferência*, disponível em <http://bit.ly/df-blk>. (Nota da IHU On-Line)

Papa João XXIII³ (11 de outubro de 1962) e os 40 anos da publicação da obra de Gustavo Gutiérrez⁴, *Teología de la liberación. Perspectivas* (Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971), que inaugura a rica trajetória da teologia em nosso Continente.

Estes dois referenciais comemorativos dão a ótica do evento: reler, desde o novo contexto em que vivemos, a tradição latino-americana, tecida em torno da “recepção criativa” do Vaticano II, das práticas das comunidades eclesiais inseridas num contexto de injustiça social, da centralidade da Palavra e da leitura popular da Bíblia; também em torno da opção pelos pobres, do teste-

1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano. O IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o *Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira, também, a edição 157 da IHU On-Line, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível para download na página eletrônica do IHU, <http://migre.me/KtJn>. Ainda sobre o tema, a IHU On-Line produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível no link <http://migre.me/KtJE>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Papa João XXIII** (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi declarado beato por João Paulo II em 2000. (Nota da IHU On-Line)

4 **Gustavo Gutiérrez** (1928): padre e teólogo peruano, um dos pais da Teologia da Libertação. Gutiérrez publicou, depois de sua participação na Conferência Episcopal de Medellín de 1968, *Teologia da Libertação* (Petrópolis: Vozes, 1975), traduzida para mais de uma dezena de idiomas, e que o converteu num teólogo polêmico. Uma década mais tarde participou da Conferência Episcopal de Puebla (México, 1978), que selou seu compromisso com os desfavorecidos e serviu de motor de mudança na Igreja, especialmente latino-americana. Alguns dos últimos livros de Gustavo Gutiérrez são: *Em busca dos pobres de Jesus Cristo. O pensamento de Bartolomeu de Las Casas* (São Paulo: Paulus, 1992) e *Onde dormirão os pobres?* (São Paulo: Paulus, 2003). (Nota da IHU On-Line)

munho dos mártires das causas sociais e de nossa peculiar reflexão teológica, em perspectiva libertadora.

IHU On-Line - O senhor pode nos explicar o que é esse Congresso? Quais são os principais objetivos dele?

Agenor Brighenti - A finalidade primeira do Congresso não é fazer balanço da trajetória da teologia na América Latina. Em grande medida, esta difícil e importante tarefa já foi feita em diversos congressos nacionais e internacionais, nos últimos anos. O que mais urge na atualidade é voltar nosso olhar para o futuro, ousar olhar longe e, portanto, a oportunidade de um congresso prospectivo. É importante que se pergunte sobre os desafios e tarefas futuras da teologia na América Latina, desde nosso novo contexto cultural, social, político, econômico, ecológico, religioso e eclesial, globalizado e excludente.

Para isso, o Congresso Continental de 2012 quer propiciar uma análise da situação sociorreligiosa-eclesial no momento atual, para que, a partir da identificação dos novos desafios, a Inteligência da fé não perca de vista o “real da realidade” de nossos povos e continue sendo instância retroalimentadora das comunidades eclesiais, inseridas no mundo em perspectiva libertadora.

IHU On-Line - Quais são as respostas que o Vaticano tem dado às questões da América Latina?

Agenor Brighenti - A tradição latino-americana é herdeira do Vaticano II. Mais do que “ponto de chegada”, o Vaticano II para a Igreja na América Latina foi um “ponto de partida”. Em suas inovações, a Igreja da América Latina não rompe com o Concílio, apenas faz desdobramentos de suas intuições básicas e eixos fundamentais. O Vaticano II continua inspirando nossa Igreja e respondendo a nossos desafios. Como ilustração disso, podemos fazer menção às raízes de alguns dos traços do rosto próprio de nossa Igreja.

Por exemplo:

a) o Concílio concebe a Igreja como **Povo de Deus**, a comunidade dos batizados, na comunhão da radical igualdade em dignidade de todos os

ministérios; para a Igreja na América Latina, só há Igreja-comunidade em pequenas comunidades e a forma mais adequada de se fazer uma real vivência da fraternidade cristã é no seio de comunidades eclesiais de base, inseridas profeticamente no mundo;

b) o **Vaticano II**, ao afirmar a base laical da Igreja, fundada no tríptico ministério da Palavra, da Liturgia e da Caridade, faz da comunidade dos fiéis o sujeito eclesial; **Medellín** verá a Igreja, toda ela e em cada um de seus membros, sem distinção, como os sujeitos da missão evangelizadora;

c) o **Vaticano II**, na perspectiva de **João XXIII**, propõe “uma Igreja dos pobres para ser a Igreja de todos”; para Medellín não basta uma Igreja “dos pobres”, é preciso uma “Igreja pobre”, solidária com sua situação e comprometida com sua causa, de um mundo onde caibam todos;

d) o **Vaticano II**, rompendo com uma fé metafísica e abstrata, fala de Deus e partir do ser humano e busca servir a Deus, servindo o ser humano; para a Igreja na América Latina, optar pelo ser humano, dado o contexto marcado por escandalosa exclusão da maioria, que são os preferidos de Deus, significa optar antes pelos pobres, pois se trata de promover a fraternidade de todo o gênero humano;

e) o **Vaticano II**, superando o eclesiocentrismo, afirma que a Igreja, ainda sem ser deste mundo, está no mundo, existe para ser mediação de salvação do mundo e, portanto, precisa inserir-se no mundo; a Igreja na América Latina se perguntará: a Igreja deve inserir-se no mundo, mas dentro de que mundo? Do mundo dos incluídos ou dos excluídos para promover um mundo inclusivo de todos? Por isso, além da opção pelo sujeito social - o pobre -, a missão evangelizadora em vista da salvação, já na história, e que passa pela construção de uma sociedade justa e solidária, implica igualmente a opção pelo lugar social dos pobres.

E, assim, poderíamos continuar fazendo a lista dos pontos de chegada do Concílio, que a Igreja na América Latina fez e precisa continuar fazendo ponto de partida.

IHU On-Line - A Teologia da Libertação ainda é atual na América Latina? Que teologia surge no atual contexto da América Latina?

Agenor Brighenti - A eclosão de uma nova consciência na Igreja da América Latina é o resultado de uma nova sensibilidade da fé em relação com a situação política e social. Era preciso dar resposta a uma pergunta crucial: como ser cristão nesse contexto de opressão e de injustiça.

A Teologia da Libertação⁵ (TdL) seria incompreensível fora destas circunstâncias. Antes de qualquer elaboração mais sofisticada, ela foi necessidade vital de pensar teologicamente a experiência viva e concreta da comunidade eclesial. De uma experiência que era, ao mesmo tempo, experiência de Deus e responsabilidade pela realidade humana e social. Mais ainda, de uma tomada de consciência da situação social inseparável de uma experiência espiritual, isto é, de uma exigência de conversão provocada por uma finalidade maior ao Deus cristão, ao Deus que, em Jesus Cristo, se tinha feito carne e história humana. Essa foi a matriz da Teologia da Libertação, “momento segundo”, sem dúvida, mas indispensável como esforço reflexivo para iluminar essa complexa experiência.

A evolução posterior e, sobretudo, os embates aos quais foi submetida a TdL deixaram na penumbra este dado simples e, à primeira vista, sem grande importância, sem o qual, porém, é impossível compreender a originalidade desta teologia e interpretar algumas de suas características que só depois viriam a ser completamente explicitadas.

Em primeiro lugar, a vida da comunidade eclesial como lugar natural da teologia. Com isso, se afirmava não só que a teologia é inseparável da consciência viva da Igreja, mas a convicção reflexiva de que a vida e a experiência de uma Igreja situada precedem a teologia. A TdL é uma teologia contextualizada

⁵ Teologia da Libertação: escola importante na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da IHU On-Line, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. (Nota da IHU On-Line)

“A eclosão de uma nova consciência na Igreja da América Latina é o resultado de uma nova sensibilidade da fé em relação com a situação política e social”

original, não necessariamente pelo seu método e muito menos pelo seu produto final, mas antes pela experiência eclesial que a sustenta. O essencial deste paradigma teológico não é a teologia, mas a libertação, a experiência encarnada da fé. É a partir dali que nasce a teologia como inteligência da fé, de maneira deliberada, intencional e reflexiva em, desde e para o contexto desta experiência de fé. Em última instância, a TdL inova em relação a outras teologias por mudar de lugar e de função.

Aqui está uma das grandes motivações da convocação deste Congresso, pois temos, cada vez mais, também na América Latina, uma teologia órfã de sociedade e de Igreja. Ora, nossa teologia não pode perder de vista seu novo lugar e sua nova função, para poder continuar sendo instância retroalimentadora das comunidades eclesiais inseridas, em perspectiva libertadora, num mundo que apresenta hoje novos desafios, que exigem novas respostas.

IHU On-Line - Quais os principais desafios que a Igreja enfrenta e quais as principais frentes de luta dela na América Latina de hoje?

Agenor Brighenti - Em tempos de profundas transformações e de crise em todos os campos, sem dúvida, um grande desafio, diante do medo em arriscar criar novo, é não fazer do passado um refúgio. É preciso encarar este momento como um tempo de passagem, pascal, promessa de novas possibilidades. Para isso, é fundamental

superar posturas tanto retrospectivas como também catastróficas e olhar para o futuro, com visão esperançada, prospectiva, buscando discernir os novos sinais dos tempos e as interpelações do Espírito, que se dão em meio à ambiguidade da história. Os desafios, hoje, num mundo globalizado, em grande medida são desafios globais, mas que precisamos assumir desde nosso contexto particular.

Um primeiro deles é a emergência de uma nova racionalidade, que nos obriga repensar paradigmas e pressupostos, a repensar a razão, sobretudo alargando seu horizonte. Ao lado da racionalidade moderna, tributária do logos grego, emergem outras formas de razão, que também a teologia precisa receber, tal como a razão cordial e comunicativa.

Um segundo grande desafio é a emergência de um novo rosto da pobreza, pobres não somente como explorados, mas massa que sobra, descartável, constituindo o mundo da insignificância. Trata-se de uma pobreza, subproduto de uma riqueza que se alimenta da escassez da maioria. Frente a isso, também a teologia precisa ser profecia, sobretudo diante do cinismo dos satisfeitos e contribuir para um mundo onde caibam todos, expressão do ideal do Reino de Deus de uma fraternidade universal.

Um terceiro desafio é o pluralismo cultural e religioso, numa sociedade onde as diferenças tendem cada vez mais a adquirir cidadania. Não só se apresenta o desafio de conviver com os diferentes, como de aprender a se enriquecer com as diferenças. Diante de um mundo plural, a alteridade, mais que uma mera abertura, precisa ser um pressuposto a partir do qual é preciso repensar as identidades, tanto individuais, como sociais e institucionais.

IHU On-Line - Como serão as jornadas teológicas que acontecerão em 2011?

Agenor Brighenti - Para mobilizar a comunidade teológica, em vista do Congresso Continental, a Comissão Organizadora pensou oportuno realizar quatro **Jornadas Teológicas Regionais** em 2011: uma no México, para os mexicanos e os hispanos dos

Estados Unidos; outra na **Guatemala**, para a América Central e o Caribe; uma terceira em **Bogotá**, para os países andinos; e uma quarta em **Santiago do Chile**, para o Cone Sul e o Brasil. A proposta é que estas jornadas se realizem dentro dos mesmos objetivos e metodologia do Congresso Continental e se constituam num momento privilegiado de sua preparação.

IHU On-Line - Qual a importância de um congresso como esse acontecer no Brasil?

Agenor Brighenti - Não é por acaso que o Congresso Continental de 2012 vai acontecer no Brasil, mais precisamente na Unisinos, sob a responsabilidade local do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. A definição do local foi fruto de um longo e difícil discernimento. Dado o momento eclesial que vivemos, sobretudo da Igreja Católica, não é em qualquer país que é possível realizar um evento com a agenda e a metodologia do Congresso. A academia precisa de autonomia para pensar e de liberdade para criar, o que nem sempre, infelizmente, estão presentes em muitos espaços eclesiais nos diferentes países do Continente. Olhando para a situação da Igreja nos países da América Latina, constatou-se que, dificilmente, se poderia realizar este Congresso a não ser no Brasil. E, em nosso país, também não importa onde. Optamos pela **Unisinos**, baseados em sua trajetória, assim como em sua experiência na promoção de eventos internacionais, em torno a temas de fronteira. Sem falar na competente equipe do IHU, que generosamente se colocou à disposição para assegurar, com o apoio da Comissão Organizadora, a realização e a logística do Congresso.

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



LEIA MAIS...

- *A Igreja 40 Anos de Lumen Gentium.* Edição 124 da revista IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/9lFZTk>
- *Os rumos da Igreja na América Latina a partir de Aparecida. Uma análise do Documento Final da V Conferência.* Edição 224 da revista IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/dfbllk>
- *Teologia da Libertação.* Edição 214 da revista IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/csBSsM>
- *Congresso Continental de Teologia. Projeto e convocação,* publicado nas Notícias do Dia 07-07-2010, disponível em <http://bit.ly/9pn0sW>

ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA WWW.IHU.UNISINOS.BR

Memória

Dom José Vicente Távora - Um centenário.

Padre dos pobres e bispo dos operários. A história de Dom José Vicente Távora

A relação de proximidade com a classe operária fez Dom José Vicente Távora ficar reconhecido como padre dos pobres. Mais tarde, como bispo no Rio de Janeiro, envolvido com a JOC, “ele se autodenominava o bispo dos operários”, conta Isaias Nascimento

POR PATRÍCIA FACHIN

“Dom Távora fez opção pela classe operária desde o início de sua vida sacerdotal lá na diocese de Nazaré da Mata, em Pernambuco. Para ele, a JOC era ‘uma sementeira de líderes para o futuro’ dentro do movimento operário”. É assim que Isaias Nascimento, autor do livro *Dom Távora, O Bispo dos Operários* (São Paulo: Paulinas, 2008), lembra de Dom José Vicente Távora, nordestino que dedicou sua vida à causa dos excluídos. Dom Távora participou da reestruturação da Ação Católica Brasileira, no Rio de Janeiro, e fundou a Juventude Operária Católica - JOC, “cujo objetivo era formar operários católicos missionários atuando entre seus iguais para ‘converter a Jesus Cristo, não apenas este ou aquele colega individualmente, nem mesmo dezenas e dezenas de colegas, mas o próprio operariado’”.

Amigos oriundos do Nordeste brasileiro, Dom Hélder Câmara e Dom Távora “conheciam a sina dos filhos da seca” e viam, nas favelas do Rio de Janeiro, “seus irmãos nordestinos enxotados pela miséria e pela fome”. O clamor dos pobres, enfatiza Isaias Nascimento, fez com que os dois bispos firmassem “uma aliança em defesa dos excluídos nordestinos, os da Capital Federal e os que estavam na terra natal. Eles comprometeram e pagaram, ao longo de suas vidas todo tipo de perseguições, críticas jornalísticas, acusações mentirosas, mas não se desviaram do compromisso social com o Ecce Homo - Eis o Homem (João 19, 4-5) continuamente crucificado”.

Na entrevista a seguir, concedida, por e-mail para a IHU On-Line, o padre da diocese de Propriá, Sergipe, relata alguns momentos da trajetória de Dom Távora e menciona que o período mais difícil de sua vida foi a ditadura militar. “Dom Távora teve seu telefone grampeado. Recebia com frequência um coronel do exército para pressioná-lo. Teve que enfrentar uma prisão domiciliar. Várias lideranças do Movimento de Educação de Base - MEB e dos sindicatos de orientação católica foram presas em Sergipe e em várias partes do país. Viu também parte do seu clero e religiosas comprometidos serem intimados a depor na Polícia Federal. (...) Sentiu-se só, muitas vezes, sem a visita e o carinho do povo, dos pobres, mas resistiu o quanto pode, até o dia 03 de abril quando seu coração não suportou mais o 3º infarto”.

Isaias Nascimento é pároco da Paróquia de Brejo Grande, que fica no lado sergipano na foz do Rio Francisco e Coordenador da Cáritas Diocesana de Propriá. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor pode nos contar como era o trabalho desenvolvido por Dom Távora na diocese e a iniciativa de fundar escolas operárias?

Isaias Nascimento - Quando chegou a Aracaju, em março de 1958, encontrou muita coisa encaminhada pelo

seu antecessor Dom Fernando Gomes¹:

¹ Fernando Gomes dos Santos (1910-1985): bispo católico brasileiro. Ocupou o cargo de bispo da diocese de Penedo (1943-1949), da arquidiocese de Aracaju (1949-1957) e, finalmente, da arquidiocese de Goiânia, onde ficou até a morte. D. Fernando tomou parte do Concílio Vaticano II e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Medellin,

grupos de Juventude Operária Católica - JOC (que ele mesmo fundou ainda como padre no início dos anos

Colômbia). Foi membro da comissão central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, secretário do regional Centro-Oeste da CNBB, grão-chanceler e fundador da Universidade Católica de Goiás. (Nota da IHU On-Line)

50), Círculos Operários² assessorados por Mons. João Moreira Lima, grupos de Ação Católica Especializada e a entidade assistencial conhecida como Serviço de Assistência à Mendicância - SAME que acolhia pessoas abandonadas. Além de dar continuidade pastoral ao que já havia, fundou a Rádio Cultura de Sergipe que, juntamente, com a criação do Movimento de Educação de Base³ - MEB, com suas escolas radiofônicas, ofereceu a educação do homem do campo e, a partir delas, fundaram e organizaram os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a sua Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe - FETASE. Dom Távora é reconhecido como o patrono do sindicalismo rural de Sergipe.

Ainda como seminarista na sua diocese de Nazaré da Mata, em Pernambuco, aderiu ao movimento da Ação Católica que estava se formando no Brasil. Ela - Ação Católica - formava liderança das grandes cidades e do interior com os princípios da Doutrina Social da Igreja, principalmente os contidos na encíclica papal *Rerum Novarum*⁴. Quando padre recém ordenado, no início dos anos 1930, fundou diversas Escolas Operárias na mesma diocese, principalmente em Nazaré da Mata e Goiana, em Pernambuco. Pegou tão bem que ela chamou de Legião Pernambucana do Trabalho, tendo como finalidade formar a classe operária sob a orientação católica. Já havia naquele tempo Círculos Operários em

alguns municípios de Pernambuco e em Aracaju. Foi ele quem conseguiu realizar um Congresso Operário no final dos anos 1930 lá em Goiana, recebendo delegações de toda a região Nordeste, no qual esteve presente também o Pe. Leopoldo Brentano⁵. Sua relação com a classe operária o fez reconhecido como padre dos pobres. Depois, como bispo no Rio de Janeiro, já envolvido com a JOC, ele se autodenominava o bispo dos operários.

IHU On-Line - Qual a relação de Dom José Vicente Távora com o período político getulista?

Isaias Nascimento - Lembremos que o Rio de Janeiro era a Capital Federal do Brasil, e a Igreja Católica, apesar de não ser a religião oficial do país, tinha muita influência junto aos poderes de uma República que ainda estava engatinhando. O Cardeal Leme⁶, reconhecido como um bom estadista e pastoralista, procurou manter “cada qual no seu lugar”, isto é, procurou fortalecer a Igreja para continuar independente do Estado, e defender os interesses dela e seus princípios junto ao Estado e, para isto, formou uma boa equipe de padres competentes na defesa dos princípios da Doutrina Social da Igreja, relacionados às questões trabalhistas, educação católica e saúde, diante dos poderes públicos. Para tal intento, trouxe do Ceará o Pe. Hélder Câmara⁷, de Pernambuco; Pe. José Vicente

Távora e o Pe. Jorge Marcos⁸. Ambos vivenciaram o período getulista. A liderança de Dom Hélder foi marcante neste período. Foram Dom Távora e Dom Hélder que no dia 24 de agosto de 1954 deram a notícia do suicídio de Getúlio Vargas⁹, o então presidente da República, conforme o Padre Ivo Calliari detalhou em suas anotações: “Às 4h:30min do dia 24 de agosto de 1954, Dom Hélder e Dom José Vicente Távora vieram buscar Sua Emcia¹⁰. Descemos imediatamente... No Palácio São Joaquim, ligamos o rádio: a notícia era que o Dr. Getúlio Vargas renunciara. Seguiu-se logo que pedira

mará, publicando o artigo *Hélder Câmara: cartas do Concílio*. Na edição 157, de 26-09-2005, publicamos a entrevista *O Concílio, Dom Hélder e a Igreja no Brasil*, realizada com Ernanne Pinheiro, que pode ser lida em <http://migre.me/KtGO>. Confira, ainda, a editoria Filme da Semana da edição 227 da IHU On-Line, 09-06-2007, que comenta o documentário *Dom Hélder Câmara - o santo rebelde*. O material pode ser acessado em <http://migre.me/Ktlb>. (Nota da IHU On-Line)

8 **Jorge Marcos**: padre que foi eleito bispo de Santo André em São Paulo. Foi um bispo importante na construção de uma Igreja comprometida com os operários do ABC. (Nota da IHU On-Line)

9 **Getúlio Dornelles Vargas** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente República nos seguintes períodos: 1930-1934 (Governo Provisório), 1934-1937 (Governo Constitucional), 1937-1945 (Regime de Exceção), 1951-1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Paralela ao evento aconteceu a *Exposição Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios*, no Espaço Cultural do IHU. A revista IHU On-Line publicou os seguintes materiais referentes a Vargas: edição 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://migre.me/QYAi>, e a edição 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://migre.me/QYBn>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://migre.me/QYCb>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004 o Prof. Dr. Jurmir Machado da Silva, da PUCRS, apresentou o IHU ideias *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *CADERNOS IHU ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, também de autoria de Jurmir, disponível em <http://migre.me/QYDR>. Vale destacar o *Caderno IHU em formação* número 1, publicado pelo IHU em 2004, intitulado *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://migre.me/QYEE>. (Nota da IHU On-Line)

10 Trata-se do cardeal D. Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, Natural de Santa Catarina, estudara no Colégio Catarinense, e foi nomeado bispo. (Nota da IHU On-Line)

2 **Círculos Operários**: sobre eles, confira a resenha do livro de *Jessie Jane, Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*, publicada na 44ª edição da IHU On-Line, de 25-11-2002, disponível em <http://bit.ly/9zAsQM>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Movimento de Educação de Base (MEB)**: organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, com sede e foro no Distrito Federal. Foi fundado em 21 de março de 1961. Há 50 anos realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país e atualmente está nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, atuando também no Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais, no regime de parceria com o governo estadual. Para maiores informações, visite www.meb.org.br. (Nota da IHU On-Line)

4 **Rerum Novarum**: primeira encíclica pontifícia que aborda os problemas sociais, publicada no dia 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII. O título pode ser traduzido por “Das coisas novas”. O subtítulo da encíclica é: “Sobre a condição de vida dos operários”. (Nota da IHU On-Line)

5 **Leopoldo Brentano** (1884): padre jesuíta, nascido em Roca Sales, Rio Grande do Sul. É o grande idealizador dos Círculos Operários no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

6 **Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra** (1882-1942): segundo cardeal brasileiro. Foi Arcebispo de Olinda e Recife e Arcebispo do Rio de Janeiro. Exerceu relevante papel nos dias finais da Revolução de 1930, quando convenceu o renitente presidente Washington Luís Pereira de Sousa a entregar o poder aos vitoriosos da Revolução 30. (Nota da IHU On-Line)

7 **Dom Hélder Câmara** (1909-1999): arcebispo lembrado na história da Igreja Católica no Brasil e no mundo como um grande defensor da paz e da justiça. Foi ordenado sacerdote aos 22 anos de idade, em 1931. Aos 55 anos, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese em 12-03-1964, permanecendo neste cargo durante 20 anos. Na época em que tomou posse como arcebispo em Pernambuco, o Brasil encontrava-se em pleno domínio da ditadura militar. Paralelamente às atividades religiosas, criou projetos e organizações pastorais, destinadas a atender às comunidades do Nordeste, que viviam em situação de miséria. Dedicamos a editoria Memória da IHU On-Line número 125, de 29-11-2005, a Dom Hélder Câ-

apenas licença de 90 dias. Celebrei às 6h:30min e Sua Emcia às 7h:30min na capela do Palácio São Joaquim. Depois do café, quando rezávamos o breviário, num pequeno hall em frente ao meu quarto, próximo ao refeitório, Dom José Vicente Távora chega com a estarrecedora notícia do suicídio. Dom Jaime pôs as mãos na cabeça e disse: “Meu Deus! Foi um choque tremendo. Ficamos parados!... Só poderíamos rezar e foi o que fizemos: continuamos o breviário!...”¹¹

IHU On-Line - Dom Távora enfrentou problemas no governo Carlos Lacerda e no período da ditadura militar. Como ele se posicionava politicamente nesses momentos?

Isaias Nascimento - Dom Távora tomou posições públicas que foram marcantes na história do Brasil: o primeiro foi na tentativa de golpe em agosto de 1961, quando Jânio Quadros¹² renunciou e os militares impediram a posse de Jango¹³ como presidente. Ele reagiu publicamente e, juntamente com ele, a classe política de Sergipe exigindo o respeito à Constituição. Somente depois de muitas negociações no Congresso Nacional conseguiram permitir sua posse como presidente no regime Parlamentarista, com menos poderes.

Outro momento foi sobre a prisão da cartilha do MEB intitulada *Viver é lutar*. Ocorrido no início do ano de 1964, quando Carlos Lacerda¹⁴ mandou

11 CALLIARI, Ivo, 1996, Op. Cit. p. 370. (Nota do entrevistado)

12 Jânio da Silva Quadros (1917-1992): 22º presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 – data em que renunciou, alegando que “forças terríveis” o obrigavam a esse ato. Em 1985 elegeram-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

13 João Belchior Marques Goulart (1919-1976): conhecido popularmente como “Jango”, foi o 24º presidente brasileiro, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961, tendo sido eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. (Nota da IHU On-Line)

14 Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977): jornalista carioca. Em inícios de 1934, acadêmico de Direito, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Durante um tempo foi comunista, passando para a extrema-direita, nos anos 1940. Editava o jornal *Tribuna da Imprensa*. Foi o principal inimigo de Getúlio Vargas. Para Lacerda, Vargas era excessivamente tolerante para com os comunistas, e seu governo era minado pela

“Todos os bispos envolvidos com a pastoral social daquele tempo foram tachados como subversivos e, conseqüentemente, juntamente com os seus próximos, perseguidos”

prende a cartilha do MEB. Dom Távora, não só por ser presidente do MEB, mas também por ser próprio da sua personalidade, não se intimidou diante do governador do Rio que acusava o material de ser comunista e, com ele, setores da mídia nacional fizeram uma humilhação pública (no programa Flávio Cavalcanti¹⁵ que a rasgou ao vivo). Dom Távora assumiu publicamente a responsabilidade pelo material em uma nota dizendo que “Os bispos... não podiam ser indiferentes nem omisso numa tarefa da mais alta importância, exigida pela própria Caridade Evangélica, qual seja, a de emprestar sua cooperação ao desenvolvimento social e cultural do povo e à elevação do nível geral da sociedade”, visto que o material trazia uma leitura sobre a questão da reforma agrária.

E o momento mais difícil da vida dele, penso eu, foi o da ditadura militar. O que parecia ser um impedimento contra as forças do comunismo internacional, como pensava a maioria dos bispos que foram favoráveis ao golpe, foi um golpe no processo democrático por 26 longos anos da história nacional. A perseguição, as prisões e torturas foram piorando ao longo dos anos de forma ascendente, a ponto de

corrupção endêmica e pelo favorecimento dos seus aliados. Em 1955, publicou uma série de reportagens denominada *A Batalha do Rio*, que puxou a favela para a mídia e colocou-a no centro do conflito ideológico, o qual não desaparecera com a simples prescrição jurídica do Partido Comunista, que foi posto na ilegalidade. (Nota da IHU On-Line)

15 Flávio Antônio Barbosa Nogueira Cavalcanti (1923-1986): jornalista carioca, apresentador de rádio e televisão e compositor brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

a maioria dos bispos irem se afastando do regime, principalmente, a partir de 1966. Neste momento histórico é marcante o profetismo da Igreja no Brasil tendo como porta voz Dom Hélder Câmara, tanto nacional como internacionalmente. Todos os bispos envolvidos com a pastoral social daquele tempo foram tachados como subversivos e, conseqüentemente, juntamente com os seus próximos, perseguidos. Dom Távora teve seu telefone grampeado. Recebia com frequência um coronel do exército para pressioná-lo. Teve que enfrentar uma prisão domiciliar. Várias lideranças do MEB e dos sindicatos de orientação católica foram presas em Sergipe e em várias partes do país. Viu também parte do seu clero e religiosas comprometidos serem intimados a depor na Polícia Federal. Testemunhou também o estreitamento de relações comprometedoras entre o seu bispo auxiliar - depois sucessor - Dom Luciano José Cabral Duarte¹⁶ e os militares a partir de 1967. Sentiu-se só, muitas vezes, sem a visita e o carinho do povo, dos pobres, mas resistiu o quanto pode, até o dia 3 de abril de 1970, quando seu coração não suportou mais o terceiro enfarto.

IHU On-Line - Qual a relação de Dom Távora com o padre Leopoldo Brentano?

Isaias Nascimento - Sei que os dois se encontraram no Rio para preparar o Primeiro Congresso dos Operários de Pernambuco que aconteceu em Goiana, Pernambuco, no dia 30 de dezembro de 1938. Não tenho notícias de qualquer relação anterior. Dizem que foi a partir do sucesso do referido que Congresso, que reuniu milhares de trabalhadores vindos em delegações do Nordeste e do Brasil, que Pe. Leopoldo Brentano sugeriu o nome do Pe. Távora ao Cardeal Leme para ele atuar na Capital Federal junto aos Círculos Operários. Fato que aconteceu no final de 1939 para o início dos anos 1940.

IHU On-Line - O senhor diz que a amizade entre Dom Hélder e Dom Távora deu origem a uma transformação nas estruturas e estratégias da Ação

16 Luciano José Cabral Duarte (1925): arcebispo emérito de Aracaju. (Nota da IHU On-Line)

Católica Brasileira. Em que consiste essa transformação e qual o impacto dela na tarefa de evangelização do país?

Isaias Nascimento - Primeiro, os dois eram nordestinos que conheciam a sina dos filhos da seca e vítimas das cercas. As favelas da então Capital Federal (Rio de Janeiro) mostravam seus irmãos nordestinos enxotados pela miséria e pela fome. O clamor dos pobres subiu até Deus que, por sua vez, comprometeu os dois nordestinos a verem nos seus irmãos o Cristo Crucificado e por Ele neles entregarem suas vidas. O clamor dos pobres os intimou a descer até eles. Foi por eles, portanto, os excluídos, que ambos se chamavam de “Eu”, assumindo juntos um mesmo projeto de vida sacerdotal, tanto como padres, e depois como bispos. Dom Távora e Dom Hélder firmaram uma aliança de nordestinos em defesa dos excluídos nordestinos, os da Capital Federal e os que estavam na terra natal. Eles comprometeram e pagaram, ao longo de suas vidas, todo tipo de perseguições, críticas jornalísticas, acusações mentirosas, mas não se desviaram do compromisso social com o *Ecce Homo* - Eis o Homem (João 19, 4-5) continuamente crucificado.

Várias iniciativas aconteceram em todo o Brasil, principalmente no Nordeste, a fim de levar propostas para erradicar a miséria e a fome na região. Desde o encontro dos Bispos do Vale do São Francisco em Aracaju (em 1953), depois em Campina Grande (26-05-1956) e Natal (23 a 27-05-1959).

Aqui eu me somo à resposta de Raimundo Caramuru¹⁷ que nos oferece mais informações. Veja o que ele descreve: “Ao longo dos anos 1940, três acontecimentos foram de capital relevância para a trajetória de Pe. Hélder e sua contribuição aos rumos da Igreja no Brasil. O primeiro foi sua amizade com o Pe. José Távora, um outro sacerdote nordestino, que Dom Leme havia trazido de Recife no início dos anos 1940, para desenvolver a pastoral operária na arquidiocese do Rio de Janeiro. Como os Círculos Operários do Pe. Leopoldo Brentano já estivessem atendendo os trabalhadores sin-

¹⁷ Raimundo Caramuru: Confira, nesta edição, uma entrevista com Caramuru. (Nota da IHU On-Line)

“Dom Távora tomou posições públicas que foram marcantes na história do Brasil: a primeira foi na tentativa de golpe em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou e os militares impediram a posse de Jango como presidente”

dicalizados, Pe. Távora dedicou-se ao trabalho com aqueles que hoje seriam categorizados como excluídos, na sua maioria imigrantes recentes provenientes das áreas rurais do país, alojados nas periferias urbanas e nos morros favelizados. Este trabalho iniciado por Pe. Távora levantou o problema das favelas e das migrações, bem como suas conexões com os desafios enfrentados pelas populações rurais. A amizade entre Hélder e Távora teve um outro desdobramento, que deu origem ao segundo acontecimento, que, na realidade, havia constituído o grande sonho do Cardeal Leme nos últimos anos de vida deste insigne prelado: uma transformação nas estruturas e estratégias da Ação Católica Brasileira, adaptando-as às necessidades das tarefas de evangelização do país. Este segundo acontecimento foi tornado possível pelo contato de Hélder e Távora com o fundador da Juventude Operária Católica - JOC, o padre belga, altamente prestigiado pelo papa Pio XI¹⁸, Joseph Cardijn¹⁹. À primeira

¹⁸ Papa Pio XI (1857-1939): nascido Ambrogio Damiano Achille Ratti, foi Papa entre 6 de fevereiro de 1922 e a data da sua morte. (Nota da IHU On-Line)

¹⁹ Monsenhor Joseph Cardijn (1882-1967): prelado belga que trabalhou pelo compromisso social da igreja católica no início do século XX. Foi o fundador da Juventude Operária Cristã (JOC). Fundou em 1920 a Ação Católica, que agrupa a todos os dirigentes operários católicos no mundo. Foi ordenado cardeal em 1965.

vista o segredo estava na pedagogia do ver-julgar-agir. Pouco a pouco, porém, tomou-se consciência de que muito mais do que uma opção pedagógica, a linha adotada por Cardijn implicava em uma opção teológico-pastoral, que aproximava o esforço de evangelização das suas fontes bíblicas e patrísticas e retomava toda a riqueza contida na teologia do Desígnio divino e na história da salvação”²⁰.

IHU On-Line - Por que, e em que contexto, Cardeal Leme chamou Dom Távora para trabalhar no Rio de Janeiro?

Isaias Nascimento - Creio que um dos fatores é que o Brasil estava se industrializando e a classe operária também se organizava em todo o país, tanto nas capitais como no interior. A ideologia comunista tomava corpo em várias categorias de trabalhadores das áreas urbana e rural, e no meio estudantil nas faculdades.

A ida do Pe. Távora ao Rio de Janeiro foi para reforçar a equipe do Cardeal, da qual já fazia parte o Pe. Hélder Câmara, na execução de um “contra ataque” que tanto marcou a história da Igreja no Brasil, que foi o fortalecimento da Ação Católica Brasileira entre a elite intelectual e, mais tarde, a presença no meio dos jovens através das Juventude Agrária Católica - JAC, Juventude Estudantil Católica - JEC, Juventude Independente Católica - JIC, Juventude Operária Católica - JOC e Juventude Universitária Católica - JUC por onde a Igreja procurava evangelizar a sociedade à luz da Doutrina Social da Igreja.

IHU On-Line - Como o senhor descreve a atuação de Dom Távora na Juventude Operária Católica - JOC?

Isaias Nascimento - Ainda quando padre no Rio de Janeiro, ele participou da reestruturação da Ação Católica Brasileira a partir da visão do Pe. Cardijn, da Bélgica e fundador da JOC. A partir daí ele fundou a JOC do Rio de Janeiro cujo objetivo era formar operários católicos missionários atuando

(Nota da IHU On-Line)

²⁰ Dom Hélder, o artesão da paz - Raimundo Caramuru Barros e Lauro Oliveira, organizadores. - (Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 24-25). (Nota do entrevistado)

entre seus iguais para “converter a Jesus Cristo, não apenas este ou aquele colega individualmente, nem mesmo dezenas e dezenas de colegas, mas o próprio operariado”. Nas reuniões se usava o conhecido método de Cardijn: ver-julgar-agir, (que até hoje é usado pela Igreja na construção de seus documentos, a exemplo de Puebla e Aparecida), que ajuda a ler a realidade, analisar os dados coletados, e a construir novas ações/reações pastorais.

Dom Távora fez opção pela classe operária desde o início de sua vida sacerdotal lá na diocese de Nazaré da Mata, em Pernambuco. Para ele, a JOC era “uma sementeira de líderes para o futuro” dentro do movimento operário. Ele mesmo disse que a “classe operária precisa dirigir-se com autonomia, com independência e grandeza, mas isto não pode ocorrer se ela não tem militantes de seu próprio meio, bem formados, capazes de tomar posição conscientemente, em todos os problemas que interessam ao bem do povo especialmente, quando se tratar da libertação econômica, social, moral e espiritual do mundo do trabalho. A JOC luta por um tempo diferente deste que está aí, cheio de clamorosas injustiças, de privilégios inaceitáveis e desacertos que revoltam, a cada instante. Onde houver um problema operário, particularmente dizendo respeito ao presente e ao futuro da juventude trabalhadora, aí estará presente sempre a JOC, atenta, ativa, cônica de sua missão, isto é, a missão de fazer um programa de redenção da classe operária” (entrevista cedida ao jornal *A Cruzada*, 07-12-57).

Podemos vislumbrar aqui o início de uma revolução na prática pastoral da Igreja, começado lá na Europa, pois se inicia a sementeira de uma Igreja comprometida com os pobres. Vários padres que foram assistentes da Ação Católica e/ou da JOC foram nomeados bispos - Dom Hélder, Dom Távora e Dom Antonio Fragoso²¹ - que fizeram a diferença quando da realização do Concílio Vaticano II, clamando por uma Igreja a serviço dos pobres. Eles

21 Dom Antônio Fragoso (1920-2006): bispo católico brasileiro, primeiro bispo de Crateús, no Ceará. (Nota da IHU On-Line)

formavam o grupo conhecido “Igreja dos Pobres”. Podemos vislumbrar aqui as sementes da Teologia da Libertação e do compromisso da Igreja com os pobres do nosso continente.

IHU On-Line - Em que consistiu o 1º Plano de Pastoral, proposto por Dom Távora. O que isso significou para a Igreja a partir de 1966?

Isaias Nascimento - Consistia na reorganização da Pastoral da Igreja local à luz do Concílio Vaticano II e ao Plano Nacional de Pastoral de Conjunto 1966-1967, como está registrado na apresentação do referido Plano:

“No começo de 1966, após o encerramento do Concílio, para responder ao convite do Papa, que num discurso importante, engajava todos os Bispos da América Latina numa renovação de caráter extraordinário, unitário e planejado, sentimos a necessidade de reunir com Dom Távora, alguns presbíteros, religiosos e leigos para, juntos, estudarmos o referido discurso de Paulo VI, refletirmos em comum, determinar os setores prioritários de pastoral.

O primeiro encontro foi realizado nos dias 18 e 19 de fevereiro. No seu comentário do discurso do Papa, Dom Távora ressaltou as seguintes palavras: “Precisamos duma pastoral dinâmica adaptada às transformações atuais”. Em círculos, tentamos descobrir “essas transformações”. Esta reflexão em comum permitiu determinar como [estruturar] setores prioritários na pastoral da Arquidiocese: setor estudantil e setor operário. Um grupo de trabalho para cada setor seria encarregado de dinamizar a pastoral dos mesmos. Houve tentativas de criação do Grupo de Trabalho do setor estudantil, sem sucesso. O GT do setor operário se reuniu semanalmente, coordenando todos os movimentos católicos.

Após os dias de estudo realizados em fevereiro, a Equipe Central do Secretariado recebeu e estudou o Plano Nacional de Pastoral de Conjunto 1966-1967, elaborado pelo Secretariado Nacional de Pastoral da CNBB, o qual convidava todas as dioceses a um esforço de renovação de conjunto, e aconselhava cada diocese elaborar um plano de pastoral, enquadrando-se nas

diretrizes do Plano Nacional.

Em março deste mesmo ano (1966) a referida equipe elaborou um pré-plano (maio de 1966 - novembro de 1966) cuja finalidade seria levar presbíteros, religiosos e leigos da Arquidiocese a uma consciência mais objetiva da necessidade de uma pastoral de conjunto, a fim de poderem atuar ativamente na elaboração e na execução do Plano Diocesano, baseado nas diretrizes do Plano Nacional. Para atingir este objetivo, foi tomada como primeira iniciativa a criação da Assembleia Arquidiocesana, constituída de presbíteros, religiosos e leigos que, com o Sr. Arcebispo, devia assumir mais diretamente a elaboração do Plano Diocesano. Foi também lançado um boletim mensal de pastoral, órgão de ligação dos membros da Assembleia Arquidiocesana. E de informação pastoral para o clero.

Paralelamente foram planejados um programa de atualização para o clero, para as religiosas e para os leigos e um programa de dinamização dos serviços mais necessários para desenvolver uma pastoral de conjunto²².

Na prática, encontramos algumas experiências que, devido ao contexto da ditadura militar e às tensões internas na Igreja, em Aracaju, duraram pouco tempo: as comunidades sacerdotais (grupo de padres assumindo áreas pastorais) comprometidas com o homem do campo e comunidades de religiosas inseridas no meio dos pobres. Encontramos também sementes de formação de comunidades eclesiais nas periferias de Aracaju e a relação estreita da Igreja com a classe trabalhadora, principalmente do meio rural.

LEIA MAIS...

>> Publicamos na página do IHU (www.ihu.unisinos.br) um artigo de autoria de Isaias Nascimento.

* José Vicente Távora, bispo dos operários. Publicado em 22-8-2010. Acesse no link <http://bit.ly/axOH07>.

22 Primeiro Plano de Pastoral de Conjunto - agosto 1967 - dezembro 1968 - Arquidiocese de Aracaju - p. 3-5. (Nota do entrevistado)

Dom Távora: um exemplo de trabalho social no Brasil

A geração de bispos dos anos 1960 “antecipou o que mais tarde foi definido no Vaticano II”, constata Marina Bandeira

POR PATRÍCIA FACHIN

Ex-secretária de Dom José Vicente Távora durante a preparação do Congresso Eucarístico Internacional, Marina Bandeira, acompanhou o trabalho dele no Rio de Janeiro a partir de 1954. Segundo ela, Dom Távora promoveu uma série de ações na Juventude Operária Católica - JOC e fez “o primeiro levantamento sério das favelas que então existiam na cidade do Rio de Janeiro”.

Marina também participou do Movimento de Educação de Base - MEB, criado por Dom Távora, do qual foi secretária geral. “Esse foi um projeto fabuloso e beneficiou o Nordeste, Amazonas e Centro-Oeste”, lembra. O MEB constituía-se em um programa de educação por meio do rádio. “Essa atividade foi se aperfeiçoando e chegamos a oferecer aulas de alfabetização e fixação de linguagem. Num segundo momento, se verificava se as pessoas aprendiam a ler e a dar sua opinião sobre algum assunto. A ideia não era criar uma escola de mudos; queríamos que as pessoas aprendessem a falar, a conhecer seus direitos e responsabilidades”, menciona.

Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por telefone, Marina comenta que os bispos divergiam sobre o MEB e “queriam que o rádio servisse apenas para ensinar a Ave Maria e, por esse motivo, havia também um ‘choque’ entre alguns bispos e Dom Távora”.

Marina lembra também que a perseguição a Dom Távora na ditadura militar “foi algo vergonhoso. (...) Na ocasião, ele já estava doente e o então governador do Sergipe, Seixas Dória, seu amigo, havia sido destituído pelos militares e preso. Sei que foi um momento de sofrimento muito grande para Dom Távora e ele pouco pode fazer para libertar seus colegas que estavam presos”. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Por quais motivos Dom José Vicente Távora foi transferido de Pernambuco para o Rio de Janeiro? Em que contexto se deu sua transferência?

Marina Bandeira - Dom Távora nasceu em Orobó, no interior de Pernambuco. Depois que foi ordenado padre, rapidamente se destacou em Pernambuco como uma pessoa interessada nos problemas dos operários. Em função disso, ele passou a ser responsável pelos Círculos Operários e promoveu um grande seminário em Goiana, na fronteira de Pernambuco com a Paraíba. O evento foi um sucesso e a partir desse momento ele se projetou como o padre que se entendia com os trabalhadores.

Por volta de 1950, o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, pediu às autoridades competentes que Dom Távora fosse transferido para o Rio de Janeiro. Na ocasião, Dom Jaime solicitou que ele desenvolvesse um trabalho com os Círculos Operários e com a área social da arquidiocese do Rio de Janeiro. Neste momento, começou a se organizar a Ação Católica Brasileira e, em seguida, Dom Távora organizou a Juventude Operária Católica - JOC, promovendo uma série de ações como, por exemplo, o primeiro levantamento sério das favelas que então existiam na cidade do Rio de Janeiro. A partir dos resultados dessa pesquisa feita em parceria com o pessoal da JOC e com

os operários, ele instituiu a Fundação Leão XIII, para a Igreja estimular autoridades públicas a atuarem nas favelas existentes. Ele também criou a Ação Social Arquidiocesana - ASA, que promovia campeonatos de futebol e uma série de atividades de apoio ao trabalhador.

Na época, não existiam comunidades nas favelas como existem hoje, mas somente paróquias próximas a elas. Ele tentava aproximar as entidades religiosas com as favelas, mas principalmente incentivava uma pastoral aberta, fosse católica ou não.

IHU On-Line - Como a senhora conheceu Dom Távora? O que destaca da

convivência com ele?

Marina Bandeira - Conheci Dom Távora por intermédio de amigos. Eu tinha trabalhado na BBC, em Londres, como tradutora e locutora júnior e, na época em que o conheci, trabalhava em uma embaixada, no Rio de Janeiro, na área de comunicação.

Em determinado período da minha vida, me propus a ter um ano sabático. Nesta ocasião, Dom Távora, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, insistiu para que eu fosse assistir a uma conferência de Dom Hélder Câmara sobre a organização do Congresso Eucarístico Internacional. Eu disse a ele que tinha mais o que fazer e que não iria perder tempo com isso porque não tinha proximidade com a Igreja. Ele insistiu e convenceu-me a ir. Fiquei admirada com a audácia com que Dom Hélder se propunha a fazer o Congresso Eucarístico Internacional. Eu estava cética e pensava que não tínhamos capacidade de organizar um evento dessa envergadura. Eles pediram minha ajuda e foi assim que eu entrei nessa engrenagem. Dom Távora pediu que eu participasse das reuniões organizadas por Dom Hélder, nas quais ele apresentava um panorama do que estava acontecendo. Fui e vi que as atividades desenvolvidas por eles eram fantásticas. Quando saí dessa reunião, Dom Távora havia me nomeado sua secretária para a comunicação com a imprensa e a partir de então passei a trabalhar diretamente com ele. O encontro Eucarístico foi fantástico e marcou época. Uma das tardes do evento foi dedicada aos operários e, Dom Távora, juntamente com o pessoal da JOC, promoveu um evento belíssimo no Estádio do Maracanã. Depois disso, ele continuou sua atividade de contato com as favelas, o qual facilitou, mais tarde, o trabalho de organização em favelas, coordenado por Dom Hélder.

Um belo dia cheguei ao Palácio São Joaquim com a intenção de comunicar Dom Távora de que aquele era meu último dia de trabalho. Para minha surpresa, fiquei sabendo que ele havia sofrido um enfarte; continuei trabalhando.

IHU On-Line - Qual era a relação de Dom Távora com Dom Hélder Câmara?

Marina Bandeira - Dom Távora já estava no Rio de Janeiro há alguns anos,

“Todos lutavam contra o problema da seca, contra a exploração dos pobres, defendiam a reforma agrária. Essa foi uma geração de bispos que antecipou o que mais tarde foi definido no Vaticano II”

quando veio para a cidade Dom Hélder Câmara. Eles ficaram amigos porque tinham uma visão aproximada sobre diversos assuntos. Quando Dom Jaime Câmara pediu que o então padre Hélder organizasse o Congresso Eucarístico Internacional, em 1955, ele e Dom Távora ficaram mais amigos ainda. Padre Távora ajudava na comunicação com a imprensa, mas sem se descuidar de seu trabalho com os operários; ele apoiava greves e tinha solidariedade com os trabalhadores. Em 1954, a Ação Católica já estava especializada e sob a responsabilidade de Dom Hélder, enquanto a JOC funcionava sob a coordenação de Dom Távora.

Nas conversas que tinham com frequência, Dom Hélder e Dom Távora verificaram que, em outros países, os bispos de arquidioceses grandes como a do Rio de Janeiro tinham tarefas distribuídas em regiões da cidade, ou seja, cada bispo auxiliar morava em uma determinada região: zona sul, zona oeste, zona leste etc. para conhecer melhor as comunidades e reuniam-se, uma vez por semana, com o cardeal. Padre Távora levou essa ideia a Dom Jaime, que ficou aborrecidíssimo porque achou que estavam querendo tirar sua autoridade. Esse episódio é muito sério porque, a partir desse momento, Dom Jaime disse que não queria mais Dom Távora como bispo auxiliar - por este motivo ele foi transferido para o Nordeste e, então, nomeado bispo de Aracaju.

IHU On-Line - Nesta época a senhora trabalhou com Dom Távora no Movimento de Educação de Base - MEB? Pode nos contar qual era o objetivo dessa iniciativa?

Mariana Bandeira - Neste período, Juscelino Kubitschek¹ era o presidente da República. Dom Távora era uma pessoa muito querida; ricos e pobres gostavam dele. Quando foi a Aracaju, consegui, por intermédio de Juscelino, a concessão para uma estação de rádio na cidade, que, para a época, era um meio de comunicação relativamente poderoso. Inspirado no trabalho que Dom Eugênio de Araujo Sales² desenvolveu em Natal, por meio de programas de rádios educativos, Dom Távora implantou o MEB - Movimento de Educação de Base. Na ocasião, ele não tinha uma base de organização pastoral. Foi então, que conheceu um grupo de psicólogos do Departamento de Endemismo Rural, especializado no combate a endemias rurais. Um dos psicólogos havia voltado da França e trouxe, como novidade, as chamadas técnicas de dinâmica de grupo. Foi aí que Dom Távora teve a ideia de fazer uma experiência: reuniu o grupo de psicólogos, pessoas que trabalhavam em outras rádios de Pernambuco e

1 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11--2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/qkeQ>. (Nota da Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11--2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/qkeQ>. (Nota da IHU On-Line)

2 Dom Eugênio de Araujo Sales: potiguar, cardeal brasileiro, foi arcebispo do Rio de Janeiro. Ainda jovem padre foi eleito bispo. Teve uma destacada atuação em Natal, onde foi arcebispo, incentivando os movimentos de sindicalização rural, de alfabetização usando o rádio, e promovendo a criação de Comunidades Eclesiais de Base. Em 1971 foi nomeado arcebispo do Rio de Janeiro onde substitui D. Jaime de Barros Câmara. A sua atuação como arcebispo do Rio caracterizou por uma ortodoxia estrita e estreita sempre em tensão com as diretrizes pastorais da Igreja do Brasil, aprovadas nas assembleias gerais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Atualmente vive no Rio de Janeiro, como arcebispo emérito. (Nota da IHU On-Line)

Natal, duas assistentes sociais que tinham conhecimento do trabalho rural pelo rádio e o pessoal da Representação Nacional das Emissoras Católicas - *RENEC*, entre outros. Essa reunião mostrou que era possível, com técnicas modernas de dinâmica de grupo, rapidamente selecionar quem poderia ser responsável pela programação da rádio e, como, nas diferentes paróquias, ver quem tinha liderança para ser monitor e visitar as comunidades.

Esse movimento de educação pelo rádio estava se desenvolvendo quando Jânio Quadros era candidato à presidência da República. Ao visitar Aracajú, ele foi conhecer uma das escolas radiofônicas que funcionava à noite. Na ocasião, disse a Dom Távora que, se fosse eleito, daria o maior apoio a essa atividade. Quando foi eleito, Dom Távora cobrou o apoio oferecido. Resumo: dois meses depois de Jânio Quadros assumir o governo, em 1961, já tínhamos organizado o Movimento de Educação de Base - MEB e definido o orçamento e o regulamento.

Esse foi um projeto fabuloso e beneficiou o Nordeste, Amazonas e Centro-Oeste. Em um primeiro momento, pessoas da equipe que eram responsáveis pela emissora de rádio visitavam os moradores do interior, faziam reuniões e promoviam um debate com dinâmica de grupo, perguntando, por exemplo, quais eram os principais problemas da localidade. As pessoas não estavam habituadas a falar, somente a dizer "Sim, senhor!". Quando perguntados, os moradores ficavam em silêncio até que alguém se manifestava e começava a relatar os problemas de falta de escola etc. A partir dessas equipes locais se obtinham todas as informações que eram divulgadas no rádio com o objetivo de ajudar as comunidades.

Essa atividade foi se aperfeiçoando e chegamos a oferecer aulas de alfabetização e fixação de linguagem. Num segundo momento, se verificava se as pessoas aprendiam a ler e a dar sua opinião sobre algum assunto. A ideia não era criar uma escola de mudos; queríamos que as pessoas aprendessem a falar, a conhecer seus direitos e responsabilidades. Um dos métodos utilizados para isso eram as cartilhas.

“No exterior todos elogiavam nosso trabalho e, entretanto, no Brasil, o governo falava mal do projeto e os bispos estavam divididos, alguns eram a favor e outros contra”

Entretanto, acabamos verificando, mais tarde, que elas eram um problema porque não estavam adequadas à realidade dos alunos.

Criou-se, então, a cartilha intitulada *Viver é lutar*. Enquanto esse trabalho era realizado, alguns bispos criticavam a iniciativa. Eles queriam que o rádio servisse apenas para ensinar a Ave Maria e, por esse motivo, havia também um “choque” entre alguns bispos e Dom Távora. O trabalho dele foi um sucesso e por isso assustou alguns membros da Igreja.

Em fevereiro de 1964, enviamos o texto da cartilha para uma gráfica com o objetivo de distribuí-la às comunidades que já estavam mais avançadas. Tínhamos recebido 20 das 50 mil cartilhas quando me telefonaram informando que a polícia havia apreendido o material. Começou o que então foi chamado de o escândalo das cartilhas comunistas dos bispos. O governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, tinha birra com Dom Hélder porque ele havia criticado seus discursos nos quais dizia que, sem um banho de sangue, o Brasil não iria para frente.

Em primeiro de abril ocorreu o Golpe Militar de 64 e Dom Távora foi pego como bode expiatório. Quando ele soube que estávamos sendo chamados para depor no *Departamento de Ordem Política e Social* - DOPS, foi ao Rio de Janeiro falar com Carlos Lacerda e aí compreendeu a birra do governador com Dom Hélder. Lacerda ficou admirado quando viu que o responsável pelo Movimento de Educação de Base era Dom Távora e não Dom Hélder. Por fim, Dom Távora foi

chamado a depor na polícia. Evidentemente, não foi, mas se prontificou a dar, por escrito, um depoimento.

Cartilhas

Para ilustrar a cartilha, tínhamos utilizado algumas imagens de trabalhadores rurais brasileiros, especialmente os do Nordeste, do arquivo da revista *O Cruzeiro*. Eles estavam descalços e com roupas simples. A polícia nos acusava de ter buscado essas imagens em Cuba. É duro lembrar que Dom Távora teve de depor e disse o seguinte: “Escandalosas não são as fotografias e, sim, a realidade que se vive no interior do Brasil”. Depois de prestar esclarecimentos, Dom Távora retornou a Aracajú. A perseguição a ele foi algo vergonhoso porque prenderam os locutores do MEB. Na ocasião, Dom Távora já estava doente e o então governador do Sergipe, Seixas Dória, seu amigo, havia sido destituído pelos militares e preso. Sei que foi um momento de sofrimento muito grande para Dom Távora e ele pouco pode fazer para libertar seus colegas que estavam presos. Em 1970, recebi o aviso de que ele havia falecido. Consegui ir ao enterro dele e lá estava grande parte da população de Aracajú e pessoas de outras cidades.

IHU On-Line - E qual foi o destino do MEB?

Marina Bandeira - Em 1966, houve uma reunião com o Conselho diretor do MEB para acabar com o movimento. Antes da reunião, disse ao núncio apostólico, representante da Santa Sé no Brasil, que era muito curioso que no exterior todos elogiavam nosso trabalho e, entretanto, no Brasil, o governo falava mal do projeto e os bispos estavam divididos, alguns eram a favor e outros contra. Eu o avisei de que iria acontecer essa reunião para decidir sobre o futuro do movimento e ele participou. Na ocasião, disse que o assunto do MEB era de interesse pessoal do Papa Paulo VI e que nenhuma decisão poderia ser tomada sem ouvi-lo. Para isso, era preciso que algum integrante do MEB fosse à Roma para esclarecer a questão. Ele sugeriu que eu fosse a Roma. Então, fui à Europa com passagem para depois ir à Alemanha e França tentar conseguir dinheiro para dar continuidade ao projeto do MEB. Quando cheguei lá, o Papa

me recebeu e eu lhe falei que minha impressão pessoal era de que já tínhamos feito o possível e que a juventude estava ficando doente, com úlcera, porque tinham problemas com os militares e que os próprios bispos não se entendiam, de modo que o melhor era acabar com o MEB de uma vez. Sabe qual foi sua resposta? “O MEB é o trabalho mais extraordinário da Igreja Católica no mundo. Então, não pode acabar”. Expliquei a ele que haviam determinado que eu viajasse pela Europa para conseguir dinheiro para o movimento e ele me disse que eu somente conseguiria apoio se tivesse um pedaço de papel do governo brasileiro dizendo que respeitava e reconhecia o movimento. Voltei imediatamente ao Brasil e consegui uma audiência com o Ministro da Educação, que liberou uma verba, a qual deu condições de o MEB funcionar por mais algum tempo. Enquanto Dom Távora estava à frente do projeto - e o Papa também havia pedido pela continuidade das atividades -, eu continuei participando do movimento. Quando Dom Távora faleceu, Dom José Maria Pires³ assumiu o seu lugar. Dom Távora viveu antes de seu tempo; ele era um João XXIII.

IHU On-Line - Qual foi a importância da nomeação de Dom José Vicente Távora enquanto bispo de Aracaju para o Nordeste?

Marina Bandeira - Ele teve uma influência enorme no Sergipe. Naquela época, havia uma coleção enorme de bispos de grande valor e todos se entendiam muito bem: Dom Eugênio, Dom Delgado, Dom Hélder, Dom Vilela, Dom Távora. Esse grupo de bispos nordestinos teve uma posição muito firme. Não seria capaz de dizer qual deles teve influência maior. Todos lutavam contra o problema da seca, contra a exploração dos pobres, defendiam a reforma agrária. Essa foi uma geração de bispos que antecipou o que mais tarde foi definido no Vaticano II. Muitos dizem que o Vaticano II teve uma grande influência na Igreja do Brasil. Sim, teve. Mas em muitas áreas o episcopado brasileiro se antecipou.

³ José Maria Pires: bispo negro, foi arcebispo de João Pessoa, na Paraíba, e sempre apoiou as lutas populares, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação. Atualmente reside em Minas Gerais. (Nota da IHU On-Line)

Os bispos nordestinos e o Vaticano II na Igreja do Brasil

Para Raimundo Caramuru, Dom José Vicente Távora fez parte do grupo de bispos nordestinos que empreenderam um esforço de renovação da Igreja

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

“A impressão que conservo dele é de alguém comprometido com a evangelização das classes trabalhadoras urbanas, mas também rurais, bem como com a promoção humana do trabalhador brasileiro”. É assim que Raimundo Caramuru lembra-se de Dom José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju. Junto com Dom Hélder Câmara, ele “fazia parte do grupo de bispos brasileiros que deram início a um empreendimento renovador da Igreja, que foi precursor do Concílio Vaticano II”.

Em entrevista concedida por e-mail para a IHU On-Line, Caramuru conta que visitou, nos últimos 40 anos, diversos países do mundo e ficou com a impressão de que “a Igreja no Brasil foi aquela que com maior rapidez, amplitude e profundidade implantou as grandes diretrizes conciliares”. Nesse contexto, destaca, “Dom Vicente Távora foi dentro do episcopado brasileiro um dos protagonistas da riqueza que o Concílio Vaticano II representou para a Igreja, sobretudo no posicionamento que ela amadurecidamente tomou frente aos governos militares”.

Raimundo Caramuru Barros é mestre em economia pelo Boston College, EUA. Foi consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e atuou como especialista nas áreas de transportes, trânsito e meio ambiente, dedicando-se em seguida à assessoria de diversas organizações não-governamentais. É autor de *Desenvolvimento da Amazônia - como construir uma civilização da vida e a serviço dos seres vivos nessa região* (Editora Paulus, 2009). Publicou livros e artigos sobre a Igreja no Brasil, entre eles, *Dom Helder: Artesão da Paz*, uma publicação do Senado Federal, volume 120. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor conviveu com Dom José Vicente Távora? Como o define e o que destaca dessa convivência?

Raimundo Caramuru - Meu primeiro contato com Dom Vicente Távora foi apenas fortuito ou providencial. Aconteceu em 1943 na cidade de Mossoró, situado ao noroeste potiguar. Dom Jaime de Barros Câmara havia sido o primeiro bispo de Mossoró no período de 1936 a 1941. Ao mesmo tempo em

que foi bispo, Dom Jaime era também o reitor do seminário diocesano, onde eu então residia. Nessas circunstâncias eu era apenas um seminarista menor. De Mossoró Dom Jaime fora transferido para a arquidiocese de Belém, no Pará, onde permanecera por menos de dois anos, quando foi novamente transferido para a arquidiocese do Rio de Janeiro, sucedendo Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, que havia falecido em 1942. Segundo comentários que escu-

tei na época o candidato proposto pela Santa Sé era o arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar. Essa candidatura não vingou por causa de problemas entre Dom José Gaspar e o Estado Novo de Getúlio Vargas, o que explica a escolha de Dom Jaime, apesar de estar a muito pouco tempo na arquidiocese de Belém. Na sua viagem de Belém ao Rio de Janeiro, Dom Jaime fez questão de passar por Mossoró que havia sido sua primeira diocese. Nessas circunstâncias, o Pe. Távora veio do Rio a Mossoró para acertar com Dom Jaime os detalhes de sua posse na arquidiocese do Rio de Janeiro e, na oportunidade, hospedou-se no Seminário de Mossoró. A única lembrança que me ficou foi sua condição de sacerdote na arquidiocese do Rio de Janeiro.

Só vim a reencontrá-lo mais tarde, em 1948, em Porto Alegre. Neste momento cursava filosofia no Seminário Central de São Leopoldo. Neste ano, Porto Alegre sediava um Congresso Eucarístico Nacional, o primeiro a se realizar após o término da II Guerra Mundial. Na semana que antecedeu ao Congresso houve um Encontro Nacional de Ação Católica, onde se discutiu bastante os dois modelos de Ação Católica: o modelo italiano com seus quatro ramos e o modelo da ação católica especializada. Neste momento creio que Dom Távora era assistente da JOC.

Onze anos mais tarde voltei a encontrá-lo com mais frequência, quando vim residir no Rio de Janeiro como assistente nacional da Juventude Agrária Católica - JAC. Sabia apenas que ele estava dedicado às iniciativas da Igreja voltadas para as classes trabalhadoras, juntamente com Dom Hélder, que era o assistente Geral da Ação Católica Brasileira, que desde 1950

adotara o modelo de especialização por meio social. Por causa da relevância do assunto para o meio rural, acompanhei de perto o esforço dele para a criação do Movimento de Educação de Base - MEB em 1961. Em uma palavra, a impressão que conservo dele é de alguém comprometido com a evangelização das classes trabalhadoras urbanas, mas também rurais, bem como com a promoção humana do trabalhador brasileiro.

Olhando de longe reconheço que ele fez parte do grupo de bispos, principalmente nordestinos, que, de certo

“A grande controvérsia sobre a JUC e seu posicionamento ideológico no seio da Igreja e na sua relação para com a sociedade foi menos uma controvérsia acadêmica e filosófico-teológica e muito mais uma questão política e geopolítica do momento histórico, que abalava o mundo e o Brasil naquelas circunstâncias”

modo, empreenderam um esforço de renovação da Igreja, precursora do Vaticano II, quando este Concílio formalizou e estendeu a toda a Igreja Católica esta renovação em todas as suas dimensões.

IHU On-Line - Qual a relação de Dom José Vicente Távora com o período político getulista?

Raimundo Caramuru - Como neste período encontrava-me no seminário, seja no Nordeste, seja no Rio Grande do Sul, nada conheço a este respeito. Nos seminários a única fonte a que se tinha acesso com relação a temas políticos eram os periódicos católicos que se ocupavam do assunto como “Vozes de Petrópolis”, a “Ordem” etc.

IHU On-Line - Qual foi a importância da nomeação de Dom José Vicente Távora enquanto arcebispo de Aracaju para o Nordeste?

Raimundo Caramuru - Mesmo quando bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Távora sempre se alinhou com os bispos

nordestinos que lideravam a renovação da Igreja nesta Macrorregião. Seu trabalho em Aracaju, porém, não alcançou a dimensão e a repercussão do Movimento de Natal, liderado por Dom Eugênio Sales. Como pernambucano, devia conhecer o problema das plantações de cana na Zona da Mata: um desafio multissecular que não tem condição de ser resolvido em uma geração. Dom Eugênio, no Rio Grande do Norte, quase não teve necessidade de enfrentar este desafio. A própria SUDENE dedicou-se mais ao Agreste e ao Semiárido, pois compreendeu que o desafio da Zona da Mata só tem solução no longuíssimo prazo. O fato de Aracaju ter-se tornado uma arquidiocese conferiu a Dom Távora maior ascendência no seio do episcopado.

Caso estivesse em sedes arquiépiscopais como Salvador ou Recife, sua projeção seria um pouco maior. Por Salvador passaram dois cardeais da estatura de Dom Eugênio Sales e Dom Lucas Moreira Neves. Pouco conseguiram na sua curta permanência nesta Sé primacial do Brasil. Embora em dimensões menores, pode-se comentar o mesmo com respeito a Aracaju. Tenho a impressão que Dom Távora haja passado por um verdadeiro calvário como arcebispo desta arquidiocese. Neste particular, pode-se evocar o testemunho de Dom Sebastião Leme durante os poucos anos que esteve à frente da arquidiocese de Olinda-Recife na década de 1910: tinha consciência do problema da Zona da Mata, mas sentia-se impotente para buscar uma solução mesmo a médio prazo.

IHU On-Line - Como descreve a atuação de Dom Távora na Juventude Universitária Católica JUC e Juventude Operária Católica JOC?

Raimundo Caramuru - Dom Távora atuou, sobretudo, junto à Juventude Operária Católica. No caso da JUC, o problema deste movimento no interior da Igreja só se colocou a partir de 1960, quando seus militantes e dirigentes começaram a ser influenciados primeiramente pelo personalismo do pensador francês Emmanuel Mounier e, em seguida, pelo hegelianismo, que fundamentou a pedagogia do oprimido de Paulo Freire, e que lhes foi comunicado por palestras do jesuíta Padre Vaz, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Do meu ponto

de vista, porém, a grande controvérsia sobre a JUC e seu posicionamento ideológico no seio da Igreja e na sua relação para com a sociedade foi menos uma controvérsia acadêmica e filosófico-teológica e muito mais uma questão política e geopolítica do momento histórico, que abalava o mundo e o Brasil naquelas circunstâncias.

Não seria exagerado afirmar que este período foi o mais complexo e delicado que o Brasil viveu durante todo o século XX em decorrência dos seguintes fatores:

- o triunfo militar e político da Revolução cubana, uma ilha distante de poucas dezenas de quilômetros da costa Leste dos Estados Unidos;
- o episódio dos mísseis enviados pela União Soviética para serem instalados em Cuba, que, pela primeira, vez correu o risco de levar os dois blocos hegemônicos a sair da Guerra Fria e partir para um confronto militar direto;
- o Movimento de Maio na França, que quase derrubou o governo do General Charles de Gaulle;
- a primavera de Praga esmagada pelos tanques de guerra soviéticos;
- a guerra dos Seis Dias que consolidou a presença de Israel no Oriente Médio;
- a revolução cultural na China.

Todos esses acontecimentos sinalizam os abalos e as acomodações que estavam sendo processados no panorama geopolítico do Planeta. Os Estados Unidos não podiam tolerar naquela época que o Brasil fosse politicamente assumido por um governo de esquerda. Embora o governo de Jânio fosse um governo conservador a serviço do empresariado paulista e dos grupos financeiros desta unidade da federação, a condecoração de Che Guevara pelo presidente brasileiro foi recebida como acinte intolerável pelo governo de Washington. Da mesma forma João Goulart era o herdeiro de Vargas, paladino de um nacionalismo que poderia vir a comprometer a hegemonia norte-americana sobre a América do Sul. O depoimento de Lincoln no Congresso Americano deixa entrever que Washington jamais permitiria que o Brasil seguisse os passos de Cuba. O trabalho de solapa que foi conduzido junto ao episcopado brasi-

leiro para desqualificar os membros do episcopado, que lideravam a renovação da Igreja no Brasil. São outros acontecimentos e fatos que demonstram o drama vivido pelo Brasil e pela Igreja neste país a começar de 1960. Sem esse contexto mais vasto o caso da JUC teria sido apenas um fato episódico sem maiores repercussões.

Para a Igreja em particular, o Concílio Vaticano II, que se realizou de 1962 a 1965, foi o grande esteio. O episcopado passou nesses quatro anos por uma profunda reciclagem e fortaleceu sua colegialidade mútua e sua colegialidade com o Romano Pontífice, o que lhe permitiu atravessar com galhardia esses anos difíceis.

IHU On-Line - Qual a importância de Dom José Vicente Távora para o episcopado brasileiro?

Raimundo Caramuru - Juntamente com Dom Helder, Dom José Vicente Távora fazia parte do grupo de bispos brasileiros que deram início a um empreendimento renovador da Igreja, que foi precursor do Concílio Vaticano II. Este grupo cresceu consideravelmente a partir de 1956, quando chegou ao Brasil o Núncio Dom Armando Lombardi, que adotou uma estratégia nova para a nomeação de bispos, renovando o episcopado nacional. Só eram indicados para bispos, sacerdotes que tivessem comprovadamente desenvolvido uma experiência pastoral renovadora. Durante o Concílio, constatava-se que, em comparação com os demais episcopados do mundo, o episcopado brasileiro era no seu conjunto um dos mais jovens e ansiosos por absorver e assimilar o que a Igreja no seu conjunto tinha de melhor na sua teologia e na sua encarnação pastoral. Em consequência, ao visitar nesses últimos quarenta anos muitos países de várias regiões do mundo, fiquei com a impressão que a Igreja no Brasil foi aquela que com maior rapidez, amplitude e profundidade implantou as grandes diretrizes conciliares. Dom Vicente Távora foi dentro do episcopado brasileiro um dos protagonistas da riqueza que o Concílio Vaticano II representou para a Igreja, sobretudo no posicionamento que ela amadurecidamente tomou frente aos governos militares.

IHU On-Line - Qual é o papel de Dom Távora no surgimento dos Círculos Operários? O que eles representavam em termos políticos e trabalhistas?

Raimundo Caramuru - Sei apenas que Dom Távora tinha vinculações com o Padre Leopoldo Brentano, assistente nacional dos Círculos Operários. Aliás, foi o Pe. Brentano que indicou o nome dele ao Cardeal Leme, para que ele fosse transferido à arquidiocese do Rio de Janeiro, a fim de assegurar uma presença evangelizadora da Igreja junto às classes trabalhadoras da então capital da República. Como no Rio os Círculos Operários já se ocupavam com os trabalhadores organizados, Dom Távora consagrou-se prioritariamente àqueles não sindicalizados. Quando Dom Jaime Câmara tornou-se arcebispo do Rio de Janeiro, esta situação teve continuidade, pois ele adotou a seguinte sistemática de trabalho. Ele, o arcebispo, dedicava-se prioritariamente ao trabalho com o clero e com as paróquias. Aos seus auxiliares diretos, particularmente aos seus bispos auxiliares eram confiadas tarefas específicas em outros setores de atuação da arquidiocese. No caso de Dom Távora, ele prosseguiu dedicando-se inteiramente à presença da Igreja junto às classes trabalhadoras.

IHU On-Line - Qual é a articulação de Dom Távora com a Igreja na busca de soluções para combater a pobreza e o analfabetismo?

Raimundo Caramuru - Durante o período em que esteve no Rio de Janeiro, Dom Távora em parceria estreita com Dom Hélder, dedicou-se inteiramente ao trabalho da Igreja com os pobres. Sua atuação foi decisiva na criação do MEB, e mais tarde apoiou o processo de sindicalização rural.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Raimundo Caramuru - Embora Dom Hélder, por outras circunstâncias, tenha alcançado grande projeção internacional, a amizade profunda e sincera entre Dom Távora e Dom Hélder, fez de ambos protagonistas de primeira linha que muito contribuíram para a pujança da Igreja neste país, a partir da década de 1940.

Raimon Panikkar, buscador do Mistério

Faustino Teixeira, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), recorda a vida e a obra de Raimon Panikkar, falecido na semana passada. Ele será sepultado no dia 3 de setembro, no Mosteiro de Montserrat, próximo de Barcelona. Eis o artigo.

Os místicos dizem que a morte mais difícil não é a morte física, essa morte pequena, mas aquela que acontece com o desaparecimento radical e o mergulho na profundidade da alma. A expressão utilizada é “morrer antes de morrer”. Assim aconteceu com Raimon Panikkar¹, que nos deixou nesse agosto de 2010. Talvez tenha sido um dos Buscadores do Mistério mais ousados e provocadores. Sua vida foi toda tecida pela dinâmica da relação. De mãe católica e pai hindu, traz em sua vida esse traço de dialogação.

Uma vez perguntado sobre o seu itinerário pessoal respondeu que partiu cristão, descobriu-se hindu e retornou budista, sem ter jamais cessado de ser cristão. E anos depois, acrescentou que no seu retorno, descobriu-se um cristão melhor. Esse é Panikkar, referência singular para o diálogo das religiões e a reflexão sobre a espiritualidade. A perspectiva dialogal estava envolvida em sua vida como o musgo na pedra. Não via futuro nas religiões a não ser no intercâmbio criativo entre elas. Dizia que sem a interlocução externa as religiões não poderiam senão afogar-se. Propunha um “diálogo dialógico”, mais existencial, de “fecundação mútua”, que pudesse de fato envolver os parceiros numa busca

¹ Raimon Panikkar (1918-2010): padre e teólogo espanhol. Durante a sua carreira acadêmica teve a oportunidade de abordar diferentes tradições culturais. Publicou mais de 40 livros e 300 artigos de filosofia, ciência, metafísica, religião e hinduísmo. Foi membro do Instituto Internacional de Filologia (Paris) e presidente do Vivarium (Centro de Estudos Interculturais da Catalunha). (Nota da IHU On-Line)

“O diálogo é uma viagem novidadeira que toca de perto nossa própria peregrinação pessoal, no sentido do encontro com a plenitude de nós mesmos”

comum do mistério. O diálogo para ele era, antes de tudo, um ato espiritual, que implicava uma profunda consciência da humildade e vulnerabilidade dos interlocutores diante do Mistério sempre maior e adiante. Mesmo reconhecendo todas as dificuldades que acompanham a abertura e o êxodo para o mundo do outro, acreditava que esse era o caminho seguro para a construção da identidade. Tornava-se necessário conhecer e dialogar com uma outra tradição religiosa para poder situar verdadeiramente a própria tradição. Em frase lapidar, assinalava que “aqueles que não conhecem senão sua própria religião não a conhecem verdadeiramente”.

Na visão de Panikkar, o diálogo interreligioso requer como condição fundamental a atitude de “uma busca profunda, uma convicção de que estamos caminhando sobre um solo sagrado”. Há que se despir de preconceitos para acessar o mundo do outro. E essa viagem não é fácil. Mas há que sair do “esplêndido isolamento”. O encontro com o outro torna-se hoje “inevitável, importante e

urgente”. Mas alongar as cordas é sempre muito difícil. Exige um questionamento profundo às nossas convicções e a disposição de deixar-se transformar pelo outro. Como indica Panikkar, é também um encontro “perigoso e desconcertante”, mas certamente purificador. É a condição indispensável para nos darmos conta da profundidade inexaurível da experiência humana e dos limites precisos de nossos vínculos contingenciais e limitados. Para Panikkar, o salto desarmado na realidade é “audacioso e mortal”, e esse foi o exemplo deixado por peregrinos como Buda e Jesus. No horizonte dessa busca o que existe é algo encantadoramente simples, como destaca Mestre Eckhart: algo que é “florescente e verdejante”. Panikkar indica que o verdadeiro buscador deve voltar-se para o que é simples por excelência: o Mistério que nos habita e que também brilha no mundo do outro. Na verdade, o diálogo é uma viagem novidadeira que toca de perto nossa própria peregrinação pessoal, no sentido do encontro com a plenitude de nós mesmos. Há que jogar-se com liberdade nessa água, nos diz Panikkar, ainda que nossas pernas vacilem e nosso coração titubeie. Mesmo sabendo que há o risco de nele nos perdermos e afogar, é o caminho essencial para tocar o fundo.

No último período de sua jornada, Panikkar dedicou-se ao tema da mística e da espiritualidade. Para ele, a mística vem entendida como a “experiência integral da vida” ou “experiência da Realidade última”. E a categoria Realidade assumia para ele uma importância única, de densidade mais ecumênica

para expressar o significado profundo da experiência do Mistério sempre maior. Enquanto a mística traduz para ele essa “experiência suprema da realidade”, a espiritualidade vem entendida como o caminho para alcançar essa experiência. É ela que faculta o essencial fermento para a qualidade da vida e para o encontro autêntico com o outro.

Em bela iniciativa da editora italiana Jaca Book, toda a obra de Panikkar está sendo recolhida e organizada e vários volumes, divididos por temas, entre os quais: mística e espiritualidade, religião e religiões, cristianismo, hinduísmo, budismo, cultura e religiões em diálogo, hinduísmo e cristianismo, visão trinitária e cosmoteândrica, mistério e hermenêutica, filosofia e teologia, secularidade sagrada, espaço tempo e ciência (Opera Omnia).

LEIA MAIS...

>> Confira outros artigos sobre Raimon Panikkar no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

* *Ícone da Unidade*, Raimon Panikkar. Publicado nas *Notícias do Dia* em 28-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/blWkKj0>

* *Raimon Panikkar, teólogo da dissidência*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 28-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/dtBaVI>

* *Panikkar, uma visão oriental do catolicismo*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 14-06-2010 e disponível em <http://bit.ly/cQdlAn>

* *Raimon Panikkar: felicidade no momento presente*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 20-05-2010 e disponível em <http://bit.ly/bITdXL>

* *Crer com o corpo: a lição de Raimon Panikkar*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 13-04-2010 e disponível em <http://bit.ly/aPUYGG>

* *O tempo do perdão e a lógica do inimigo*. Artigo de Raimon Panikkar. Publicado nas *Notícias do Dia* em 25-10-2007 e disponível em <http://bit.ly/9vFVgq>

* *“O grande desafio do terceiro milênio para o cristianismo é tornar-se realmente católico”* Entrevista com Raimon Panikkar. Publicado nas *Notícias do Dia* em 04-01-2007 e disponível em <http://bit.ly/cZbHZL>

* *Por uma teologia pós-religião: sem dogmas nem doutrinas*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 18-03-2010 e disponível em <http://bit.ly/bBTAnu>

* *“Deus está além das religiões”*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/agwV4u>

* *Pannikar, pensador único e irrepetível*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/cYiKXn>

* *Raimon Panikkar: diálogo e interculturalidade*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/a5sc5N>

* *Unir céu e terra serve para restituir um sentido ao mundo*. Publicado nas *Notícias do Dia* em 29-08-2010 e disponível em <http://bit.ly/dutFqn>

SIGA O IHU NO TWITTER

http://twitter.com/_ihu



Sísifo ou fênix?

POR JOSÉ MARQUES DE MELO*

O mito de Sísifo explica porque a natureza do trabalho jornalístico condena os profissionais da área a recomeçar suas atividades diuturnamente.

Trata-se de manter fidelidade à agenda que satisfaz as demandas cognitivas do público já conquistado e, ao mesmo tempo, subverter a rotina produtiva, pautando temas capazes de despertar o interesse dos destinatários potenciais.

Nesse sentido, a “maldição de Sísifo” impõe dupla jornada aos professores de jornalismo: um turno para educar os futuros profissionais conforme as exigências do mercado de trabalho; outro turno para pesquisar as transformações em processo, sintetizando-os com as tendências previsíveis na sociedade.¹

Por coerência, inclino-me a buscar o mito da Fênix para expor minha compreensão quanto às perspectivas que se apresentam ao ensino de jornalismo nesta conjuntura.

Durante 40 anos, desde a regulamentação da nossa profissão em 1969, vislumbramos um panorama que parecia estável. Mais do que isso: petrificado, pela garantia da reserva de mercado aos profissionais diplomados. A lei substituía o “vale tudo” estabelecido desde o início do século, reduzindo as oportunidades de acesso ao trabalho com carteira assinada so-

¹ MARQUES DE MELO, José. A maldição de Sísifo. In: Jornalismo: compreensão e reinvenção. (São Paulo: Saraiva, 2007. p. 93-104_.

mente aos jornalistas já registrados e àqueles que viessem a obter o registro, comprovando a formação universitária específica.

De repente, a inusitada decisão do Supremo Tribunal Federal, tornando inconstitucional a legislação em vigor, produziu uma reviravolta em nossa categoria, desconcertando mais ainda aos educadores dos futuros jornalistas.

Deixando de ser imperativo, o diploma de jornalista afigurou-se inócuo, ameaçando a existência dos próprios cursos. Sendo facultativa a posse do diploma, os vestibulandos pouco informados tendem a desistir da carreira. Por sua vez, os donos das escolas particulares regidos pelo imediatismo passam a cancelar os vestibulares, mesmo em instituições de qualidade, temerosos de enfrentar déficits orçamentários.

Diante dessa situação de pânico, temos que manter a prudência institucional, lembrando que o diploma de jornalista apenas deixou de ser obrigatório, mas não desnecessário. O Brasil vinha constituindo uma das exceções no panorama mundial, ao tornar compulsória a formação universitária dos profissionais contratados pelas empresas.

Apesar disso, no mundo inteiro, o ensino de jornalismo vem sendo demandado pelos jovens que pretendem ingressar na profissão. Justamente porque desejam obter competên-

* Professor titular da UMESP, professor titular aposentado da USP, presidente de honra da Intercom, presidente da Socicom, presidente da Confibercom e parceiro do Grupo de Pesquisa Cepos. Email: marquesmelo@uol.com.br.

cia laboral e prontidão cognoscitiva, fundamentais para disputar vagas no mercado de trabalho.

Felizmente, o empresariado tem valorizado a formação superior dos jornalistas. Mesmo aqueles diretores de veículos jornalísticos resistentes à obrigatoriedade do diploma têm declarado que vão priorizar a contratação de jornalistas diplomados.

O argumento é simples e consistente: as empresas não desejam regredir ao estágio em que formavam seus próprios recursos humanos. Obviamente, não renunciam à prerrogativa de recrutar candidatos pelo mérito, privilegiando os portadores de diplomas que atestam habilidades para a profissão.

Esta, aliás, já era a linha vigente na política de pessoal das empresas do ramo, tendo em vista que a mão de obra habilitada a ingressar na profissão inclui uma espécie de exército de reserva, pelo grande número de escolas existentes em algumas regiões. Apesar disso, os departamentos de RH das empresas consideram ilimitada a oferta de repórteres e redatores com prontidão para atuar nas seções de informação geral em comparação com o reduzido estoque de editores e chefes de reportagem capazes de dar conta de funções gerenciais nas editorias especializadas.

Tive oportunidade de ouvir e registrar essa queixa, ao percorrer as principais empresas jornalísticas durante a missão que me delegou o Ministro da

“Certamente aqui está o ponto de partida para delinear as perspectivas do ensino no país. Trata-se de colocar em marcha uma estratégia realista, inspirada pelo mito da fênix, renascendo das nossas próprias cinzas”

Educação. Fui ouvir os anseios da sociedade, na presidência da comissão que elaborou as novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo.

Certamente aqui está o ponto de partida para delinear as perspectivas do ensino no país. Trata-se de colocar em marcha uma estratégia realista, inspirada pelo mito da fênix, renascendo das nossas próprias cinzas.

Voltamos ao patamar delineado pela Fenaj em Curitiba, quando Luiz Beltrão estremeceu o plenário do congresso de 1953, defendendo a formação superior dos jornalistas profissionais.²

² FELICIANO, Fátima. Jornalismo como missão, In: Beltrão, Luiz, Iniciação à Filosofia do

Cumpro, aqui, a mesma tarefa que meu mestre desempenhou, há meio século, atualizando naturalmente sua proposta. Para corresponder aos anseios dos novos tempos, é inadiável ampliar a natureza da formação universitária dos jornalistas. Isso significa dizer: precisamos diplomar jornalistas habilitados pela graduação e pela pós-graduação.

A reivindicação de novos instrumentos legais para regulamentar a profissão deve ser abrangente, permitindo que tanto os egressos do ensino médio tenham oportunidades para aprender jornalismo na graduação quanto os portadores de diplomas em outras áreas do conhecimento tenham a chance de estudar jornalismo na pós-graduação, frequentando cursos de mestrado.

Sem esse tipo de abertura, não caminhamos em direção ao futuro. Trata-se de modelo experimentado há um século em outros países, que não podemos ignorar e tampouco resistir. Num caso ou noutro, a universidade continuará a ser fiadora da competência profissional.

Trata-se de estabelecer limites ocupacionais balizados por critérios cognitivos e não corporativos. Vamos reunir a persistência e a paciência de Sísifo à ressurreição e ao rejuvenescimento de Fênix.

Jornalismo, 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992, p. 11-18.

PPGCC UNISINOS

Especialização • Mestrado • Doutorado

Fone: (51) 3591.11.22
Ramal 1356

Para a Compreensão da Economia Política da Teledramaturgia



NÚCLEO DE ANÁLISE DA
TELEDRAMATURGIA

www.grupocepos.net/nat

Contatos:

nat@grupocepos.net

Val.bri@terra.com.br

Kalikoske@hotmail.com

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 24-08-2010 a 27-08-2010.



O ir e vir dos kaingang na comunicação
Entrevista com Carmem Pereira, doutora em Comunicação

Confira nas Notícias do Dia de 24-08-2010

Disponível no link <http://migre.me/17B8w>.

“Falar a língua, usar nomes do mato e situar-se em marcas clônicas são elementos de distinção para o sujeito que também expressa a sua identidade, na esfera pública, como sujeito de direitos”, explica a pesquisadora.



A biodiversidade e o feminismo
Entrevista com Neide Miele, professora e assistente social

Confira nas Notícias do Dia de 25-08-2010

Disponível no link <http://migre.me/17BaZ>.

“O princípio feminino é o fluido que organiza, dá forma e cuida, assim como o princípio masculino é a centelha de criação, que impõe a ordem e domina. O desvio está em considerar que o único detentor do princípio masculino é



Transposição do Rio São Francisco: uma jogada eleitoral

Entrevista com Dom Luiz Flávio Cappio, bispo da Diocese de Barra (BA)

Confira nas Notícias do Dia de 26-08-2010

Disponível no link <http://migre.me/17BcB>.

“Se o projeto de transposição vai ou não adiante, isso é secundário. O importante para quem faz parte dessa jogada já foi conquistado”, critica o bispo.



Congresso Latino-Americano de Teologia: uma análise da situação sociorreligiosa-ecclesial atual

Entrevista com Agenor Brighenti, teólogo

Confira nas Notícias do Dia de 27-08-2010

Disponível no link <http://bit.ly/anJZdT>.

“Em tempos de profundas transformações e de crise em todos os campos, sem dúvida, um grande desafio, diante do medo em arriscar criar o novo, é não fazer do passado um refúgio”, aponta o teólogo.

EAD - JESUS E O REINO NO EVANGELHO DE MARCOS
DATA DE INÍCIO: 16/08/2010

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

Confira, a seguir, algumas das entrevistas que foram publicadas pela IHU On-Line no site, no período em que a revista esteve em recesso, coincidente com as férias dos alunos da Unisinos.

Massacre anunciado: Mais de 1.300 famílias ameaçadas de despejo em Belo Horizonte

Entrevista com Maria do Rosário de Oliveira Carneiro, irmã religiosa da Congregação das Filhas de Jesus, advogada, membro da Rede Nacional de Advogados Populares - RENAP - e da Comissão Pastoral da Terra - CPT

Confira nas Notícias do Dia de 09-07-2010
159 famílias de sem-teto e sem-terra, em Belo Horizonte, resolveram “por o pé no barranco” e ocupar terrenos abandonados que não cumpriam a função social. São as Ocupações-comunidades Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy. O poder judiciário tem sido insensível à causa dos sem-teto e sem-terra. Ameaçados de despejo, o povo dessas três ocupações não arreda o pé e se dizem determinados a resistir a ações de despejos.

Pluralismo religioso: entre a diversidade e a liberdade

Entrevista com Wagner Lopes Sanchez, filósofo e historiador

Confira nas Notícias do Dia de 11-07-2010

“O pluralismo religioso é a democratização do campo religioso”, afirma Sanchez. Isso só é possível graças à existência da diversidade religiosa e à reivindicação da liberdade religiosa. E se a sociedade é democrática, uma de suas exigências “é justamente a convivência dialogal entre as várias visões de mundo”, incluindo a religiosa.

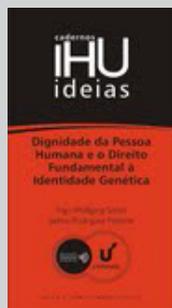
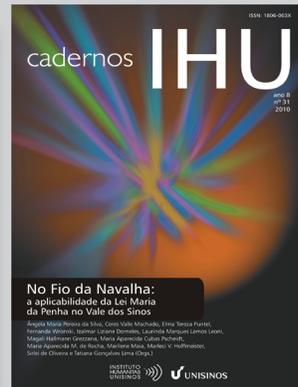
Imposto sobre grandes fortunas: 22 anos sem regulamentação

Entrevista com Rodrigo Vieira de Ávila e Luciana Genro (PSol-RS)

Confira nas Notícias do Dia de 16-07-2010

Apesar de aparecer na Constituição de 1988, o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) passou a virar realidade recentemente, quando foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. No projeto da deputada federal, brasileiros com fortunas maiores a R\$ 2 milhões devem pagar o novo imposto a fim de equalizar a questão tributária no país. A luta agora é para que a proposta seja votada pelo Plenário da Câmara e também pelo Senado Federal.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU DISPONÍVEIS EM WWW.IHU.UNISINOS.BR





INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Data: 31-8-2010
<p>Evento: Ciclo de Filmes e Debates - Subjetividade e Normalização: Discutindo políticas de identidade e saúde mental na sociedade contemporânea - Pré-evento ao XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana (http://migre.me/15UFU) Palestrante: Prof. Dr. José Rogério Lopes - PPGCS/Unisinos Tema: Exibição e debate do Filme <i>Clube da luta</i>, de David Fincher (EUA) Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 17h às 19h</p>
Dia 2-09-2010
<p>Evento: Ciclo de Palestra Jogue Roayvu: História e Histórias dos Guarani. Pré - evento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade (http://migre.me/15UJe) Palestrantes: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque e Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado - Univates Tema: Os Guarani: perspectivas históricas e ambientais utilizando-se da abordagem etnohistórica Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 19h30min às 22h30min</p>
<p>Evento: IHU Ideias - setembro 2010 (http://migre.me/17BDK) Palestrante: Fernanda Schutz - Economista, Participante do Mapeamento da Economia Solidária Região Sul - 2009 Tema: Valoração econômica ambiental: um estudo dos aterros sanitários e da Política Nacional de Resíduos Sólidos Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 17h30min às 19h</p>
Dia 6-09-2010
<p>Evento: EAD - Jesus e o Reino no Evangelho de Marcos (http://migre.me/17BFH) SEGUNDA ETAPA - JESUS RESPONSÁVEL PELA VIDA (Mc 1,16-3,6)</p>

Acesse a Entrevista do Dia
em www.ihu.unisinos.br

Campanha 10:10:10 e o Tempo da Criação

O dia 10 de outubro de 2010 (ou 10:10:10) será lembrado pela história. Milhares de pessoas e organizações de todo o mundo se comprometem a reduzir em 10% o seu consumo de carbono. Uma campanha que para as Igrejas começa no dia 1º de setembro: o Tempo da Criação

POR MOISÉS SBARDELLOTTO

Em um dia, qual é a sua “contribuição” para a emissão mundial de CO₂ e, assim, para as mudanças climáticas? Para reverter esse quadro, você se comprometeria em reduzir 10% do seu consumo de carbono? Essa é a proposta da campanha mundial 10:10:10, que visa transformar o dia 10 de outubro de 2010 na data com o maior número de ações positivas contra as mudanças climáticas da história. Em todo o mundo, milhares de pessoas darão pequenos passos para reduzir suas emissões de CO₂ e o seu consumo de carbono.

A proposta teve início a partir da campanha 10:10 Global, fundada em 2009 por Franny Armstrong, diretora do filme-documentário *A Era da Estupidez*, sucesso de bilheteira sobre as mudanças climáticas. A ideia era mobilizar e unir todos os setores da sociedade para promover um corte de 10% no consumo de carbono a partir de 2010. A campanha foi lançada oficialmente em Londres, em setembro de 2009. Nas primeiras 72 horas, 10 mil pessoas, empresas, escolas e organizações se somaram ao projeto. Hoje, já reúne quase 100 mil pessoas de 128 países, milhares de empresas e escolas, e até governos, que se comprometem a fazer ações concretas e imediatas para atingir a meta de redução de 10%.

Em 2010, a 10:10 Global uniu-se

à campanha mundial 350.org para organizar o 10:10:10, também conhecido como Dia Global de Soluções Climáticas. A 350.org busca soluções para a crise climática a partir de uma conscientização em torno das 350 partes por milhão de CO₂, taxa que, se for superada, segundo os cientistas, acelerará ainda mais os danos causados pelo aquecimento global, que são já visíveis. No dia 10 de outubro de 2009, a 350.org coordenou mais de 5.200 marchas e manifestações simultâneas em 181 países, naquilo que a CNN chamou de “o mais abrangente dia de ação política na história do planeta”.

Com força redobrada, portanto, ambas as organizações estão mobilizando pessoas, organizações, empresas, instituições de ensino e até mesmo governos para realizarem ações práticas e imediatas de redução do consumo de carbono durante um ano a partir de 2010 - obviamente, sem parar por aí, sendo este apenas o marco inicial.

As medidas podem ser pontuais e depender apenas da sua própria vontade: por que não usar a semana do dia 10:10:10 para ir ao trabalho de bicicleta ou usando o transporte coletivo? Ou talvez trocar suas lâmpadas incandescentes por modelos mais econômicos? Ou desligar todas as luzes e apa-

relhos do seu escritório nos finais de semana, quando não são utilizados? Ou então preferir o ar que entra pelas janelas, ao invés do ar condicionado? Ou ainda comer alimentos produzidos localmente e que sejam da estação? Ou então usar garrafas de água pessoais reutilizáveis, dispensando o consumo de garrafas e copos plásticos? Ou também pensar duas vezes antes de imprimir um documento? Ou então mobilizar seus amigos e conhecidos para fazer o mesmo?

Por uma feliz coincidência, o dia 10 de outubro de 2010 está a exatas 10 semanas do encontro dos políticos do mundo inteiro, que se reúnem novamente no México para tentar finalizar o acordo climático que não foi alcançado em Copenhague. Por isso, uma das campanhas que compõem o mosaico de ações do 10:10:10 é a *Começar por cima*. O abaixo-assinado pede que os líderes mundiais incentivem a instalação de painéis solares em seus países até o dia 10:10:10 e que assumam um real compromisso para criar políticas que possam fomentar o uso de energias limpas. A empresa de energia solar Sungevity concordou até em doar painéis a qualquer líder mundial que esteja disposto a “começar por cima” nesse dia. O presidente Mohamed Nasheed, das Maldivas, e a presidente Pratibha Patil,

da Índia, por exemplo, já se comprometeram com a proposta. Também há um abaixo-assinado dirigido especificamente ao presidente Lula, convocando-o a instalar painéis solares nos telhados do Palácio da Alvorada e a criar uma legislação que possibilite que os brasileiros ajudem na construção de um “futuro de energias limpas”. Veja mais em putsolaron.it/brasil.

A campanha 10:10:10 também conta com a colaboração das Igrejas e movimentos pertencentes ao Conselho Mundial de Igrejas e da *European Christian Environmental Network - ECEN* (Rede Europeia Cristã para o Meio Ambiente). Tradicionalmente, as Igrejas celebram todos os anos, de 1º de setembro (primeiro dia do ano da Igreja Ortodoxa) a 4 de outubro (dia de São Francisco de Assis, na tradição católica), o “Tempo da Criação”, um período de reflexão e ação pela preservação do meio ambiente e de promoção de formas de vida que respeitem o habitat criado por Deus. Excepcionalmente neste ano, o “Tempo da Criação” se prolongará até o dia 10 de outubro, exatamente para se unir à campanha 10:10:10.

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU também se somou à causa e publicará diversos materiais de conscientização e reflexão, nas *Notícias do Dia*, nas *Entrevistas do Dia*, no blog e na revista *IHU On-Line*, assim como irá dar passos concretos nesse sentido. Acompanhe e saiba mais dentro das próximas semanas.

Plebiscito sobre Limite da Propriedade da Terra inicia nesta quarta-feira

POR MÁRCIA JUNGES E CÁSSIO PEREIRA

A partir desta quarta-feira, 1º de setembro, até o dia 7, os brasileiros e brasileiras têm a chance de se manifestar a favor ou contra a limitação da propriedade da terras. Nesses dias acontece o **Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra**, organizado por movimentos e pastorais sociais, centrais sindicais e outras entidades. Irmanado na luta por um mundo mais justo e igualitário, o que certamente passa pela redistribuição da terra e o fim do latifúndio como modelo de propriedade rural, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU deu ampla repercussão ao **Plebiscito**.

Na última quinta-feira, 26-08-2010, o advogado do MST e procurador aposentado do Estado do Rio Grande do Sul, coordenador da ONG Acesso - Cidadania e Direitos Humanos, **Jacques Alfonsin**, e o coordenador do Comitê do Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra no Rio Grande do Sul, **Edison Costa**, debateram no evento **IHU Ideias** o assunto. Na opinião de **Alfonsin**, o movimento articulado pelo povo será decisivo pelo menos para denunciar a desproporção e injustiça que ocorre na distribuição das propriedades em nosso país. Para isso, acentua o advogado, há o amparo da Carta Magna do país. Na Constituição de 1988, há um capítulo inteiro que trata sobre a reforma agrária. “O ordenamento jurídico brasileiro foi um fracasso em matéria de divisão de terras. O plebiscito supre a omissão criminosa do poder público de não fazer uma consulta, que está sendo realizada pelo povo”, salientou o professor, disposto e, por vezes, bem humorado. “Reforma agrária é sinônimo de distribuição de vida”, completou.

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em parceria com alguns Diretórios Acadêmicos - DAs e com o Diretório Central de Estudantes - DCE, assumiu a realização do Plebiscito na Unisinos. Serão disponibilizadas 3 urnas para a votação dos dias 1º a

Cédula de votação

1- Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho? SIM NÃO

2- Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade? SIM NÃO

6 de setembro, já que 7 é feriado. Duas urnas estarão disponíveis das 8h30min às 22h, sendo uma em frente ao IHU durante o dia e no portão central da universidade à noite, e, outra, em frente ao DCE. A terceira urna estará no Centro 2, próximo ao viaduto de acesso ao estacionamento dos ônibus.

As perguntas do Plebiscito:

1 - Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?

2 - Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?

LEIA MAIS...

O Plebiscito Popular pelo Limite da Terra foi amplamente discutido e divulgado pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Para maiores informações e detalhes, acesse os links:

* *A propriedade da terra deve ser limitada?* Edição 339, de 16-08-2010, da Revista IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/dhl8X5>.

* *Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra*, publicada no Blog do IHU, em 26-08-2010, disponível em <http://bit.ly/bvywvV>.

* *Conjuntura da Semana: Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra*, publicada nas *Notícias do Dia* 25-08-2010, disponível em <http://bit.ly/cpG3CS>.

* *Fórum Nacional intensifica campanha para Plebiscito pelo Limite da Terra*, publicada nas *Notícias do Dia* 12-08-2010, disponível em <http://bit.ly/ahShjz>.

* *Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra*, publicada nas *Notícias do Dia* 10-08-2010, disponível em <http://bit.ly/cd1bhH>.

* *Plebiscito Popular. Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra*, publicada nas *Notícias do Dia* 02-07-2010, disponível em <http://bit.ly/dCf4SB>.

* *Qual o limite da propriedade da terra?* Entrevista especial com Gilberto Portes, publicada nas *Notícias do Dia* 29-06-2010, disponível em <http://bit.ly/8ZlrSC>.

Clube da luta, uma crítica ao sistema capitalista

José Rogério Lopes debate filme do diretor David Fincher e examina o dilema sobre a emancipação e a redenção do sujeito

POR MÁRCIA JUNGES

Para o Prof. Dr. José Rogério Lopes, o filme *O clube da luta* (1999, direção de David Fincher) “pode ser compreendido como uma crítica ao sistema histórico do capitalismo e seus pilares econômicos e políticos, que produzem modelos imobilizadores da ação dos sujeitos. O filme mostra que toda transgressão concreta se forma e atua nos intervalos desses modelos”. Em sua opinião, *O clube da luta* propõe um dilema a respeito dos ideais de emancipação e redenção do sujeito: “propõe uma objetivação da crise de potencialidade de ação dos indivíduos contemporâneos, imersos em uma sociedade do consumo, e que têm seus propósitos de ação dispersos em um conjunto de identificações com objetos e ‘marcas’ que produzem uma distinção social superficial”. Essas ideias fazem parte da entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. A entrevista adianta aspectos que serão debatidos por Lopes após a exibição dessa produção nesta terça-feira, 31-08-2010. A atividade faz parte do Ciclo de Filmes e Debates - Subjetividade e Normalização: Discutindo políticas de identidade e saúde mental na sociedade contemporânea - Pré-evento ao **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. Para maiores informações, visite <http://bit.ly/b6vZ1A>.

Graduado em Pedagogia pela Universidade de Taubaté (Unitau), é mestre e doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, com a tese *Violência, sexualidade e cidadania: conflitos interpessoais íntimos e a busca por autonomia na cultura contemporânea*. É pós-doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. É professor do PPG Em Ciências Sociais da Unisinos. É um dos organizadores da obra *Diversidade religiosa, imagens e identidades* (Porto Alegre: Armazém Digital, 2007) e autor de *Anthropsys - Relações teórico-práticas entre a Psicologia e a Antropologia* (Porto Alegre: Armazém Digital, 2006). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que o filme *Clube da luta* aponta sobre a saúde mental do indivíduo contemporâneo?

José Rogério Lopes - O filme aponta para várias possibilidades de leitura. Vou enfatizar duas. Primeiro, propõe uma objetivação da crise de potencialidade de ação dos indivíduos contemporâneos, imersos em uma sociedade do consumo, e que têm seus propósitos de ação dispersos em um conjunto de identificações com objetos e “marcas” que produzem uma distinção social superficial. Complementar a essa artificialidade, o sentido da vida do protagonista se esvazia e seus propósitos tornam-se lacônicos. Trata-se aqui da vida que o protagonista apresenta, no início do filme. Essas identificações, radicalmente objetivadas em

“marcas” e mercadorias, ressaltam a incompletude de sentido que acompanha a vida das mercadorias.

Se considerarmos que a identidade se define na ação, como afirma George Herbert Mead¹ (psicólogo social norte-americano da primeira metade do século XX), e constitui o *self* dos indivíduos como um centro de atividades, ou estrutura de atitudes, o filme expõe justamente uma *crise de identidade*, ou identificação, dos indivíduos contemporâneos. Isso é o que justifica a busca do protagonista do filme por uma potência de ação, transitando por grupos de autoajuda.

A segunda possibilidade emerge jus-

¹ Georg Herbert Mead (1863-1931): filósofo americano pertencente à Escola de Chicago. Juntamente com William James, Pierce e Dewey, Mead faz parte de uma corrente teórica da filosofia americana denominada de pragmatismo. (Nota da IHU On-Line)

tamente dessa busca e desse trânsito, expondo a orientação assumida na violência desencadeada pelo protagonista. De uma violência contra si, inicialmente (mesmo que projetada em um duplo imaginário, ou alter-ego), essa orientação se desloca gradualmente para o coletivo e a sociedade. Todavia, esse deslocamento se opera por um movimento contrário da potência de ação, que o protagonista encontra nos pequenos grupos, o que é uma característica da vida urbana e metropolitana, como já indicou Louis Wirth² (teórico da Escola de Chicago, também na primeira metade do século XX). O duplo imaginário criado pelo psiquismo embotado do protagonista mostra justamente que os projetos dos indivíduos

² Louis Wirth (1897-1952): sociólogo alemão, membro proeminente da Escola de Chicago. (Nota da IHU On-Line)

sempre se realizam como negociação da realidade, ideia levada ao extremo, no filme, uma vez que o protagonista está negociando consigo mesmo, na forma de um “outro imaginário”. O próprio Mead já mostrou como essa imaginação opera na infância, em seus estudos.

IHU On-Line - Que aspectos da subjetividade humana são evidenciados pela falta de ligação e identidade dos personagens de Clube da luta?

José Rogério Lopes - Aqui, proponho uma inversão de perspectivas. Defendo a posição de que não existe falta de ligação e identidade dos personagens. Existe, sim, uma crise do potencial dessas ligações e identificações, que se deslocaram e reduziram, nas últimas décadas, das interações interpessoais (dos agenciamentos dos humanos entre si, como afirmou Bruno Latour³) para as vinculações distintivas, mas artificiais, com o mundo das mercadorias, em uma leitura fetichizada dos agenciamentos operados entre humanos e não-humanos - também pensadas por Latour, mas como interações mais amplas, que constituem o que ele denominou de “coletividades sociotécnicas”, em seu livro *Nunca fomos modernos*. Tanto que os mesmos vínculos e identificações em crise no trânsito do protagonista pelos grupos de autoajuda, no início do filme, se afirmam depois, no Clube da Luta, como projeto de ação, mas despersonalizados. E esses vínculos são variados, de amizades a sexo-afetivos. Dessa forma, o roteiro do filme desencadeia fluxos e circuitos de interações entre os personagens que, à primeira vista, não amarram nexos ou sentidos e parecem não gerar sequências de análise. Tudo parece representar a ideologia da fragmentação do mundo social, como afirmam algumas teorias da pós-modernidade. No final do filme, entretanto, as vinculações e identificações entre os personagens se arranjam em possibilidades coletivas que explicitam a lógica de um modelo sistêmico de sociedade - a ideologia do grande sistema opressor -, que é catártico para a subjetividade do protagonista, mas somente para ele. Nesse sentido, o filme coloca um dilema sobre os ideais de emancipação, ou redenção, do sujeito (como elaborado por

Walter Benjamin⁴).

IHU On-Line - Em que medida a formação desse clube da luta é uma reação à normalização imposta à sociedade contemporânea?

José Rogério Lopes - Aqui, retomo de onde parei na resposta anterior. Essa reação realmente acontece, mas só para o protagonista. O recurso, promovido no filme, de apresentar o duplo imaginário (no filme, o ator Brad Pitt) como um segundo protagonista, em constante diálogo com o primeiro, encobre um conjunto de arranjos manipuladores que os atores operam contra os princípios estruturais dessa normalização, operado subliminarmente. Somente quando o curso de ação desse movimento antissistêmico está totalmente articulado e sem possibilidade de retorno é que o protagonista torna-se consciente do que fez. Essa articulação encoberta pelo inconsciente possibilita discutir o quanto a normalização operada sobre a vida social constitui uma epistemologia que condiciona nossa racionalidade. O protagonista, inclusive, vive uma permanente tensão entre o caráter normativo e o transgressor de suas ações. A forma como ele supera essa tensão é uma das sacadas do filme.

IHU On-Line - É o ritmo vertiginoso do filme uma metáfora para a aceleração crescente da nossa sociedade nos mais diferentes aspectos? Por quê?

José Rogério Lopes - Sim, com certeza. O filme enfatiza uma temporalidade acelerada pelas contingências sociais, em seu início, que se desdobra em acelerados fluxos de ação, contra uma concepção de estrutura social que aparenta ser prático-inerte, para falar pouco. Mas, para além de uma metáfora, penso que o filme explicita uma lógica constante dos “movimentos antissistêmicos” (como Immanuel Wallerstein⁵ define os potenciais

⁴ Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão crítico das técnicas de reprodução em massa da obra de arte. Foi refugiado judeu alemão e diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Immanuel Maurice Wallerstein (1930): sociólogo estadunidense, mais conhecido pela sua contribuição fundadora para a teoria do sistema-mundo. (Nota da IHU On-Line)

políticos das forças de trabalho, no sistema histórico do capitalismo) que buscam romper a racionalização ocidental que sustenta uma “busca de verdade” - como ideologia cultural, técnico-científica - que se reproduz nos princípios de eficiência econômica e segurança política. Os diálogos do protagonista com seu duplo são exemplos dessa lógica e mostram que ela não se define, explicita ou se potencializa, sem o enfrentamento de tensões profundas do sujeito consigo mesmo, ou seja, com suas idealizações, identificações e projeções. Afinal, toda normalização social e individual se produz e reproduz não somente por imposição, mas, sobretudo, como definição epistemológica de uma posição, uma condição de mundo, que também se manifesta como crença ou fé em uma teleologia correspondente. No fim e ao cabo do projeto em desenvolvimento no filme - e quem o assiste só percebe ao final -, essa teleologia se manifesta como catarse. Nesse sentido, o enunciado final do protagonista é elucidativo. Após encerrado o ciclo acelerado dos fluxos inconstantes de sentido em que ele se envolve, em um vai-e-vem de errâncias pessoais, dirige-se à mulher que partilha seu transtorno, durante todo o enredo, e afirma: “Agora as coisas vão melhorar. Você me conheceu em um momento perturbado da minha vida.”

IHU On-Line - Que tipo de crítica ao capitalismo está implícita no filme?

José Rogério Lopes - Acima de tudo, uma crítica ao sistema histórico do capitalismo e seus pilares econômicos e políticos, que produzem modelos imobilizadores da ação dos sujeitos. O filme mostra que toda transgressão concreta se forma e atua nos intervalos desses modelos.

FICHA TÉCNICA

Titulo original: Fight Club
 Gênero: Drama
 Ano: 1999
 Duração: 139 min.
 Tipo: Longa-metragem / Colorido
 Diretor: David Fincher
 Elenco: Edward Norton (1), Brad Pitt, Helena Bonham Carter, Meat Loaf Aday¹, Zach Grenier, Richmond Arquette, David Andrews (1), George Maguire, Eugenie Bondurant, Christina Cabot, Sydney 'Big Dawg' Colston, Rachel Singer, Christie Cronenweth, Tim De Zarn, Ezra Buzzington

³ Bruno Latour (1947): filósofo francês. (Nota da IHU On-Line)

IHU Repórter

Gelsa Knijnik

POR CÁSSIO PEREIRA E MÁRCIA JUNGES | FOTOS ARQUIVO PESSOAL

Desde pequena Gelsa Knijnik gostava de brincar de professora. O amor por ensinar e também aprender a conduziu para o Curso de Licenciatura em Matemática. Após, realizou mestrado em Matemática e, posteriormente, o doutorado em Educação. Há quase 20 anos desenvolve pesquisas e atua junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fato que considera marcante não apenas em sua trajetória acadêmica, mas também na dimensão de sua vida pessoal. A convivência com os camponeses desse movimento, com os educadores e as lideranças, revela Gelsa, lhe possibilita um constante exercício de humildade intelectual. Apreciadora da arte, em suas múltiplas manifestações, um gosto que desenvolveu desde pequena, com seus pais, essa professora da Unisinos fala sobre a bela relação que tem com sua mãe, Liba Juta Knijnik, e com seu marido Attico Chassot. Confira a entrevista.



Origens - Nasci e cresci em Porto Alegre. Sou a filha mais velha de uma mãe professora e um pai médico. Tenho duas irmãs, Neusa Knijnik Lucion, que seguiu a profissão de meu pai, e Silvia Knijnik, arquiteta que se tornou, mais tarde, fiscal do Ministério do Trabalho. Crescemos em um ambiente onde as coisas relacionadas à arte sempre foram muito cultivadas. Meus pais se conheceram quando ambos estudavam piano. Recordo sempre de um episódio na vida do meu pai que mostra muito de seu interesse e sensibilidade à arte. A primeira vez que ele e minha mãe foram à Europa, quis ir até o cemitério onde se encontrava o túmulo do Beethoven para, com um ramalhete de flores, homenagear o compositor que lhe havia propiciado tantos momentos de prazer ao longo da vida.

Postura política - Outra marca de minha família é o interesse pela política, nosso desassossego com as injustiças sociais, nossa inconformidade com discriminações. Vivemos intensamente a resistência à ditadura e todo o movimento que resultou na democratização. Vi amigos serem presos e torturados. O medo do tempo da ditadura muitas vezes me remonta ao medo da violência

que encontramos nas ruas hoje. Esse sentimento de insegurança me marcou muito, essa coisa de caminhar sempre olhando para trás para ver se não estávamos sendo seguidos...

Pai - Perdi meu pai cedo. Na verdade, eu já havia lhe brindado com sua primeira neta, mas é sempre cedo para perder alguém que queremos bem. Ele me marcou muito por sua vibração e entusiasmo pela vida. Há uma avenida em Porto Alegre com seu nome. Na placa, estão os dizeres: "Rubem Knijnik, médico humanitário e protetor das artes". Dedicou-se intensamente à sua profissão e apoiava os novos artistas, por saber o quão difícil era viver da arte.

Mãe - Minha mãe, que esta semana está completando 89 anos, é, para mim, um exemplo de mulher e de intelectual. Foi isso que escrevi ao dedicar-lhe minha tese de doutorado. Ela tem um grande interesse pela música, pelas artes visuais, pelo cinema. Tem uma agenda atribulada. Além de atender a esse interesse pela arte, frequenta um curso de História da Arte e segue com seus estudos de inglês e alemão, mesmo que seja fluente nesses idiomas. Mas um compromisso que coloca acima de todos esses são os dois

turnos semanais que passa com seu bisneto Antonio, de três anos. A relação de amor que os une é algo comovente. Ela está muito em dia com as coisas do mundo, com a vida política do país. Até hoje acompanha de perto minha trajetória acadêmica, lendo e comentando meus escritos, defendendo, com veemência, seus pontos de vista. Preparou os quatro netos para o vestibular e com eles fez viagens ao exterior, para que pudessem usufruir da arte contemporânea internacional. Com seu entusiasmo e vibração pela vida e, em particular, pela educação, muitas vezes escuto dizer que ela ofereceu uma contribuição importante na área de formação de professores em nosso estado.

Família - Tenho duas filhas, Laura e Júlia, frutos de meu primeiro casamento. A Laura, mãe do Antonio, é professora de inglês e cursa o mestrado em Linguística Aplicada. A Julia vive em Paris, com Benjamin, um jovem pesquisador francês que lá conheceu em uma passeata contra a guerra do Iraque. Ela fez toda sua formação universitária lá e agora está em vias de terminar o doutorado em Direito Público Internacional. Há 23 anos, encontrei aquele que tem me acompanhado na vida de uma ma-



neira muito intensa: meu marido, Attico Chassot, que, assim como eu, depois de se aposentar como professor na UFRGS, integrou o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. O Attico trouxe quatro filhos para nossa relação, o que fez ampliar meu mundo afetivo. Agora, quando juntos já temos cinco netos e um que em poucos dias nascerá, me dou conta da importância em minha vida desse alargamento afetivo. Tenho muito prazer em ver como nossos filhos são amigos e se querem bem, como eles, e agora os netos, estão crescendo partilhando os valores que nós dois cultivamos. Temos uma “domingueira” mensal, onde reunimos todos que estão na cidade. Têm sido momentos de intenso convívio e de muita troca de afeto.

Matemática - Minha trajetória acadêmica é ligada à Matemática. Fiz licenciatura e depois mestrado em Matemática Pura, uma área bastante abstrata, ligada à álgebra. Cheguei a começar um doutorado em Teoria das Especializações no Instituto de Matemática da Universidade de Oxford, mas por razões familiares tive que retornar antes do término. Fui professora durante 20 anos no Instituto de Matemática da UFRGS, no Curso de Licenciatura. Depois de minha aposentadoria, ao ler no jornal o edital da seleção para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, me submeti ao processo seletivo, ingressando em nossa universidade em 1996.

Educação - Foi na gestação da minha segunda filha que gestei também o retorno à educação de uma maneira mais intensa. Decidi fazer

doutorado em Educação, que me propiciou começar um trabalho que vai completar 20 anos ininterruptos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Minha vida acadêmica se divide em “antes e depois” do encontro com esse movimento, pois foi aí que pude articular dentro de mim a dimensão política de inconformidade com a injustiça e vontade de lutar por um mundo melhor com minha dedicação à produção do conhecimento. Meu trabalho com os camponeses Sem Terra me oportuniza o permanente exercício da humildade intelectual e mantém acesa, dentro de mim, a atenção ao necessário cuidado ético no ofício de pesquisadora. A vida acadêmica tem me propiciado participar de eventos em diferentes países e construir relações de amizade mesmo com colegas de longe.

Arte - Estudei piano, dança e frequentei escolinha de artes desde pequena. Como aluna do Instituto de Educação, em Porto Alegre, fiz teatro infantil. A música erudita é a minha preferida para momentos em que estou lendo ou estudando. Aprecio principalmente Mozart, Bach e Villa-Lobos. Na música popular brasileira, Chico Buarque, Maria Betânia e Marisa Monte. A fruição da arte contemporânea é, para mim, algo fascinante. Há muitos artistas que me entusiasma, como os brasileiros Waltercio Caldas, Tunga, Lygia Clark e Adriana Varejão, o estadunidense Dale Chihuly, o francês Yves Klein, o inglês Francis Bacon e o espanhol Antoni Tàpies. Em nossas viagens de férias, Attico e eu nos dedicamos muito a ver exposições, a frequentar museus, como o Serralves, da cidade do Porto, o Louisiana, de Copenhague e a Tate Modern, de Londres.

Literatura - Sou bastante eclética em minhas leituras. Nos últimos tempos, o livro que mais me emocionou foi o *Sorriso etrusco*, do autor espanhol José Luis Sampedro. É uma história comovente, que trata do amor de um avô por um neto, das

tensões vividas pelo camponês da Sicília por suas discordâncias com o modo com que o filho e a nora, uma professora universitária, educavam o menino. Talvez pelo momento que estou vivendo, no qual o Attico e eu curtimos muito essa experiência fascinante de conviver com os filhos dos nossos filhos, a obra tenha me tocado tanto. Quando viajo, nas esperas de aeroporto e em voos longos, gosto muito de levar obras de Georges Simenon, uma literatura mais “ligeira”.

Unisinos - Ao longo dos anos, presenciei vários redirecionamentos na caminhada da Unisinos. Alguns deles, inicialmente, foram difíceis de compreender. Mas hoje me dou conta de que a universidade encontra-se no patamar onde está devido a esse percurso. Em todo este tempo em que estou na Unisinos, tive muitas gratificações. Aqui, o trabalho que eu já desenvolvia com o MST foi mais bem acolhido do que na instituição pública federal na qual trabalhava. O *ethos* de nosso Programa de Pós-Graduação em Educação favorece o fortalecimento de vínculos que transcendem a dimensão acadêmica. Prezo muito a relação de amizade e parceria que tenho construído com meus orientandos, uma relação que tem nos mantido próximos, acadêmica e pessoalmente, mesmo depois de seus mestrados ou doutorados concluídos. Tenho muito orgulho em ver jovens, que comigo se iniciaram na pesquisa, serem profissionais respeitados academicamente em nossa instituição e em outras nas quais prestaram concurso.

IHU - O que entendo como espírito universitário se realiza plenamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Nas múltiplas atividades desenvolvidas pelo IHU, encontro, de uma maneira intensa, o que mais prezo: o exercício da controvérsia, o debate de ideias em torno de temas atuais. Muitas vezes já comentei com amigos e colegas que considero a *Revista IHU On-Line* o mais importante semanário que temos no Brasil, pela atualidade e profundidade dos temas que discute.

O IHU na rede

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU está presente de várias formas na rede mundial de computadores e nas principais redes sociais virtuais. Um dos principais serviços que pode ser encontrado em www.ihu.unisinos.br é o das **Notícias do Dia**, onde é possível acompanhar notícias, artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do Instituto Humanitas Unisinos - IHU em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - Cepat, de Curitiba-PR.



Inspirados nesta seleção, a equipe de jornalismo do IHU elabora diariamente uma entrevista inédita. Trata-se da **Entrevista do Dia** que, assim como as **Notícias do Dia**, é atualizada diariamente, de segunda a segunda.

Para receber em seu e-mail a newsletter com os links de acesso direto às Notícias e à Entrevista do Dia, basta se cadastrar no sítio www.ihu.unisinos.br clicando em “cadastre-se” no menu à esquerda da tela.

Também na página www.ihu.unisinos.br os leitores e as leitoras podem acessar o **Blog do IHU**, outro espaço de informação, porém mais informal, onde os/as colaboradores/as do IHU relatam o dia a dia do Instituto, principalmente abordando os eventos que organizamos. Além disso, trata-se de um ambiente para informar e debater as **Notícias do Dia** e as Enquetes publicadas na página do IHU.

A revista eletrônica do IHU, a **IHU On-Line**, recentemente ganhou uma nova roupagem virtual. Acessando www.ihuonline.unisinos você pode conferir as novidades e acessar a publicação nas versões HTML, PDF e “para folhear”.

Além disso, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU está presente no microblog Twitter e na rede social Facebook. Para seguir o IHU no Twitter acesse http://twitter.com/_ihu e para ser amigo do IHU no Facebook clique em <http://migre.me/17Emr>



Apoio:

